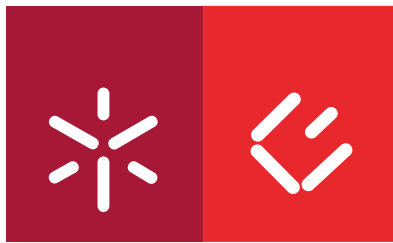


Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

João Vitor da Costa Redondo

**Paz e Segurança Mundiais:
A Ameaça dos Nacionalismos Exacerbados
num Mundo Parcialmente Globalizado**



Universidade do Minho

Escola de Economia e Gestão

João Vítor da Costa Redondo

**Paz e Segurança Mundiais:
A Ameaça dos Nacionalismos Exacerbados
num Mundo Parcialmente Globalizado**

Relatório de Estágio
Mestrado em Relações Internacionais

Trabalho realizado sob a orientação do
Professor Doutor Luís Filipe Lobo-Fernandes
e da
Doutora Ana Mafalda Tello

Novembro de 2009

DECLARAÇÃO

Nome: João Vítor da Costa Redondo

Endereço electrónico: jvcredondo@hotmail.com

Telefone: 968554858 / 253671959

Número do Bilhete de Identidade: 12274194

Título Relatório de Estágio:

Paz e Segurança Mundiais: A Ameaça dos Nacionalismos Exacerbados num Mundo Parcialmente Globalizado

Orientadores:

Professor Doutor Luís Filipe Lobo-Fernandes

Doutora Ana Mafalda Tello

Ano de conclusão: 2009

Designação do Mestrado: Mestrado em Relações Internacionais

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, ___/___/_____

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Os meus primeiros agradecimentos são dirigidos ao Senhor Professor Doutor Luís Filipe Lobo-Fernandes – personalidade de destaque na área das Relações Internacionais e Ciência Política em Portugal e unanimemente reconhecido como um dos maiores especialistas dessa área no nosso país – por todo o seu apoio e dedicação na elaboração do presente relatório. Agradeço também à sua Escola, a Universidade do Minho, mais concretamente, ao Departamento de Relações Internacionais e Administração Pública e à Escola de Economia e Gestão, a oportunidade que me proporcionaram de efectuar estudos de pós-graduação com vista à defesa deste relatório de estágio no âmbito do Mestrado em Relações Internacionais.

Cumpre-me também agradecer à Senhora Doutora Ana Mafalda Tello, Responsável pela Comunicação para Portugal do Centro Regional de Informação das Nações Unidas para a Europa Ocidental (UNRIC), pela oportunidade de estagiar num organismo do sistema das Nações Unidas, assim como pelo seu apoio e orientação que se mostraram fundamentais durante o decorrer desse período.

Por último, sinto a necessidade de enviar um especial agradecimento a todos os outros que me apoiaram durante a preparação deste relatório, família e amigos, sem os quais não me seria possível concluí-lo.

PAZ E SEGURANÇA MUNDIAIS: A AMEAÇA DOS NACIONALISMOS EXACERBADOS NUM MUNDO PARCIALMENTE GLOBALIZADO

RESUMO

Este relatório é, antes de mais, o resultado de uma experiência de estágio no Centro Regional de Informação das Nações Unidas para a Europa Ocidental (UNRIC). Esta experiência permitiu, desde logo, adquirir um olhar diferente sobre o funcionamento do sistema das Nações Unidas em busca do seu objectivo de promoção do diálogo em prol da paz e segurança mundiais, assim como possibilitou a adopção de uma abordagem diferente, mais rigorosa e objectiva, tendo em vista uma análise quer do sistema internacional quer das próprias relações internacionais.

A paz e segurança mundiais figuram, hoje, mais do que nunca, nas agendas políticas dos actores internacionais. Esta constatação deve-se à consciencialização, por parte destes actores, principalmente dos Estados, da natureza interdependente do mundo. Com efeito, como resultado de os Estados se reconhecerem, cada vez mais, como mutuamente dependentes, a paz e segurança dos mesmos estão intimamente ligadas ao ambiente que os rodeia, pelo que uma ameaça a um determinado território pode ter consequências nefastas para outras regiões. De igual forma, à medida que estas relações de interdependência se vão aprofundando, observamos um reflorescimento de dinâmicas nacionalistas, principalmente após a implosão do império soviético, em 1991. Destes dois factos partimos para a questão central desta investigação: as consequências do processo de globalização num mundo heterogéneo, e o seu significado para o reaparecimento de movimentos de nacionalismo exacerbado.

Nesse sentido, será objectivo deste relatório analisar esta natureza interdependente do mundo, encarando-a como um reflexo do próprio fenómeno da globalização, onde serão identificados os benefícios, limitações e consequências do processo num mundo que se caracteriza, também, pela sua heterogeneidade. Será, então, avaliado o impacto de todo este produto da globalização sobre as dinâmicas nacionalistas, nas quais a questão do terrorismo terá especial relevância, como exemplo de uma tendência crescente de acções de nacionalismo exacerbado. Será, igualmente, efectuada uma breve reflexão sobre o verdadeiro significado desta ameaça para a paz e segurança do mundo, assim como sobre a importância do papel da Organização das Nações Unidas no combate a essa ameaça.

WORLD PEACE AND SECURITY: THE THREAT OF EXACERBATED NATIONALISM IN A PARTIALLY GLOBALIZED WORLD

ABSTRACT

This report is a result of an internship at the United Nations Regional Information Centre for Western Europe (UNRIC), in Brussels. This experience allowed me to gain a new insight into the operation of the United Nations system, as it battles to achieve its main goal of promoting dialogue for world peace and security, and to adopt a new, more accurate and objective approach in analyzing the international system.

As never before, world peace and security are on the political agendas of international actors. This fact is due to the recognition by these actors of the interdependent nature of the world. Actually, as a result of the recognition of the States as being mutually dependent, peace and security of each other are closely connected to the surrounding environment. Therefore, a threat to just one territory can have tragic consequences for many other regions. At the same time, as the interdependent relationships deepen, we can see a rise in the nationalist dynamics, mainly after the implosion of the Soviet Union in 1991. These two facts lead us to the core subject of this study: the consequences of globalization in a heterogeneous world and their impact on the re-emergence of exacerbated nationalist movements.

Therefore, it will be the purpose of this report to analyze the interdependent nature of the world, seeing it as a reflection of the globalization process, identifying its benefits, limitations and consequences in a world characterized by its heterogeneity. Afterwards, we will assess the impact of globalization over the nationalist dynamics, where the terrorism issue will be particularly relevant as an example of a growing tendency towards exacerbated nationalist actions. Finally, I will briefly reflect on the true meaning of this threat to world peace and security and the importance of the United Nations role in addressing it.

Índice

INTRODUÇÃO	1
I – PERÍODO DE ESTÁGIO E DEFINIÇÃO DE CONCEITOS-CHAVE	4
Apresentação do período de Estágio, relevância para a investigação	4
Revisão de Literatura: Globalização e Interdependência, Teoria da Interdependência Complexa	5
Revisão de Literatura: Nacionalismo, Nação e Estado – o interesse nacional renovado.....	13
II – A HETEROGENEIDADE MUNDIAL NUM MUNDO PARCIALMENTE GLOBALIZADO.....	22
A percepção do <i>Outro</i> no mundo, a relevância do olhar antropológico e o perigo do etnocentrismo ...	22
« <i>Us and Them</i> » – Nós e os Outros.....	24
O valor das «distinções»: as <i>social boundaries</i>	25
Os limites de uma globalização imperfeita	27
III – OS MOVIMENTOS NACIONALISTAS COMO REACÇÃO A UM MUNDO PARCIALMENTE GLOBALIZADO	34
A crise do Estado territorial.....	34
A reacção nacionalista a um mundo globalmente desequilibrado.....	39
O exemplo europeu	45
Terrorismo e a ameaça dos nacionalismos exacerbados, «a insignificância da racionalidade»	48
IV – PAZ E SEGURANÇA MUNDIAIS, O PAPEL DA ONU NUM MUNDO HETEROGÊNICO	54
Guerra e Paz, o ‘ <i>dilema de segurança</i> ’	54
Perspectivando as comunidades de segurança: a ameaça do interesse nacional	59
O papel da Organização das Nações Unidas	66
CONCLUSÃO.....	69

ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

CS – Conselho de Segurança das Nações Unidas

ETA - Euskadi Ta Askatasuna (Pátria Basca e Liberdade)

EUA – Estados Unidos da América

IRA - Irish Republican Army (Exército Republicano Irlandês)

ISAF – Força Internacional de Assistência para a Segurança

OCHA - Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários

ODM – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PAC – Política Agrícola Comum

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PKK – Partido dos Trabalhadores do Curdistão

RPDC – República Popular Democrática da Coreia

SDN – Sociedade das Nações

UE – União Europeia

UEM – União Económica e Monetária

UNRIC – Centro Regional de Informação das Nações Unidas

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

***'Globalization is a fact of life. But I believe we have underestimated its fragility.
[...] The spread of markets outpaces the ability of societies and their political
systems to adjust to them, let alone to guide the course they take. History teaches
us that such an imbalance between the economic, social and political realms can
never be sustained for very long.'***

Kofi Annan, Antigo Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas,

Comunicado de Imprensa SG/SM/6881

1 de Fevereiro de 1999

INTRODUÇÃO

Esta dissertação baseia-se numa análise da ameaça que o nacionalismo pode representar para a paz e segurança internacionais. Proponho, tendo em vista esse objectivo, uma reflexão sobre dois fenómenos muito importantes que moldam, cada um à sua maneira, a política e o sistema internacional, assim como condicionam todos os paradigmas das relações internacionais. Esses dois fenómenos são a globalização e o nacionalismo. Se por um lado globalização é um termo constante do nosso vocabulário, apesar de muitas vezes não ser utilizado de forma rigorosa, o nacionalismo é, por seu lado, algo que, estando presente nas nossas sociedades, é referido sempre com alguma precaução.

A escolha do objecto de estudo deve-se à observância, em vários locais, de um reaparecimento ou uma prolongada resistência dos movimentos nacionalistas, numa altura em que a globalização continua a evoluir, cultivando o multilateralismo e pondo em evidência a natureza cada vez mais interdependente do mundo e a crescente fragilização do Estado enquanto actor do sistema internacional. Por esse motivo, esta análise propõe uma reflexão mais objectiva sobre estes dois fenómenos e a tudo o que os rodeia, sugerindo a possibilidade do estabelecimento de uma relação causa-efeito entre os dois, segundo a qual, os nacionalismos que se fazem sentir em diversas partes do mundo são reflexo, também, deste ambiente crescentemente globalizado e interdependente que, aparentemente, todos nós partilhamos.

Esta investigação é ela, também, resultado de um estágio realizado no Centro Regional de Informação das Nações Unidas para a Europa Ocidental (UNRIC), em Bruxelas, que se demonstrou preponderante e crucial para uma análise mais criteriosa, ao mesmo tempo que permitiu acompanhar a linha de acção da Organização das Nações Unidas (ONU) num espectro alargado de situações que exigiram a sua intervenção, cujo objectivo primordial é a promoção do diálogo em prol da paz e segurança mundiais.

A dissertação será dividida em quatro capítulos, embora encare-os como uma continuação de uma mesma problemática, justificada apenas pela maior facilidade de compreensão que permite. O primeiro capítulo, sobre o *Período de Estágio e Definição de Conceitos-chave*, justifica-se pela necessidade de uma introdução teórico-prática à minha reflexão, e que será dividida em duas partes. Em primeiro lugar, referirei o trabalho desenvolvido por mim durante o meu estágio no UNRIC, onde irei descrever as actividades exercidas por mim, salientando a sua relevância para a minha investigação. Em segundo lugar, irei expor os

conceitos centrais a serem utilizados por mim, ou seja, onde me debruçarei sobre os termos globalização – onde introduzo a noção de interdependência e onde destaco os trabalhos de Joseph S. Nye Jr. e de Robert O. Keohane – e nacionalismo – onde abordo as noções de Estado e nação, dando especial ênfase ao interesse nacional.

O segundo capítulo, *A Heterogeneidade Mundial num Mundo Parcialmente Globalizado*, tem por objectivo abordar questões centrais que permitam, a meu ver, demonstrar as dificuldades com as quais o processo de globalização se vê confrontado. Também dividida em duas partes, na primeira será abordada a questão da percepção que o indivíduo desenvolve de todos os outros que o rodeiam, introduzindo para isso a importância do olhar antropológico e do conceito de etnicidade. Na segunda parte procurarei identificar os limites do próprio processo globalizante.

O terceiro capítulo, *Os Movimentos Nacionalistas como Reacção a um Mundo Parcialmente Globalizado*, ocupará-se de analisar a crescente fragilização do papel do Estado no sistema internacional, procurando depois relacionar esses factos com o reaparecimento ou fortalecimento de dinâmicas nacionalistas no mundo. Para reforçar essa análise será analisado o caso da União Europeia, onde serão abordadas determinadas questões sobre o seu funcionamento interno e os sentimentos que provoca junto dos cidadãos nacionais. Será também neste capítulo que será introduzida e identificada a noção de nacionalismo exacerbado e onde será estipulada a sua relação com o terrorismo, considerada a maior ameaça à segurança e paz internacionais dos nossos dias.

Por último, o quarto capítulo, *Paz e Segurança Mundiais, o Papel da ONU num Mundo Heterogéneo*, irá oferecer uma visão mais concreta sobre o verdadeiro significado de paz e segurança, identificando as suas condicionantes, aludindo também ao chamado «dilema de segurança». Será então apresentada uma solução na formação de comunidades de segurança, inicialmente exploradas por Karl Deutch no final da década de 1950, apontando os seus méritos e limitações. O capítulo encerrará com um olhar crítico sobre o papel da ONU na promoção da paz e segurança, principal objectivo para o qual foi criada, e onde se tentará verificar se a mesma tem sido bem sucedida.

Com esta reflexão proponho-me a esclarecer se existe, de algum modo, uma relação entre o processo de globalização e o reaparecimento de movimentos nacionalistas, que se poderão traduzir num nacionalismo exacerbado. Nesse sentido avaliarei também a verdadeira ameaça que constitui este fenómeno e analisar a capacidade de resposta da ONU para

combater este tipo de ameaças. Para isso, apresentarei as minhas principais conclusões no final deste trabalho.

I – PERÍODO DE ESTÁGIO E DEFINIÇÃO DE CONCEITOS-CHAVE

Apresentação do período de Estágio, relevância para a investigação

Durante 3 meses, do dia 1 de Abril a 30 de Junho de 2009, realizei um período de estágio no Centro Regional de Informação das Nações Unidas para a Europa Ocidental (UNRIC), em Bruxelas, no núcleo de Portugal. Durante este período estive incumbido, entre outras tarefas, da análise de documentos, comunicados de imprensa, assim como de outros materiais produzidos pelos diversos organismos da Organização das Nações Unidas (ONU); da cooperação na produção do Boletim mensal do UNRIC; da tradução para português de comunicados de imprensa e mensagens do Secretário-Geral e de outros altos funcionários das Nações Unidas; da assistência à preparação e organização de actividades relacionadas com projectos já em execução; da actualização da base de dados do UNRIC; do acompanhamento e análise da imprensa portuguesa nas matérias de interesse ao sistema das Nações Unidas; da manutenção do sítio WEB em português.

Através desta experiência tive a possibilidade de trabalhar com imensa informação e documentação da ONU, permitindo-me acompanhar mais de perto todo o funcionamento do sistema das Nações Unidas e dos seus diversos organismos, assim como acompanhar com mais detalhe, e com uma maior objectividade, um sem número de situações particulares, as quais serão utilizadas e abordadas por mim durante a elaboração desta dissertação. De resto, muitas das situações abordadas pelas Nações Unidas neste momento, e que são motivo de preocupação para toda a Organização, irão permitir-me demonstrar e sustentar de uma forma mais objectiva e consistente toda a minha argumentação sobre o tema deste relatório.

Durante o estágio fui acompanhado e orientado pela Dra. Ana Mafalda Tello, Responsável pela Comunicação para Portugal do UNRIC, que me ajudou sempre, possibilitando a minha rápida ambientação ao local de trabalho, e cuja colaboração e apoio foram essenciais para os bons resultados do período referido. Ao mesmo tempo, fui acompanhado de uma forma constante e empenhada pelo meu orientador da instituição de ensino, o Professor Doutor Luís Filipe Lobo-Fernandes, apoio esse possível através de uma assídua troca de impressões que me permitiu desenvolver este relatório, relacionando da melhor forma possível a minha experiência prática com os meus conhecimentos teóricos, de forma a poder realizar uma reflexão sólida e pertinente.

A possibilidade de estagiar no UNRIC surgiu como a melhor oportunidade de avaliar, de uma forma mais prática, todo o trabalho desenvolvido pelas Nações Unidas e todas as questões que preocupam a Organização a nível mundial. Permitiu-me colaborar com uma organização cujo objectivo passa, exactamente, pela promoção de um ambiente de paz e segurança mundial, objectivo esse que enfrenta novos desafios todos os dias, fruto de um sistema internacional profundamente volátil. A experiência num organismo das Nações Unidas permitiu igualmente trabalhar num ambiente em que os dois principais conceitos que irei analisar estão constantemente presentes: a globalização, sendo as Nações Unidas um exemplo representativo desse ambiente de globalização e interdependência; e o nacionalismo, que se apresenta como um dos problemas mais recorrentes nas raízes de inúmeros conflitos regionais que tanto preocupam a Organização.

Revisão de Literatura: Globalização e Interdependência, Teoria da Interdependência Complexa

Para a análise do tema por mim proposto, é essencial, antes de mais, desmontar dois conceitos-chave: globalização e nacionalismo¹. Ambos os conceitos são, como iremos ver mais à frente, passíveis de alguma confusão e controvérsia. Iniciaremos esta fase com uma reflexão sobre o termo «globalização». Globalização é um conceito com o qual somos confrontados ao longo de quase todos os dias, através das mais diversas formas, sendo que os meios de comunicação social desempenham, aliás, um papel preponderante nesse fenómeno². É nesse sentido que a globalização, independentemente do que signifique e abrange, trata-se de um processo real que está a moldar o Mundo. No entanto, delimitar o conceito é algo visto com alguma dificuldade, sendo, portanto, um conceito cuja definição está envolta de uma grande controvérsia. Autores como Manfred B. Steger consideram, aliás, que o uso do termo

¹ Pondero uma possível correlação entre a globalização e as suas consequências e o reaparecimento de dinâmicas e movimentos nacionalistas que fazem uso, desde há uns anos para cá, de métodos muito mais agressivos e mortais tendo em vista os seus objectivos. A este tipo de movimentos denominaremos de nacionalismos exacerbados.

² O papel dos média faz-se sentir a dois níveis: em primeiro lugar como reflexo da própria globalização e do desenvolvimento tecnológico que possibilitou; em segundo lugar como meio utilizado pelo processo globalizante para divulgar todo o tipo de informação de outros locais do planeta.

«globalização» é frequentemente usado de forma abusiva e excessiva³, contribuindo para a enorme confusão à volta do mesmo, não só entre os teóricos, como também pelo próprio cidadão comum. Steger defende, por isso, que para se chegar a um entendimento sobre o conceito da globalização é necessário primeiro definir «globalidade». Sendo assim, sugere

‘[...] que empreguemos o termo globalidade para nos referirmos a uma condição social caracterizada pela existência de interligações e fluxos globais ao nível económico, político, cultural e ambiental que tornam irrelevantes muitas das fronteiras e dos limites existentes[...]este conceito aponta para uma condição social particular que, como todas as condições, está destinada a abrir caminho a constelações novas e qualitativamente distintas.’

Logo,

‘[...] o termo globalização deveria ser utilizado para nos referirmos a um conjunto de processos sociais que se pensa transformarem a nossa condição social presente numa condição de globalidade.’ (2006: 16-17).

Steger destaca assim o facto de, perante o fenómeno de globalização, as fronteiras, especialmente físicas, deixarem de actuar como barreiras entre os Estados e regiões, tornando-se muitas vezes irrelevantes. Perante este facto, o ambiente criado por este fenómeno, caracterizado pela tal existência de interligações e fluxos globais nos mais diversos domínios, é um ambiente de globalidade, sendo por isso considerado como uma nova condição social do ser humano.

Anthony McGrew sugere, por seu lado, na ajuda a uma melhor compreensão deste conceito, que se identifiquem as principais características deste processo, que são, a seu ver: o alargamento de actividades económicas, políticas e sociais a outros países para que todo o tipo de acontecimentos em determinada região do mundo possam ter algum significado e reflexo em indivíduos e outras comunidades de regiões diferentes do mundo; a intensificação da interligação no mundo sobre as mais diversas matérias e esferas da vida social, desde a economia à ecologia; a aceleração da interacção e processos globais, tais como a evolução de sistemas

³ É comum observarmos todo um tipo de situações e acontecimentos ser justificado como sendo causa directa ou indirecta da globalização. Muitas das vezes essa explicação peca por falta de objectividade e rigor, ou seja, a globalização não pode servir para justificar tudo o que se passa no planeta, até porque se trata de um conceito bastante complexo que abrange um sem número de particularidades.

mundiais de transporte e comunicação que aumentam a rapidez e velocidade da movimentação e transmissão de ideias, notícias, bens, informação, capitais e tecnologia por todo o mundo; o crescimento da extensão, intensidade e velocidade das interações globais associado ao aprofundamento de uma relação causa-efeito em que acontecimentos locais poderão desencadear consequências mundiais⁴ e acontecimentos mundiais poderão originar consequências locais bastante sérias⁵, esta relação cria um sentimento colectivo de consciencialização do mundo enquanto espaço social partilhado, que se refere à globalidade ou globalismo (2008: 18).

Apresentadas estas características, o termo globalização poderia ser entendido como a abertura, aprofundamento e aceleração de uma interligação à escala global, ou seja, a globalização trata-se de um processo ainda em evolução que se baseia numa modificação do sistema internacional, na medida em que representa uma aproximação entre as diferentes partes do Mundo (McGrew 2008: 16). Esta definição destaca-se, e sofre de inexactidão a meu ver, pela consideração da observância de uma aproximação da realidade entre países, ou seja, McGrew considera que o processo de globalização permite, através de uma maior interligação entre os diversos Estados, que os mesmos se assemelhem cada vez mais em termos de condições e qualidade de vida. Esta ideia, defendida por outros autores, é ao mesmo tempo criticada por outros que sugerem a possibilidade de ocorrer um maior distanciamento em contraposição à ideia defendida por McGrew, ou seja, as diferenças entre as partes poderiam aumentar ou agravar em vez de diminuir ou apaziguar. Iremos, mais à frente, avaliar essas outras opiniões.

Por outro lado, observamos com facilidade que este processo é ainda frequentemente associado apenas à vertente económica, perceptível através da abertura dos mercados que facilitou as trocas comerciais entre os Estados e suas empresas e possibilitou aos seus cidadãos disporem de uma maior diversidade de produtos a preços mais convidativos, promovendo o comércio justo e a livre concorrência. No entanto, à luz de interpretações como a de Steger podemos concluir que o processo de globalização se estende a outros domínios como são a política, a cultura ou o ambiente. A mesma opinião é partilhada por muitos outros autores, como

⁴ As acções de redes terroristas constituem, de resto, um bom exemplo dessa situação. As suas actividades, embora tenham alvos tipicamente localizados, acabam por desencadear um efeito global.

⁵ Quer seja um acontecimento local com efeitos globais, quer seja um acontecimento mundial com efeitos locais, estes factos são sintomáticos de um clima de interdependência complexa e profunda que caracteriza o mundo. Mais à frente abordaremos esta questão de forma mais minuciosa.

Malcolm Waters, que por sua vez se debruça, principalmente, nas três primeiras áreas referidas por Steger (Waters 1999). De facto, o processo globalizante para além de se fazer sentir na economia, através da forma já descrita, faz-se sentir politicamente através de um aprofundamento das relações entre os governos dos Estados, promovendo as práticas diplomáticas ao invés do confronto militar; faz-se sentir na cultura e educação, a partir de uma maior difusão de outras culturas, pela troca de símbolos tradicionais, possível pela maior capacidade de circulação dos cidadãos e pelo desenvolvimento dos meios de comunicação social; ou o ambiente, através de uma maior sensibilização ambiental, fruto do maior conhecimento da realidade global e a consciencialização de que a política ambiental de um país influi directamente no ambiente e nas políticas dos países vizinhos. Esse facto possibilita, aliás, um fortalecimento da cooperação dos Estados e dos mais diversos organismos contra a deterioração do ambiente.

Neo-realistas como Kenneth Waltz consideram, por seu lado, que a globalização significa, em si mesma, interdependência entre os Estados. Esta interdependência, segundo Waltz, refere-se a uma reciprocidade entre as partes onde esta ligação se manifesta de forma mais ou menos igual na cedência de bens e serviços. Nesse sentido, considera também que a interdependência dos Estados está intimamente ligada à sua dimensão territorial e capacidade de auto-sustentação. Segundo Waltz, quando várias potências lideravam o mundo, estas eram geograficamente menores do que as actuais grandes potências sendo, por isso, menos auto-sustentáveis. Por essa razão estas antigas potências negociavam mais entre si o que as tornava mais interdependentes. Esta interdependência veio a diminuir durante o séc. XX como reflexo de uma estratégia de obtenção de um maior poder e de um maior nível de auto-sustentação por parte das grandes potências. Assim, para o autor, o grau de interdependência do sistema varia consoante o nível de dependência das grandes potências (Waltz 2002: 199-200), concluindo,

‘A interdependência tende a decrescer à medida que o número de grandes potências diminui; e dois é o menor número possível [...] A correlação não é perfeita porque a interdependência económica varia com o tamanho, e não necessariamente com o número, das grandes potências. Apesar do tamanho tender a aumentar à medida que os números descem, podemos imaginar um mundo de quatro grandes potências, todas elas a baixos níveis de interdependência económica. Quanto maior for o país, maior a proporção dos seus negócios internamente.’ (Waltz 2002: 201).

Segundo esta premissa, as grandes potências de hoje estão em muito melhor posição pois não dependem tanto de outros Estados, isso significa que detêm um maior poder relativo. Ao dispor de um território maior, um Estado poderá ter uma capacidade de auto-sustentação bem maior. Isto é, no entanto, apenas uma suposição. Podemos observar, por exemplo, países como a China que, ao mesmo tempo, dispõe de uma enorme extensão territorial e apresenta uma dependência energética imensa. Parece-me óbvio, no entanto, que quanto maior for o número de Estados soberanos, mais dependentes estes se tornam de outros para satisfazer as suas necessidades internas. A importância dos recursos de um Estado para a sua auto-sustentação é enorme, entre os quais sobressaem os recursos alimentares. Em situações de conflito, por exemplo, é essencial para os Estados deterem grandes recursos alimentares que possibilitem a subsistência dos seus cidadãos (Baldwin 1993: 17). O estudo das relações internacionais têm-se destacado, aliás, nas últimas décadas, por considerar os estudos de segurança sobre um sem número de matérias que anteriormente eram ignoradas ou às quais não se prestava tanta atenção. A securitarização de aspectos tais como a alimentação, o ambiente, a energia, entre outros, têm-se revelado bastante importante, na medida em que nos permite obter novas perspectivas sobre certas tácticas e estratégias utilizadas em cenários de conflito e na sua preparação. A salvaguarda, por exemplo, dos recursos alimentares por parte de um Estado aquando de uma situação de crise, como um conflito ou um embargo, é crucial para a sobrevivência dos cidadãos e mesmo do Estado.

Uma diferente perspectiva sobre o processo de globalização foi adoptada por Robert Keohane e Joseph S. Nye Jr., permitindo uma nova abordagem sobre o fenómeno. Segundo estes autores, a globalização pode ser entendida, efectivamente, como um conjunto de relações interdependentes. Não obstante eles afirmam que globalização não significa interdependência «per se», isto porque, segundo Keohane e Nye, a globalização remete-nos para algo que exclusivamente aumenta enquanto a interdependência remete-nos para algo que pode tanto aumentar como diminuir. Nesse sentido defendem que o uso do termo «globalismo» estará mais próximo do conceito de interdependência pois, segundo os autores, o globalismo tanto se pode referir à globalização como à «desglobalização». Por outras palavras, a globalização fará parte de um fenómeno mais abrangente denominado globalismo. Por sua vez, globalismo refere-se a um estado do mundo caracterizado por redes de interdependência a distâncias multicontinentais, ligadas através de fluxos e transferência de bens, capitais, ideias, informação, pessoas, forças, assim como matérias ambientais e biológicas. (Keohane e Nye 2001: 299). A consideração do

globalismo como sendo constituído por duas partes, «globalização» e «desglobalização», é a ideia mais relevante desta análise. Dado isto, globalização, enquanto elemento constitutivo do globalismo, representa um crescimento do nível ou grau de interdependência entre os Estados. Sendo assim, torna-se crucial definir com uma maior precisão «interdependência» de forma a podermos compreender o que é a globalização e prosseguir com a nossa reflexão.

O próprio conceito de interdependência, à semelhança do que acontece com o termo globalização, pode considerar-se bastante vago, sendo utilizado de diversas formas, muitas vezes contraditórias. Já expusemos anteriormente a análise waltziana. Partilho agora a visão de Nye que parte da seguinte consideração:

‘ [...] a interdependência refere-se a situações nas quais os actores ou acontecimentos em diferentes partes do sistema se afectam mutuamente. Simplificando, interdependência significa dependência mútua.’ (Nye 2002: 225).

Seguindo esta linha de pensamento, os Estados estabelecem entre si, num mundo cada vez mais globalizado, relações de interdependência, segundo as quais se tornam dependentes de outros, tendo, ao mesmo tempo, consciência de que outros Estados dependem de si. Esta interdependência pode ser definida, também, como situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países ou actores presentes em diferentes países (Keohane e Nye 2001: 8).

Nye considera, igualmente, que o termo tem uma vertente ideológica e analítica, podendo, por um lado, ser utilizado como verbo político, e por outro lado, e mais interessante para o nosso caso, ser utilizado como termo analítico, referindo-se a uma dependência mútua entre as partes. Como afirma o autor, este facto não representa em si mesmo nada de mau ou de bom, ou seja, deverá ser encarado tal como ele é, um facto, podendo apenas ser distinguido por grau⁶. No que concerne à interdependência entre nações, em termos práticos, isto significa ‘às vezes mais ricas, às vezes mais pobres, às vezes para o melhor, às vezes para o pior’ (Nye 2002: 224-225).

Nye também identifica quatro qualidades ilustrativas das dimensões da interdependência: as suas origens, os seus benefícios, os custos relativos e a simetria. Sobre o

⁶ A interdependência entre Estados poderá apenas ser distinguida quanto ao grau de interdependência, que pode ser maior ou menor.

primeiro aspecto, a interdependência pode ter origem em fenómenos físicos ou sociais⁷. Outra qualidade são os benefícios da interdependência que são normalmente apresentados como sendo de *soma zero* e de *soma não nula*. Numa situação de *soma zero* o ganho de uma das partes significa a perda de outra das partes, por outro lado, poderão ocorrer situações de *soma positiva* ou de *soma negativa* (casos de *soma não nula*), sendo que no primeiro caso as partes envolvidas partilham os ganhos e no segundo caso partilham as perdas. Temos depois os custos da interdependência que se referem à sensibilidade a curto prazo e à vulnerabilidade a longo prazo. A sensibilidade à dependência diz respeito à importância e rapidez dos seus efeitos, ou seja, à rapidez com que determinada mudança numa parte do sistema de interdependência afecta e leva a alterações a outra parte do sistema. Por outro lado, vulnerabilidade está relacionada com os custos do abandono por uma das partes do sistema ou da alteração das regras do jogo, ou seja, refere-se à vulnerabilidade das partes consoante a alteração do *statu quo*. Por último, a simetria da interdependência⁸ diz respeito ao equilíbrio do sistema, ou seja, uma das partes do sistema pode ser mais dependente do que a outra, podendo esta diferença ser utilizada para uma projecção de poder pela parte menos dependente (Nye 2002: 225-234).

Keohane e Nye ressaltam, no entanto, que o globalismo representa apenas um dos tipos de interdependência existentes⁹, devendo conter duas características particulares para se observar: deverá referir-se a relações múltiplas e não apenas a simples ligações; e terá de incluir distâncias multicontinentais e não apenas redes regionais, para se poder considerar como uma rede de relações global (2001:229-230).

Estes dois autores, cientes desta interdependência que cada vez mais caracteriza o mundo, decidiram desafiar as principais premissas do pensamento realista das relações internacionais, por reconhecerem as dificuldades das mesmas em explicar esta nova realidade do sistema internacional. Assim, ao contrário do defendido pela teoria realista, consideraram que, em primeiro lugar, os Estados não seriam os únicos actores do sistema internacional, existindo cada vez mais actores transnacionais, em segundo lugar, a força militar não seria o único instrumento, pois os instrumentos económicos e instituições internacionais teriam mais

⁷ Como fenómenos físicos entendem-se, por exemplo, os fenómenos de cariz militar que consagram uma componente física patente nos arsenais dos países, enquanto como fenómenos sociais entendem-se os factores económicos, políticos ou perceptivos. Esta distinção ajuda à classificação do nível de interdependência entre Estados.

⁸ Este será aliás um dos aspectos centrais desta proposição. A ponderação sobre a simetria das relações de interdependência e os seus efeitos em termos de relações internacionais será um dos pilares da minha argumentação, como irei explicar mais adiante.

⁹ Para a nossa análise interessará apenas abordar o globalismo, pois é este o conjunto de relações de interdependência que está directamente relacionado com o fenómeno de globalização.

relevância, e em terceiro lugar, a segurança não era o fim dominante, mas, ao invés, o bem-estar dos cidadãos. Esta análise levada a cabo por Keohane e Nye culminaria na elaboração da teoria da interdependência complexa a qual é caracterizada: pelo facto de as sociedades estarem ligadas por múltiplos canais que podem ser referidos como relações interestaduais, transgovernamentais e transnacionais; por não existir uma hierarquia pré-definida das múltiplas relações mencionadas anteriormente; e, por último, pela não aplicabilidade da força militar num quadro de interdependência a este nível (Nye 2002: 236)¹⁰. Esta nova perspectiva apresentada por estes dois autores identificou, com sucesso, aliás, a limitação da escola realista por considerar os Estados como actores únicos de um sistema internacional caracterizado, na sua essência, por uma anarquia, reconhecendo por seu lado a existência de outros actores para além do Estado. Ao mesmo tempo, esta nova perspectiva constata que as questões militares não dominam, em todos os cenários, a agenda das relações internacionais, ao contrário do que advoga a escola realista, identificando ao invés, que não foi identificada uma hierarquia rígida entre as várias matérias, que vão, por esse motivo, encabeçando a agenda conforme o sistema internacional se apresenta e exige. Por último, num quadro de interdependência complexa, em que todas as suas assumpções se verifiquem, o conflito militar não é considerado uma opção para os Estados, ao contrário do ambiente de guerra e conflito constante descrito pela teoria realista. Considero, face ao trabalho desenvolvido por Keohane e Nye, que a realidade do sistema internacional e o ambiente de crescente interdependência que o caracteriza serão assim muito mais facilmente entendidos à luz desta nova perspectiva.

A teoria da interdependência complexa, como Robert Keohane e Joseph Nye denominam, parece oferecer uma nova capacidade interpretativa do fenómeno da globalização, identificando-o como parte de um processo mais abrangente, denominado globalismo e que se refere a uma alteração do grau de interdependência no sistema internacional que pode aumentar ou diminuir. Estas duas tendências são identificadas, respectivamente, como «globalização» e «desglobalização». Partindo desta proposta, sobre a teoria da interdependência complexa, considero que as relações ou redes de interdependência podem ser estabelecidas entre Estados ou outros actores nos mais diversos domínios, desde a economia, à cultura, ou ao ambiente. Ao aprofundamento transversal do grau ou nível de interdependência dos Estados referimo-nos como globalização, ou seja, apenas se trata de globalização, no verdadeiro sentido

¹⁰ Ver também: Keohane, Robert e Joseph S. Nye Jr. 2001. *Power and Interdependence*. Nova Iorque. Longman pp. 21-22.

da palavra, quando se observa um aumento do nível de interdependência das partes em relação a todos os domínios a que se concerne. Se assistirmos a um aumento do grau ou nível das relações de dependência dos Estados, por exemplo apenas no domínio económico, e um retrocesso do mesmo tipo de relações em termos, por exemplo, sociais ou ambientais, isso não poderá, segundo a minha perspectiva, ser considerado como globalização. No entanto, aceito que se possa falar em globalização económica ou globalização cultural como forma de distinção, sendo que, em rigor, os mesmos apenas representam partes do verdadeiro fenómeno. Este fenómeno de aprofundamento diferenciado das relações de dependência em termos de domínio, pode-se considerar como parte integrante do funcionamento de um processo maior, definido como globalismo, tal como sugerido por Keohane e Nye. Voltaremos, no entanto, a esta reflexão mais tarde, quando analisarmos os limites do processo de globalização.

Revisão de Literatura: Nacionalismo, Nação e Estado – o interesse nacional renovado

O outro conceito chave para a análise do tema proposto é o nacionalismo, que tal como sucede com o conceito de globalização, é muitas vezes susceptível a alguma confusão e controvérsia, necessitando, igualmente, de uma reflexão cabal, tendo em vista a sua explicação.

O nacionalismo não é um fenómeno do passado, é, ao invés, uma questão bastante actual. Não faltam exemplos, até mesmo dentro dos limites do espaço europeu, inclusivamente na União Europeia, de grupos e organizações que lutam e reclamam a independência de determinados territórios. Os casos da ETA em Espanha, do IRA na Irlanda e o caso ainda recente da auto-determinação e independência do Kosovo, nos Balcãs, são tudo exemplos da forma como os movimentos nacionalistas estão bem vivos e activos¹¹. Observemos por exemplo, em relação a este último exemplo, a reacção de alguns grupos de cidadãos radicais sérvios que levaram a cabo, imediatamente, acções de violência e vandalismo por toda a cidade de Belgrado em protesto com a decisão dos governantes do Kosovo¹². O Professor Adriano Moreira dá relevo a este facto quando se refere a um «movimento das regiões» no espaço europeu, originado pelo

¹¹ A região dos Balcãs é profundamente fragmentada por vários acontecimentos que lá ocorreram, e isso faz-se notar nas diversas nacionalidades da região (Gregos, Albaneses, Búlgaros, Romanos, Sérvios, Macedónios, Montenegrinos, Croatas, Bósnios, Eslovenos), desde a divisão do Império Romano em dois, à cisma cristã que dividiu os cristãos em católicos e ortodoxos e a invasão do Império Otomano ao território, introduzindo o Islão.

¹² Os principais alvos destes grupos têm sido as embaixadas dos Estados que apoiaram a decisão do Kosovo, assim como as empresas desses países estabelecidas na capital da Sérvia.

falhanço ao longo do tempo de alguns Estados centralizadores monárquicos na criação das nacionalidades europeias, exemplificando para isso os casos da já referida Espanha, Itália e inclusive de Portugal, em relação às suas regiões autónomas (Moreira 2003: 344). A questão que se coloca é, no entanto, se estas expressões nacionalistas são iguais às de séculos passados, ou se fazem parte de um novo fenómeno.

Howard Williams baseia-se no pensamento hobbesiano de interesse nacional para tentar demonstrar a real motivação por detrás dos movimentos nacionalistas. De facto, Thomas Hobbes considerava que um Estado, através do seu soberano, deveria defender os interesses do Estado e providenciar a segurança necessária ao seu povo, sendo que ninguém para além dele teria esse dever (Williams 1992: 66)¹³. O mesmo Howard Williams, concentra-se no *Contrato Social* de Jean-Jacques Rousseau para demonstrar como os cidadãos se unem em torno da soberania de um Estado, salientando a importância que Rousseau dá à organização social do Estado como o melhor caminho para a garantia de segurança e independência no Mundo (Williams 1992: 70-72)¹⁴. Segundo esta análise de Williams pode-se concluir que a evolução de um sentimento nacional está intimamente ligada a um aprofundamento da ligação entre os cidadãos e uma entidade soberana, que será, neste caso, um Estado.

A relação entre sentimento nacional e os termos nação e Estado é, de facto, demasiado próxima, sendo, na minha opinião, importante esclarecer o que cada um destes conceitos significa de forma a podermos compreender melhor o que de facto caracteriza o nacionalismo. Verena Stolcke faz referência a «nação» como uma alma, um princípio espiritual, a qual é resultado de uma evolução do passado, ou seja, nas suas palavras, os nossos antepassados fazem de nós o que nós somos (1995: 12). Na definição proposta por Ernest Gellner, nação é, desde logo, um conceito algo ilusório na medida em que é de difícil delimitação. Aliás, no seu livro *Nações e Nacionalismo*, Gellner sugere a discussão de duas definições provisórias e bastante rudimentares: 1. 'Dois homens pertencem à mesma nação se e só se partilharem a mesma cultura, a qual representa, por seu turno, um sistema de ideias, signos e associações, bem como modos de comportamento e comunicação'; 2. 'Dois homens pertencem à mesma nação se e só se se reconhecem como pertencentes a uma mesma nação. Por outras palavras, as nações fazem o homem' (Gellner 1993: 17-20). Estas definições surgem assim mais como

¹³ Ver também, Hobbes, Thomas. 2002. *Leviatã*. Lisboa. Imprensa Nacional Casa da Moeda pp. 265.

¹⁴ Ver também, Rousseau, Jean-Jacques. 2003. *O Contrato Social*. Mem Martins. Publicações Europa-América. pp. 23-25.

condições para que um indivíduo seja reconhecido como pertencente a determinada nação do que propriamente como uma representação de uma definição para nação. Já Benedict Anderson aponta aspectos interessantes da definição de nação, considerando a mesma como uma comunidade política imaginária devido a três factos: o facto de ser impossível aos indivíduos que fazem parte de uma nação conhecer e entrar em contacto com todos os outros membros da nação, sendo que no entanto, estes indivíduos consciencializam uma imagem de uma comunhão entre todos eles que os liga indefinidamente; o facto de até as maiores nações conhecer o que as delimita; e o facto de ser considerada soberana por ter surgido numa época em que o Iluminismo¹⁵ e a revolução ameaçavam e destruíam a legitimidade do reino dinástico (Anderson 1991: 5-6).

Sobre o outro termo que considero importante para nos ajudar a perceber um pouco melhor o sentido de nacionalismo, o Estado, Ernest Gellner, parte da definição proposta por Max Weber¹⁶, e considera-o como uma 'instituição ou conjunto de instituições especialmente consagradas à manutenção da ordem' (Gellner 1993: 14-15). Esta perspectiva pode parecer, no entanto, demasiadamente simplista, pois a acção de um Estado não se poderá limitar, a meu ver, à manutenção da ordem no seu espaço de acção. Por esse motivo, refiro a proposta apresentada por António José Fernandes que, partindo da identificação dos elementos do Estado, considera o Estado como uma 'sociedade política integrada, caracterizada por uma interacção permanente entre a base social e o aparelho do Estado', ou seja, trata-se de uma sociedade organizada em que cada um dos seus cidadãos está revestido de uma capacidade de influência sobre os altos órgãos do Estado, através dos meios de comunicação, associações e partidos (Fernandes 1995: 71-74). Esta proposta parece-me mais indicada porque identifica primeiramente os elementos do Estado e aborda a forma como estes influenciam o mesmo.

No entanto, será importante salientar um acontecimento histórico para a formação do Estado moderno. De facto, a assinatura dos diversos tratados que envolveram a Paz de Vestefália, em 1648¹⁷, viria a formar o actual sistema de Estados através da introdução de noções e princípios fundamentais sobre a soberania dos Estados. O conceito de Estado-nação foi

¹⁵ Termo utilizado para descrever uma determinada época da filosofia ocidental e de uma diferente cultura de vida, que se estendeu por quase toda a Europa no século XVIII. Segundo esta vertente filosófica, os principais valores da sociedade seriam a liberdade, a democracia e a razão. Destaca-se, entre outros, o nome de Immanuel Kant, introdutor do conceito de paz perpétua.

¹⁶ Segundo Max Weber, o Estado seria a instituição que padece do monopólio da violência legítima na sociedade, ou seja, o Estado é a única instituição com autoridade para utilizar a violência em prol da manutenção da ordem na sociedade.

¹⁷ Este conjunto de Tratados que viria a resolver muitas das disputas a ocorrer no continente europeu, serviu primeiramente para encerrar a Guerra dos Trinta Anos.

oficialmente instituído após este processo como uma instituição política, social e juridicamente organizada, que ocupa um território definido e reconhecido internamente e externamente, tal como acontece com a sua soberania sobre esse território. É com base neste princípio que a acção do Estado é consagrada, pois, como Max Weber defende, é este que detém o monopólio da violência legítima, na sua busca pela ordem social no interior do seu território.

Agora que já analisamos estes dois elementos fundamentais para a compreensão do fenómeno de nacionalismo, e que compreendemos a formação do actual sistema de Estados, recorro à ajuda de Katherine Verdery que, com base no trabalho desenvolvido por J. Borneman, tenta perceber o teor do fenómeno, evidenciando que, antes de mais, não se deve confundir nacionalismo com nacionalidade, pois se por um lado o primeiro refere-se ‘...aos sentimentos conscientes que tomam a nação como objecto de devoção activa...’, por outro lado nacionalidade refere-se ‘...às interacções e práticas diárias que produzem um sentimento inerente, ..., de «pertença», de «estar em casa».’ (Verdery 2003: 62).

Por outro lado, parece-me importante, antes de aprofundarmos mais a nossa reflexão, considerar o ponto de vista antropológico sobre o conceito de nacionalismo. Segundo o olhar antropológico, este fenómeno trata-se de uma forma «ideológica social», sendo um meio de ‘classificação social que parte do princípio que determinados tipos de diferença são importantes’, onde o ser humano se agrupa em «tipos» a partir de relações de «cultura partilhada», «origem» e «quasi-parentesco». Os nacionalismos reconhecem uma homogeneidade presente num ‘determinado povo e a sua diferenciação de outros’, sendo que o conceito de Estado é fundamental para a sua organização. Por seu lado, o conceito de nação deriva de uma relação íntima entre o Estado e os ‘seus supostamente idênticos súbditos’ (Verdery 2003:64). Por seu turno, Stephen Van Evera, ao analisar os efeitos do nacionalismo, define o conceito como um movimento político com duas características centrais, o facto de os indivíduos serem leais primeiramente para com a sua etnia ou comunidade nacional e conseqüentemente o facto de essas comunidades desejarem um Estado independente e soberano (Evera 1995: 136).

Da mesma forma, e partindo da sua análise dos termos Estado e nação, Gellner define então nacionalismo como ‘um princípio político que defende que a unidade nacional e a unidade política devem corresponder uma à outra’. Esta definição permite, sugere Gellner, um melhor entendimento sobre sentimento e movimento nacionalistas (1993: 11). Continuando, sentimento nacionalista caracteriza um estado de cólera e revolta causado pela violação do princípio,

enunciado atrás, ou devido ao estado de satisfação causado pela sua realização. O movimento nacionalista, por seu lado, caracteriza um movimento que decorre do surgimento do tal sentimento nacionalista, ou seja, para que o mesmo ocorra, é necessário o surgimento de um sentimento de revolta com origem numa ameaça quer à unidade nacional, quer à unidade política. Gellner acrescenta ainda,

‘Em suma, o nacionalismo é uma teoria da legitimidade política que exige que as fronteiras étnicas não atravessem as fronteiras políticas e, especialmente, que as fronteiras étnicas dentro de um mesmo Estado [...] não separem os detentores do poder do resto da população.’ (Gellner 1993: 12).

Esta proposição de Gellner destaca-se, a meu ver, por procurar entender, ao mesmo tempo, sentimento e movimento nacionalista, identificando-os como algo que poderá levar ao desencadear de violência, da mesma forma que representa uma reacção a uma ameaça exterior. Nesse sentido, nacionalismo será, então, uma espécie de teoria política legítima em que as fronteiras da etnicidade não devem atravessar as fronteiras políticas. Tratam-se, portanto, de ideologias étnicas que autenticam os seus membros como dominadores de um território e, posteriormente, de um Estado. Estas «fronteiras étnicas» – termo utilizado por Frederik Barth no seu livro *Ethnic Groups and Boundaries* (1998) visando a análise das distinções muito particulares entre grupos de indivíduos, delimitando-os – nunca devem ser confundidas com as fronteiras de um território, pois não são necessariamente coincidentes, muito pelo contrário. Ao invés, estão relacionadas com as fronteiras sociais entre os diversos grupos. Estas fronteiras sociais não visam o isolamento dos grupos, na medida em que o conceito de etnicidade considera a interacção entre grupos como algo de positivo e necessário (Eriksen 1993: 37). Já o oposto pode acontecer com as fronteiras físicas e políticas dos territórios, que podem isolar os seus membros de outros grupos. Vejamos o exemplo da República Popular Democrática da Coreia (RPDC) onde os seus cidadãos vêm-se confrontados com um controlo permanente e apertado sobre as suas vidas, por parte do Estado, e privados de muitas coisas, tais como liberdade de expressão, ou o acesso a todo o tipo de bens e serviços de origem estrangeira, como são exemplo jornais estrangeiros, canais de televisão internacionais e serviço de internet¹⁸.

¹⁸ Pensa-se que a grande maioria dos cidadãos da RPDC apenas tenham acesso a informação dada pelos serviços controlados pelo Estado. Este facto impossibilita muitas vezes que estes cidadãos tenham conhecimento de diversas situações que ocorram no mundo, inclusivamente aquelas que envolvam o seu país.

Também Nye aborda esta questão do nacionalismo, considerando a existência de um nacionalismo moderno que foi decisivamente impulsionado pela Revolução Francesa, quando alguns grupos políticos em ascensão assentes na classe média decidiram que a decisão do futuro do país deveria passar pelo povo e não apenas pelas mãos do rei (Nye 2002: 207). Hans Morgenthau, que concorda com a existência de um nacionalismo moderno, defende que o mesmo refere-se apenas ao final do século XX, sendo diferente do nacionalismo tradicional, conhecido até ao século XIX, e que culminou nos movimentos nacionais e no conceito de Estado-nação¹⁹. O nacionalismo de hoje é, nas palavras de Morgenthau, um nacionalismo universalista que, ao contrário do nacionalismo tradicional, parte do conceito de nação para uma missão universal cujo objectivo é garantir a uma nação e a um Estado o direito de impor os seus próprios valores, normas e padrões de acção a todas as outras nações (2005: 338-339). Esta perspectiva, de espectro claramente realista, tem por base a assumpção do interesse particular dos Estados e a busca eterna dos mesmos em concretizá-lo num ambiente internacional de todos contra todos, caracterizado por uma anarquia profundamente implantada.

Também Francis Fukuyama, embora não fazendo a distinção entre nacionalismo tradicional e moderno, considera este fenómeno, tal como hoje é conhecido, como algo relativamente recente e diferente, isto porque o mesmo alterou a relação domínio/servidão, que tão profundamente o caracterizava, por 'um reconhecimento igualitário e recíproco'. O problema desta alteração é que apenas um grupo étnico ou nacional é reconhecido pelo movimento (Fukuyama 2007: 260). O autor vai mais longe e afirma que os nacionalismos acabam por ser um 'produto da industrialização e das ideologias democráticas e igualitárias' que acompanharam essa industrialização. Numa altura em que a religião e outros factores já não tinham a capacidade de organizar e reunir as pessoas de uma forma eficiente, tornou-se necessária uma ideologia que fosse capaz (Fukuyama 2007: 263; Eriksen 1993: 99)²⁰.

John Breuilly propõe, por sua vez, que o termo nacionalismo possa ser encarado de três formas diferentes, a saber: como ideologia, como acção política ou como sentimento (Breuilly 2008: 404). Sendo assim, será uma ideologia enquanto uma visão do Mundo por parte do

¹⁹ Morgenthau considera que o nacionalismo moderno que ele identifica é naturalmente diferente daquele que culminou na criação do conceito de Estado-nação, após a Paz de Vestefália. De facto, o conceito de Estado-nação assenta no reconhecimento da soberania de um Estado sobre determinado território, o que difere da noção de nacionalismo moderno e universalista que Morgenthau advoga.

²⁰ Francis Fukuyama (2007: 263) considera que a necessidade de interligação económica nacional, assim como a constante mobilidade laboral obrigaram os diversos cidadãos dos Estados a ter a "cultura linguística comum como o principal factor de relacionamento social". Cf. Fukuyama, Francis. 2007. *O Fim da História e o Último Homem*. Lisboa. Gradiva.

indivíduo; será uma acção política quando movimentos utilizam-na na luta pela formação de um Estado-nação; e pode representar um sentimento se o nacionalismo alterar a sensação de identidade de um indivíduo. Cada um destes aspectos poderá depois ser dividido em vários tipos. O nacionalismo enquanto ideologia pode ser dividido em nacionalismo civil e nacionalismo étnico, onde o primeiro caso refere-se a um compromisso a um Estado e aos seus valores, e o nacionalismo étnico diz respeito a um compromisso com um grupo cujos indivíduos partilhem semelhanças com as quais se identificam, os chamados grupos étnicos. Por sua vez, o nacionalismo enquanto sentimento pode ser dividido em nacionalismo de elites ou nacionalismo de massas, sendo que o primeiro refere-se a sentimentos e ideias que apenas colhem a simpatia de uma pequena parte ou classe da sociedade e o segundo refere-se a um sentimento transversal à população. Por último, o nacionalismo enquanto acção política pode ser dividido em *state-strengthening*²¹ e *state-subverting*²². No primeiro caso este aceita a existência do Estado, procurando o seu fortalecimento na esfera interna através de uma purificação da nação, possível pela aplicação de reformas de governo, e na esfera externa pela reclamação do território nacional e pela projecção de poder. O segundo caso diz respeito a uma tentativa de criação de um novo Estado, normalmente possível pela separação do território de um outro Estado de uma dimensão maior ou através da unificação de Estados de menor dimensão territorial.

Independentemente do seu teor, o nacionalismo é frequentemente associado e conotado como uma ideologia de extrema-direita, mas, na realidade, esse pressuposto poderá estar incorrecto. Efectivamente, como considera Thomas H. Eriksen, será um erro considerar que o nacionalismo seja, dentro do espectro político, um movimento de direita ou de esquerda, podendo enquadrar-se em ambos, fazendo inclusivamente mais sentido colocá-lo e classificá-lo juntamente com realidades mais particulares, tais como as religiões (1993: 101). No entanto, entendo que o sentimento nacionalista, ou os movimentos nacionalistas não significam necessariamente comportamentos e actividades violentas. Sendo essas acções uma realidade evidente, proponho uma nova noção, se assim podemos dizer, a de nacionalismos exacerbados. Este tipo de movimentos significa exactamente uma ligação de um sentimento de índole nacionalista a um tipo de comportamento violento, que se reflecte no planeamento e execução de acções que visam a violência com o objectivo de provocar o terror. Os grupos terroristas são o

²¹ Fortalecedor do Estado

²² Perversor do Estado

melhor exemplo desta realidade. Irei voltar a falar deste fenómeno dos comportamentos exacerbados de certos movimentos nacionalistas, aquando da minha análise sobre o terrorismo e a sua relevância para o presente estudo.

Os movimentos nacionalistas baseiam-se, na minha opinião, em alguns aspectos centrais: em primeiro lugar, os movimentos nacionalistas ou separatistas destacam-se sempre por terem uma liderança carismática, capaz de unir os cidadãos em torno de um objectivo comum. De facto, um movimento nacionalista para ter sucesso e capacidade de mobilização deverá ter uma liderança capaz de transmitir a sua mensagem, com capacidade de motivar os que estão á sua volta. Em segundo lugar, estes movimentos, com maior ou menor expressão, influem, através das suas acções, nas políticas quer internas, quer externas dos Estados, sendo por isso actores da política internacional. O melhor exemplo são, mais uma vez, as acções terroristas que a acontecerem preocupam toda a comunidade internacional, ameaçando a segurança internacional e não só a segurança interna dos Estados. Terceiro, grande parte da argumentação dos nacionalistas assenta na falta de regras e normas que limitem a anarquia no sistema internacional. Isto é, de resto, algo que me parece obvio, pois apesar de reconhecer a acção das empresas multinacionais e de organismos transnacionais, estes não conseguem controlar o funcionamento do sistema internacional, continuando a ser caracterizado pela sua anarquia. Por último, a moral nacionalista é muito importante para estes movimentos, pois é o elo de ligação dos cidadãos a estes grupos, ou seja, a capacidade de recrutamento de determinado grupo está intimamente relacionada com este facto. Estes aspectos ajudam-nos a compreender melhor a existência e o funcionamento destes movimentos, enquadrando-se no pensamento teórico tucidiano²³ que, como Michael Doyle sugere (1997), poderá ser utilizado para a análise das lideranças, dos regimes, das estruturas internacionais e da moralidade ou ética, tendo em vista a explicação da realidade internacional.

Como pudemos ver, tentar delimitar o conceito de nacionalismo constitui uma tarefa que enfrenta dificuldades semelhantes às de definir a globalização, sendo alvo de diferentes percepções. Parece-me, no entanto, importante salientar o mérito da escola realista pela sua capacidade em identificar a relação do nacionalismo e dos movimentos nacionalistas com o

²³ Tucídides que se destacou pela sua retratação do conflito que opôs atenienses e espartanos, na Guerra do Peloponeso, introduziu um novo olhar na análise dos conflitos e das relações internacionais que se enquadra naquilo que apelidamos de realismo complexo.

interesse nacional. Destaca-se, nesse sentido, o trabalho de Howard Williams, principalmente pela sua análise do superior interesse nacional dos Estados, baseando-se nos trabalhos de Hobbes e Rousseau. Por seu lado, o trabalho desenvolvido por Ernest Gellner tem, a meu ver, especial relevância por considerar a importância da ameaça externa como catalisador da formação de um sentimento nacionalista. Destaco também os trabalhos de Katherine Verdery, pela utilização do olhar antropológico sobre o conceito, e de Hans Morgenthau sobre a identificação de um nacionalismo moderno²⁴.

²⁴ Ideia partilhada, aliás, por outros autores como Francis Fukuyama.

II – A HETEROGENEIDADE MUNDIAL NUM MUNDO PARCIALMENTE GLOBALIZADO

A percepção do *Outro* no mundo, a relevância do olhar antropológico e o perigo do etnocentrismo

Um dos principais problemas que o fenómeno da globalização enfrenta é a natureza heterogénea do mundo, ou seja, o mundo apresenta-se como um espaço cujas diferenças são significativas e se vão sentido numa distância relativamente curta. De facto, esta realidade é facilmente observada até em países de pequenas dimensões, reflectindo-se num sem número de etnias, culturas, características e ideias diferentes. Para uma boa análise desta realidade e dos efeitos da globalização no mundo, é necessário compreender estas diferenças, sendo para isso imprescindível a utilização de um olhar antropológico.

Este olhar antropológico continua a ser um enorme desafio, sendo constantemente ignorado pelos líderes e governantes mundiais, o que por sua vez conduz a percepções erradas da realidade do mundo e, conseqüentemente, da realidade do sistema internacional. Considero essencial, para a utilização deste olhar antropológico, e para o aprofundamento da nossa reflexão, que nos debrucemos sobre outro conceito, o de etnicidade, que a meu ver será extremamente relevante, pois permitirá entender as dificuldades da percepção do *Outro* num mundo parcialmente globalizado.

Antes disso, devo salientar que também na análise e estudo antropológico existem diversas condicionantes, estando as diferenças culturais e acima de tudo linguísticas no topo da lista. Este facto é descrito na perfeição por Joel Kahn, com base na descrição de DuBose Heyward sobre a sua experiência de vida e convivência junto de diferentes grupos étnicos, onde afirmava sentir-se como se estivesse no seio de um grupo de extra-terrestres, dada a difícil tarefa de compreensão mútua com que se deparava (Kahn 1995: 76). Este tipo de incompreensão representa, desde logo, um enorme entrave para a compreensão do *Outro*, levando as pessoas mais desatentas e imprudentes a afirmar coisas que não correspondem em nada à realidade. Esta postura leva, por seu lado, por diversas vezes, a uma assumpção errada sobre o que é necessário para estes grupos étnicos e o que é o melhor para eles. Ao partir desta visão, a pessoa está a cometer um erro grave, assente naquilo que denominamos de etnocentrismo, ou seja, assente na suposição de que sabemos o que o *Outro* pensa e necessita, tendo por base as nossas próprias ideias e necessidades, assim como a nossa forma de estar e de viver. Isto

apresenta-se, aliás, como o maior obstáculo para os antropologistas, que tentam ultrapassá-lo a todo o custo. Nesse sentido, para a disciplina antropológica o conceito de «etnicidade» tem tido particular interesse principalmente desde 1960, procurando defini-lo e delimitá-lo o máximo possível. Parece-me óbvio que não existirá nenhuma ciência mais capaz que a Antropologia para investigar e analisar o termo «etnicidade», os seus fundamentos e conteúdo.

Passando a esse objectivo, o termo é algo relativamente recente para os antropologistas, ao contrário do que acontece, por exemplo, com o seu prefixo “etnia”, o qual denota certas características semelhantes aos termos «raça» e «racial». Efectivamente, como o próprio Thomas Erikson refere, ‘it (ethnic) was used in this sense in English..., when it gradually began to refer to racial characteristics’ (1993: 4). É, no entanto, aqui que entra a visão antropológica, pois é ela que vem conferir alguma particularidade ao conceito, não o misturando com questões raciais, considerando que tal seria porventura incorrecto e falacioso, devido ao próprio «valor descritivo duvidoso» que o termo «raça» transmite. A antropologia coloca inclusivamente em causa a classificação das pessoas em termos de raça, pois, defende que a mesma acaba por não descrever, nem dizer nada sobre o indivíduo, ou seja, a qualificação das pessoas em raça não nos ajuda em nada a saber algo sobre *o Outro*.

Frédrik Barth, por seu lado, na introdução da sua obra *Ethnic Groups and Boundaries*, refere alguns dos aspectos que, na sua opinião, são geralmente atribuídos ao conceito de grupo étnico, entre os quais, a consideração de um grupo étnico enquanto uma população biologicamente auto-perpetuada, que partilha valores culturais fundamentais, que mantém um campo de comunicação e interacção e onde os seus membros se consideram e são considerados, por outros indivíduos extra-grupo, como constituintes de uma *distinguishable category* (1991: 107). Prosseguindo, Barth considera a «etnicidade» como ‘...um meio fundamental para ordenar a vida social...’, podendo esta ser colocada ao mesmo nível que outras características do ser humano como a idade, o género, ou o parentesco, ou seja, a etnicidade de um indivíduo pode, ao contrário do que acontece com uma classificação por raça, definir e dizer-nos algo sobre *o Outro*.

Apesar dos inúmeros antropólogos que se debruçam sobre esta questão, de uma forma geral, as várias opiniões estão de acordo num ponto: a «etnicidade» está relacionada com a classificação das pessoas e das relações dos vários grupos que existem e se vão formando numa sociedade, sendo que esta ligação não é baseada numa relação maioria vs minoria, mas antes numa relação entre grupos que se consideram a si próprios e são vistos pelos outros como

possuidores de características diferentes, sem que isso signifique uma predominância de um grupo sobre outro. No entanto, segundo Eriksen, existe uma condição para se poder verificar a validade do termo «etnicidade». Na sua opinião, é impreterível existir alguma forma de contacto entre os diversos grupos, pois se esse contacto não existir, será impossível a um grupo se aperceber e consciencializar que possui características distintas de outros grupos (Eriksen 1993: 12). Esta condição leva, antes de mais, ao reconhecimento das particularidades que definem o seu grupo e ao reconhecimento das particularidades dos outros grupos.

«Us and Them» – Nós e os Outros

Como já vimos anteriormente existe um conjunto de características que ajudam a definir etnicidade, começando, desde logo, por ser essencial que haja uma distinção sistemática entre pessoas de um determinado grupo e de outros grupos (*Us and Them*) (Eriksen 1993: 18). Mas o que leva dois ou mais grupos a entrarem em contacto e a interagirem?

Um dos aspectos e explicações mais relevante é o crescimento desse grupo, ou seja, conforme o aumento de população de determinado grupo, a probabilidade de este entrar em contacto com outro grupo é muito maior, até por uma questão de limitação espacial característica do nosso planeta. Depois do primeiro contacto, há uma diversidade de factores que podem aumentar essa interacção, como por exemplo, o desenvolvimento das vias de comunicação, o que facilita imenso as trocas de conhecimento entre grupos, nos mais diversos domínios. Por outro lado, e aliado ao aumento populacional, estão os fenómenos migratórios que ainda hoje persistem, pelos mais diversos motivos, tais como são as questões sócio-económicas, ambientais, alimentares, ou relacionadas com conflitos armados, e que se reflectem na necessidade que as pessoas têm de se deslocar para outros locais, deixando o seu grupo natural e deslocando-se para o seio de outros grupos, onde normalmente serão bem aceites²⁵.

Eriksen, ao longo da sua análise, constatou outra particularidade no que concerne ao primeiro contacto entre indivíduos de grupos diferentes. Nesse primeiro encontro foi possível observar que existe uma necessidade, por parte dos intervenientes, em identificar o grupo étnico

²⁵ De referir que esta aceitação nem sempre é bem sucedida, principalmente no que se refere aos primeiros elementos a migrarem. Por vezes estes são alvo e vítimas de atitudes racistas e xenófobas, criando e enraizando um sentimento de ódio no seio dos grupos que, inevitavelmente, mina a reacção que possa vir a existir entre os diversos grupos.

do outro, isto porque o seu comportamento adaptar-se-á em virtude da resposta, procurando a melhor forma de interagirem um com o outro (Eriksen 1993: 22). Este comportamento é vital para sobrevivência do grupo, demonstrando a importância da adaptação comportamental consoante os indivíduos estranhos com os quais entram em contacto. Esta adaptação não significa uma traição ou corrupção às características e particularidades que identificam os sujeitos de determinado grupo, refere-se antes a uma capacidade de tentar melhor entender e receber o *Outro*, evitando comportamentos que poderão ser considerados insultuosos ao mesmo tempo que permite exigir e pressionar os elementos estranhos, pertencentes a outro grupo, a adoptar uma postura similar.

O valor das «distinções»: as *social boundaries*

Seria antes de mais um erro, como atrás foi elucidado, considerar que a raiz da identidade étnica esteja na cultura dos grupos. Os antropologistas defendem, pelo contrário, que se deverá aprofundar o estudo da interacção e organização/estratificação social para se delimitar as distinções étnicas. Um dos autores que se destacou nesta matéria foi Frederik Barth que se recusou a dar tanta importância aos factores culturais, procurando, ao invés, encontrar as distinções que eram muito particulares e que delimitavam cada grupo de indivíduos.

Barth utilizou um termo para caracterizar o seu estudo, referindo-se a essas características particulares como *boundaries* (= fronteiras), mostrando que elas delimitavam algo, neste caso a «etnicidade» do grupo (Barth 1991). De referir que não se deve, no entanto, confundir estas *fronteiras* com fronteiras de território, mas sim com *social boundaries* na medida em que estas não isolam os grupos, pois tal situação iria, desde logo, contrariar o próprio conceito de «etnicidade», no qual torna-se necessário existir contacto entre os grupos. Estas *social boundaries* são constituídas pelas diferenças e particularidades que caracterizam os indivíduos e, conseqüentemente, os grupos aos quais pertencem. Barth argumenta que a forma como os grupos étnicos defendem, delimitam e mantêm as suas *fronteiras* acaba por ser vital para a sobrevivência da sua etnicidade.

No seu artigo sobre a identidade dos *Pathans* e a sua manutenção, Barth refere que naquele caso em particular, aquele grupo étnico apresenta não só uma grande cultura como um grande leque de formas sociais. Nesse estudo, Barth faz especial referência à relação entre

anfitrião e estrangeiro – *Us and Them* – constatando que os *Pathan* têm uma hospitalidade extraordinária, recebendo as pessoas estranhas no seu grupo de uma forma bastante agradável, oferecendo comida, hospedagem, e boas-vindas, esperando, em contrapartida, que essas pessoas não coloquem em causa a sua soberania e autoridade²⁶. Através deste comportamento os anfitriões procuram também testar e observar a atitude dos estrangeiros, de forma a poderem prever, mais tarde, as suas reacções (Barth 1991: 107). Este tipo de comportamento pode estar intimamente ligado ao de uma organização política. Neste caso, será possível fazer um paralelismo entre uma organização étnica e uma organização política, segundo o qual a imagem de um político poderá suportar um enorme simbolismo.

K. Verdery viria a prosseguir o trabalho de Barth, chegando à conclusão que para se chegar ao verdadeiro sentido do termo «etnicidade», tal não seria possível através da análise da cultura. Ao invés, propõe um olhar diferente sobre o próprio termo, considerando-o uma 'forma de organização social'. Além disso, continua Verdery, as raízes/origens deste tipo de organização social, estão na sua dicotomização e não no conteúdo cultural. Consequentemente, as acções de reconhecimento de pertença e auto-pertença²⁷ acabam por ser vitais para se efectuarem as devidas identificações étnicas (Verdery 2003:47).

Apesar de tudo, delimitar o conceito de «etnicidade», através da identificação de apenas um critério específico e consensual, trata-se de uma tarefa árdua com a qual os antropologistas vêm-se, igualmente, confrontados. Por outro lado, existe o perigo de que uma classificação do indivíduo segundo a sua etnicidade esteja a perder a sua validade e pertinência devido, curiosamente, a todo um multiplicar de divulgação cultural, possível e alargado através do fenómeno da globalização, que poderá pôr em risco as distinções entre os grupos, podendo eventualmente fazê-las desaparecer. A globalização pode ser vista como um meio de difusão de uma cultura global que visa a diluição ou erosão das já referidas *social boundaries*. Esta ideia assemelha-se, de alguma forma, à defendida por James Rosenau, a qual iremos aprofundar no capítulo seguinte²⁸. Esta posição é, no entanto, altamente controversa, por se considerar também

²⁶ Como aludi anteriormente, o indivíduo através de um comportamento agradável perante o Outro procura ver a sua autoridade reconhecida e respeitada, exigindo, tacitamente, que o Outro se comporte de forma igualmente agradável para com ele.

²⁷ Do inglês to ascribe ou do português do Brasil "ascrição e auto-ascrição", referindo-se à capacidade de nos reconhecermos e reconhecer outros como pertencentes a grupos distintos.

²⁸ Ver página 43. De notar, no entanto, que a ideia e análise de Rosenau incidem, essencialmente, na diluição das fronteiras físicas e territoriais, podendo, neste caso aplicar-se e estender-se às *social boundaries*.

que tal situação será altamente improvável de ocorrer dadas as características e a defesa vincada e acérrima de certas identidades e culturas.

É com base neste facto, no entanto, que os sentimentos nacionalistas estabelecem e apoiam a sua argumentação. O receio de nos tornarmos «todos iguais», no sentido de partilharmos toda uma mesma identidade, uma mesma cultura, persegue o subconsciente de muitos de nós. Ao mesmo tempo contribui para um receio cada vez maior, embora não muito retratado, de que o estado de liberdade do ser humano em pertencer a determinada identidade esteja seriamente comprometido. Este facto pode-se verificar não somente nas acções de âmbito nacionalista, mas também, nos pequenos, e considerados insignificantes, comportamentos de cidadãos na defesa de pequenas características tradicionais da sua sociedade ou cultura.

É de resto esta dúvida sobre a capacidade do ser humano em respeitar e reconhecer o que é dos outros que leva muitas vezes ao conflito. Do mesmo modo, a inexistência de um esforço pessoal em tentar compreender *o Outro* e em adaptar o seu comportamento tendo em consideração os valores do *Outro*, contribuem para que a heterogeneidade do mundo não seja ultrapassada de forma pacífica, porque os erros cometidos por cada ser humano são transportados e assimilados, normalmente, pelo grupo ao qual pertence.

Os limites de uma globalização imperfeita

Associada à incapacidade de entender *o Outro*, o processo de globalização e as falhas que o mesmo apresenta contribuem para o reaparecimento de animosidades que se aglomeram em grupos de pessoas e que ameaçam quer a segurança interna, quer a segurança externa dos Estados. A minha análise sobre o processo globalizante aponta, desde logo, três importantes características ou, se desejarmos, limitações «desta» globalização. Desde logo, observo que a evolução do fenómeno tem-se mostrado, até agora, incapaz de as ultrapassar, embora concorde que ainda é muito cedo para retirar uma conclusão definitiva sobre este facto, até por se tratar de um processo que se encontra em curso²⁹. Identifico estas três limitações da seguinte forma: assimetrias decorrentes do processo de globalização; globalização parcial em termos espaciais,

²⁹ De facto, um dos maiores obstáculos no estudo das relações internacionais é a dificuldade em nos afastarmos de determinado acontecimento, ou seja, para a correcta avaliação de determinada situação deveremos nos distanciar temporalmente e espacialmente do objecto de estudo. Sendo assim, e reportando-nos ao nosso caso, torna-se difícil avaliar as verdadeiras consequências do processo de globalização, por este ainda estar a acontecer. É este, aliás, o principal desafio desta reflexão.

ou globalização espacial parcial; e globalização parcial em termos temáticos, ou seja, em termos de domínio. Embora as duas últimas limitações refiram-se à parcialidade do processo, penso ser pertinente, e de melhor assimilação, analisar separadamente os mesmos.

Começemos pela primeira dessas limitações, e talvez a mais importante e relevante para este estudo, que se refere aos assimetrismos decorrentes do processo globalizante. De facto, a ponderação liberal deste fenómeno considera uma aproximação entre as realidades dos Estados à medida que estes participam de uma forma mais activa no processo e se tornam mais interdependentes, ou seja, o processo de globalização iria significar, segundo esta premissa, ganhos para todos os Estados. Este facto é precisamente apontado por Luís Lobo-Fernandes, ao descrever que uma ideia de prosperidade global foi especialmente disseminada após o desmoronamento do império soviético, em 1991, com o intuito de convencer os Estados que uma abertura à globalização significaria exactamente um *jogo de soma positiva*³⁰. No entanto, explica também Lobo-Fernandes, esta mesma ideia é contrariada por outras correntes de pensamento,

‘ Do lado das perspectivas teóricas mais críticas, a globalização condiciona as possibilidades de alternativas políticas e provoca uma erosão transversal das fronteiras ... funcionando antes como uma espécie de «intrusa», constituindo-se numa base para desequilíbrios sociais acentuados.’ (Lobo-Fernandes 2004: 80-81).

E conclui,

‘ O raciocínio é simples: num mundo mais aberto a divisão do trabalho é favorável aos países ricos. O discurso globalista oculta, pois, um dado essencial: o mundo não constitui uma «totalidade».’ (Lobo-Fernandes 2004: 81).

Esta análise vai, de resto, ao encontro da ideia já enunciada dos assimetrismos provocados pelo processo de globalização à realidade do sistema internacional, onde o *jogo de soma positiva* afinal não se verifica tal como os teóricos liberais anunciam. Esta ideia é também sublinhada por Robin Brown, ao afirmar que o processo de globalização não elimina as diferenças entre os

³⁰ Como já vimos, este jogo de soma positiva não se observa afinal, isto porque nem todos os Estados saem a ganhar da rede de interdependência criada pelo processo de globalização.

Estados inclusivamente em termos de poder relativo (Brown 1995: 56), ou como Lobo-Fernandes afirma,

‘o movimento da globalização e de abertura a nível mundial que se acelerou a seguir ao colapso da União Soviética, em 1991, ao tornar o sistema internacional mais transparente sublinha as assimetrias existentes, pondo a descoberto grandes diferenças de desenvolvimento, em especial, entre o mundo ocidental e outras regiões do globo’ (Lobo-Fernandes 2004: 77-78).

Segundo esta percepção, a globalização acabou por funcionar contra si mesmo³¹, na medida em que permitiu ao homem ganhar uma nova consciência sobre a realidade mundial, dando uma nova percepção das diferenças e assimetrias que caracterizam o planeta, assim como permitindo um melhor acompanhamento do evoluir da situação nos diversos países. Este facto pode contribuir para que os cidadãos de um país, quando confrontados com alguma situação, através dos meios de comunicação social, em que constatem que determinada realidade de outro país é francamente melhor do que a deles, adquiram um sentimento de revolta, de insatisfação. Estes sentimentos poderão levar, por sua vez, estes cidadãos a aderir a movimentos que lutem por uma maior protecção face à globalização que, como já foi referido, age muitas vezes como uma intrusa, transmitindo uma sensação de imposição exterior sobre o que consideramos nosso. O caso da União Europeia e da Política Agrícola Comum (PAC), por exemplo, demonstram essa situação, na medida em que impõem determinadas normas e quotas que agradam mais a uns do que a outros. Estes que se sentem prejudicados colocam exactamente em causa a legitimidade de uma organização internacional ingerir em assuntos que, na sua perspectiva só deveriam dizer respeito ao Estado.

Todos estes factos, sobre os assimetrismos decorrentes do processo de globalização, assentam numa análise aprofundada e perspicaz levada a cabo por Robert Keohane, que se destacou nesta matéria, exactamente, pela introdução de uma nova concepção, que viria a contrariar toda a argumentação liberal nesta área, que são as chamadas ‘assimetrias da interdependência’ (Keohane 2002: 273). Este facto observado de forma inédita por Keohane assenta, por sua vez, em duas premissas fundamentais: em primeiro lugar, o sistema internacional é caracterizado, tal como já vimos, por relações de dependência mútua entre

³¹ Mais uma vez, o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação, possível também pelo aprofundamento da globalização, desempenha aqui um papel essencial. São eles que dão a todos os cidadãos a possibilidade de conhecer a realidade de outros países e regiões.

Estados; e em segundo lugar, essa dependência entre os diversos Estados não é simétrica, ou seja, certos Estados no quadro internacional acabam por ser mais dependentes do que outros Estados.

A realidade sobre os resultados provenientes do fenómeno globalizante acaba, portanto, por ser muito diferente do que é descrito pelos teóricos liberais, ou seja, não se trata de um *jogo de soma positiva*. Os mercados podem, segundo Nye, ter efeitos desiguais sobre os Estados, podendo essa desigualdade ter consequências políticas poderosas (2004: 201). De resto, nem todos os Estados apresentam ganhos do processo, sendo que mesmo os que ganham apresentam níveis de ganhos e de satisfação bem diferentes. Para além disso, os Estados podem passar por situações de ganho e por situações de perda, de uma forma alternada, consoante a evolução do sistema internacional que, tal como já dissemos, é extremamente volátil. Todas estas questões contribuem para o agravamento das assimetrias, favorecendo, normalmente, as grandes potências em desfavorecimento dos outros Estados, pois acabam por ser as grandes potências as que detêm uma maior capacidade de auto-sustentação, tal como Waltz sugere, e já referido anteriormente³². Estas assimetrias acabam também por desempenhar um papel importantíssimo para a execução dos chamados jogos de poder por parte dos Estados, que poderão ter objectivos específicos ou mais amplos. Independentemente dos objectivos, a estratégia assenta precisamente numa ideia de projecção desse mesmo poder³³.

Tentemos agora analisar com cuidado as chamadas assimetrias da interdependência. Estas podem-se fazer sentir a diversas dimensões: a primeira das quais, e já mencionada atrás, são as assimetrias entre Estados, onde certos Estados são mais dependentes do que outros, o que, por sua vez, cria desequilíbrios em termos de poder relativo dando, então, um maior poder de negociação aos países com maior grau de auto-sustentação. Se por um lado, Keohane e Nye introduziram a relevância da acção de organismos internacionais que delimitam a anarquia do sistema internacional, Waltz, por seu lado, apesar de considerar a existência de entidades internacionais e transnacionais, aspecto característico da sua perspectiva realista estrutural³⁴,

³² Ver páginas 8-9.

³³ A luta dos Estados por poder é uma das grandes bases para a explicação do funcionamento das relações internacionais pelos teóricos realistas. Uma maior assimilação de poder por parte de um Estado terá grande importância para o mesmo, na medida em que poderá garantir a sua segurança. Da mesma forma, essa assimilação pode significar um desequilíbrio da balança de poder, o que poderá significar, por sua vez, um maior risco de confrontação militar.

³⁴ Waltz distingue-se entre os realistas pela introdução da sua perspectiva estrutural que veio a introduzir uma nova análise sobre três imagens das relações internacionais: o Homem, o Estado e a Guerra. Ver: Waltz, Kenneth. 2004. *O Homem, O Estado e a Guerra*. São Paulo : Martins Fontes.

continua a considerar que o processo de globalização não pode ser justo exactamente porque o sistema internacional continua a ser fundamentalmente anárquico, onde os Estados não têm um sistema jurídico que possa ser imposto a todos os países, podendo estes não cumprir certos acordos se isso servir de melhor forma os seus interesses, mesmo que perante a vigilância de organismos internacionais (Waltz 2004: 197).

Em segundo lugar, existem as assimetrias entre o «centro» e «periferia». Estes termos são comumente utilizados para nos referirmos a duas zonas ou regiões, segundo as quais o «centro» é mais beneficiado e exerce uma relação de poder, muitas vezes de exploração, sobre as zonas da «periferia». No entanto, esta dimensão pode, por sua vez, também ser dividida. Por um lado existem as diferenças entre regiões do globo, sendo as assimetrias entre o «norte» e o «sul» as mais reconhecidas, onde a parte «norte» do globo obtêm mais ganhos e é menos dependente que a parte do «sul»; e por outro lado, as diferenças entre as regiões de um país, onde o agravamento das assimetrias, decorrentes do processo de globalização, faz-se igualmente sentir com grande relevância nas diversas regiões de um país. Estes factores caracterizam aquilo que se pode chamar de *assimetrias multi-nível* ou *multidimensionais* dadas as diversas dimensões que poderão atingir e que convêm ser diferenciadas e analisadas isoladamente.

As outras duas limitações do processo globalizante estão relacionadas com a sua parcialidade. No primeiro caso, a globalização é parcial no espaço, ou seja, muitos locais do mundo, passam ainda ao lado de todo este processo, o que acaba por ser um contra-senso, na medida em que um processo que age globalmente subentende uma extensão total, que ocupa todo o espaço. De facto, tal como Waltz sugere, o processo de globalização deixou grande parte do globo de lado, salientando que essa diferença se observa dentro dos próprios Estados, onde uma parte do país acompanha o processo e a outra nem por isso³⁵. Por este motivo, segundo o autor, a globalização não é verdadeiramente um fenómeno global (Waltz 2000: 47). Também Charles-Albert Michalet alude a este facto, embora considere que a globalização verifica-se a três diferentes níveis; a um primeiro nível das trocas comerciais, proposto por autores como Adam Smith ou David Ricardo, Michalet acrescenta outros dois, a mobilidade dos factores de produção

³⁵ Este facto é muitas vezes responsabilidade dos Estados nacionais e dos seus governos, isto porque são responsáveis, muitas vezes, por uma má distribuição do orçamento nacional, investindo em demasia em determinadas regiões em detrimento de outras.

e a dimensão financeira. No entanto, Michalet ressalva que a globalização não é uma realidade adquirida porque, exactamente, as três dimensões referidas atrás só se verificam em algumas zonas do globo (Michalet 2007: 7-11).

Também aqui poderemos fazer uma distinção com base na análise multi-nível efectuada para os assimetrismos da interdependência. Este impacto parcial da globalização pode atingir em primeiro lugar Estados e regiões. Temos por exemplo as situações da RPDC cujo comportamento quer em termos de política interna, quer em termos de política externa, leva a uma quase total auto-exclusão do processo globalizante. Ou o exemplo de diversas regiões, em África e na Ásia, principalmente, cujos reflexos da globalização são mínimos ou quase inexistentes. No segundo caso, esta parcialidade espacial da globalização pode observar-se dentro dos próprios Estados, onde zonas e regiões dos mesmos passam completamente ao lado de todo o fenómeno. Apesar dos Estados de maior dimensão territorial, como a China, Rússia e mesmo os Estados Unidos, serem os locais onde estas situações mais facilmente se observam, tal não lhes é exclusivo, podendo ocorrer em Estados de muito menor dimensão, tais como Portugal.

Por último, a globalização é também parcial no que diz respeito aos domínios que este abrange. Vimos anteriormente que a globalização estende-se a vários domínios, sendo no entanto o domínio económico-financeiro aquele que apresentou uma maior evolução, fruto da abertura dos mercados. Existem, no entanto, outros domínios da globalização mas que ainda não se encontram numa fase tão avançada como o campo económico e financeiro.

Analisemos, por exemplo, a difusão no domínio cultural. O facto essencial é que tornamo-nos, acima de tudo, grandes consumidores da cultura das grandes potências, dado o seu maior poderio e capacidade em divulgar a sua cultura e mensagem. Isto acaba por estar também relacionado com os assimetrismos provocados pelo fenómeno. No domínio político, a globalização ainda não se observa, no verdadeiro sentido da palavra, não havendo um modelo de democracia global, pois o modelo de democracia ocidental, por exemplo, associado ao princípio liberal das relações internacionais e da globalização, não é adoptado por todo o mundo, nem nunca irá, provavelmente, ser. Estas limitações podem-se estender e ser observadas em muito outros domínios, como o ambiente, a educação, a saúde, a tecnologia, entre outros.

Estas três limitações que acabei de analisar separadamente não podem, no entanto, deixar de observadas como partes de todo um processo, ou seja, embora analisá-las desta forma

seja um processo mais clarificador e objectivo, é crucial não esquecer que todas acabam por estar correlacionadas, influenciando umas nas outras, justificando a complexidade do fenómeno da globalização. O facto essencial a manter é que apesar destas limitações a interdependência dos Estados é uma realidade, um dado adquirido. Aliás, o próprio Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, é particular adepto desta expressão, tendo já referido, por diversas vezes, a natureza interdependente do mundo e a necessidade da aposta no multilateralismo.

III – OS MOVIMENTOS NACIONALISTAS COMO REACÇÃO A UM MUNDO PARCIALMENTE GLOBALIZADO

A crise do Estado territorial

Segundo a escola realista, o Estado constitui o único actor do sistema internacional, sistema este caracterizado por dois aspectos centrais: a sua anarquia, assente no facto da inexistência de uma entidade superior aos Estados que regule as relações entre os mesmos; e o seu ambiente constante de conflito, também ele reflexo da própria anarquia que caracteriza o sistema. No entanto, segundo outras perspectivas, principalmente a da escola liberal ou institucionalista, esta análise é imprecisa, na medida em que os Estados já não são os únicos actores do sistema internacional. De facto, a sua relevância é altamente discutida neste momento. Vejamos, por exemplo, a seguinte declaração da autoria do antigo Presidente chileno, Patricio Aylwin Azócar:

“...the globalization that characterizes today’s economics goes beyond or eludes the sovereignty of individual states, and thus the power of their rulers. It is not they, but rather financial groups in control of vast amounts of capital, who decide upon their vertiginous passage through nations, without taking into account the serious crises they might generate.”³⁶

Segundo esta linha de pensamento, aos Estados sobrepuseram-se, entre outros, os organismos internacionais e empresas multinacionais que, de alguma forma, e segundo a opinião dos teóricos desta linha, acabam por regular o funcionamento do sistema internacional, ao contrário do que os realistas apregoam.

Independentemente da discussão à volta do número de actores do sistema internacional, parece óbvio que o conceito de Estado-nação pós-westefaliano, enquanto actor desse mesmo sistema, enfrenta uma grave crise. De facto, os Estados têm vindo a perder influência e poder que outrora detiveram para as mãos do sector privado, principalmente empresas multinacionais, e para entidades e organismos internacionais, como a ONU e a União Europeia, criados com vista a um aprofundamento das relações entre os próprios Estados. Esta transferência de poder e influência acaba por significar também o aparecimento de novos

* Ver: Azócar, Patricio Aylwin. Better World Quotes – Anti-Globalization. <http://www.betterworld.net/quotes/globalization-quotes.htm> (acedido a 10 de Agosto de 2009).

actores no sistema. Apesar desta constatação, a utilização do termo Estado-nação deve, antes de mais, ser muito cautelosa, a partir do momento em que nem todos os Estados representam nações. Efectivamente, isto acontecerá com a grande maioria dos Estados, podendo estes representar realidades multinacionais. John Newhouse defende que o Estado-nação está de facto, desde há alguns anos, em crise, apontando dois motivos para essa situação, que se reflecte, entre outros aspectos, na perda ou transferência do controlo das economias nacionais para instituições e órgãos não eleitos: o regionalismo³⁷ e, em segundo lugar, a globalização (Newhouse 1997: 67-68).

Newhouse, no entanto, não é preciso em determinados aspectos: primeiro, ignora precisamente o facto de nem todos os Estados representarem nações nesta análise. Realmente muitos casos hão de várias nações circunscritas ao território de um só Estado, sendo que esta realidade multinacional pode representar uma ameaça para a soberania e integridade territorial de um Estado, na medida em que representa uma situação ideal para a existência de movimentos fraccionários tendo em vista a independência de regiões do território desse mesmo Estado; em segundo lugar, e relacionado com o primeiro aspecto, Newhouse acaba por não diferenciar o tipo de regionalismo, na medida em que se refere apenas ao regionalismo enquadrado nos regimes de integração. Porém, convém para esta análise distinguir entre regionalismo interno ou externo a um Estado. O regionalismo externo refere-se aos regimes de integração entre Estados que visam a cooperação internacional nas mais diversas matérias, inclusive a económica. Por seu lado, o regionalismo interno, passa, por sua vez, pelo reforço dos poderes das regiões dentro de um Estado, podendo, num quadro de um Estado que represente uma realidade multinacional ou multiétnica, promover o reaparecimento de movimentos fraccionários e separatistas, com base num renascimento de um sentimento nacionalista. Perante estes factos parece-me mais correcto, e considerando, apesar de tudo, os avanços permitidos pelo trabalho desenvolvido por Newhouse, justificar a crise do Estado-nação e a perda de poderes dos Estados para outros actores com a globalização e a regionalização interna dos Estados³⁸, ou seja, os Estados têm vindo a perder o seu monopólio de influência enquanto actores do sistema internacional fruto da globalização, que inclui os regimes de integração, ao

³⁷ Pressupõe-se, neste caso, que John Newhouse se esteja a referir aos sistemas de regimes ou regimes de integração, estabelecidos através da associação de Estados soberanos.

³⁸ O regionalismo interno pode impulsionar os separatismos no seio de um Estado o que, por sua vez, também pode ser considerado uma forma do Estado se desintegrar.

contrário do proposto por Newhouse³⁹, e do regionalismo interno ao Estado, quando ocorre um reforço dos poderes soberanos de uma região de um determinado Estado⁴⁰.

Penso, no entanto, ser mais rigoroso referirmo-nos a uma crise do «Estado territorial» e não do «Estado-nação», na linha de John Herz⁴¹, na medida em que, como já referi, vários Estados representam realidades multinacionais, não pertencendo, assim, ao grupo de Estados-nação. Quando as nações de um Estado colocam em causa a sua soberania, através da reclamação da auto-determinação e independência das suas regiões, é a integridade territorial do Estado que está em causa e não a sua nação. Consequentemente, é esta crise do Estado territorial que é cada vez mais consensual, até porque alguns teóricos neo-realistas reconhecem já a existência de outros actores no sistema internacional, como Kenneth Waltz, através do desenvolvimento da sua perspectiva estrutural do pensamento realista. No entanto, estes mesmos autores continuam a considerar o Estado como o grande actor neste quadro, ideia, de resto, partilhada por mim. De igual modo, penso que podemos chegar à mesma conclusão através da análise da perspectiva teórica tucididiana do realismo complexo, primorosamente analisada por Michael Doyle no seu estudo sobre a obra de Tucídides e a sua visão da Guerra do Peloponeso (Doyle 1997; Tucídides 2008) e despertada, igualmente, por Lobo-Fernandes (2008 A).

Também para Kenichi Ohmae, embora referindo-se ao Estado-nação, esta crise deve-se ao processo de globalização, de tal forma que, segundo ele, num mundo sem fronteiras não existirá muito espaço para o interesse nacional tradicional (Ohmae 1996: 58). A rede de interdependências criada pelo processo de globalização veio tornar, na opinião de Kenichi Ohmae, o conceito de Estado-nação disfuncional dado não conseguir responder às exigências de um mundo globalizado. Nesse sentido, Ohmae propõe a introdução de um novo conceito, Estado-região. Este conceito trata-se de uma alusão aos regimes de integração económicos (Teoria dos Regimes), que poderão aproveitar muito melhor as sinergias disponíveis de um mercado aberto e sem fronteiras (Ohmae 1993: 78-80). A Teoria dos Regimes assenta no facto de os Estados quererem cooperar através de instituições internacionais, sendo que a motivação

³⁹ Newhouse separa os regimes de integração, que ele denomina de regionalismo, do processo de globalização. No entanto, considero essa proposição falaciosa na medida em que um regime de integração baseia-se exactamente no aprofundamento das relações entre os Estados, sendo portanto um reflexo do próprio processo de globalização.

⁴⁰ O caso da Espanha, que reforçou em 2006 os poderes da região da Catalunha, através da revisão do estatuto da região, é, sem dúvida, um dos melhores exemplos desta situação.

⁴¹ Ver: Herz, John H.. July 1957. The Rise and Demise of the Territorial State. *World Politics*. n°9, pp. 473-93, ou, Herz, John H.. Fall 1968. The Territorial State Revisited: Reflections on the Future of the Nation-state. *Polity* 1. pp.12-34.

dos Estados é matéria de diferentes interpretações. Segundo a teoria liberal a vontade de cooperar dos Estados está relacionada com a prossecução do interesse comum onde todos saem a ganhar, enquanto, segundo os realistas, a verdadeira motivação dos Estados em cooperar é o interesse particular desses mesmos Estados⁴² e não a busca de um interesse comum (Guimarães 2005: 81). Um bom exemplo disso são as declarações do Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, sobre matérias como o surto de gripe A(H1N1), ou a crise económica e financeira, nas quais tem apelado constantemente a uma maior cooperação entre os Estados pois, dada a sua interdependência, não lhes será possível combater ameaças como estas isoladamente⁴³. Ban Ki-moon defende que perante esta realidade interdependente dos Estados, o interesse comum é o interesse nacional, onde ‘Ou vencemos juntos ou falhamos sozinhos. É este o fundamento – e o imperativo – de um novo multilateralismo’⁴⁴. Os realistas respondem a estas perspectivas, no entanto, considerando que o sentimento nacional está mais presente do que nunca. Aliás, eles vão mais longe, afirmando que o objectivo final por detrás das relações e parcerias estabelecidas neste ambiente de globalização é, exactamente, a satisfação dos seus interesses particulares.

Como aludi atrás, o Estado continua a desempenhar, na minha opinião, um papel de destaque no sistema internacional, perfeitamente perceptível na crise financeira e económica mundial que ainda atravessamos, onde a intervenção do Estado para o equilíbrio da economia mundial foi necessária e imprescindível, face à incapacidade do sector privado em responder à situação. Desse modo, o interesse nacional tradicional poderá, como já fiz disso referência, não ter-se esgotado, tendo, ao invés, apenas modificado. Apesar de tudo considero que a principal dúvida reside no facto de esclarecer se num «mundo cada vez mais global», onde se apregoa à cooperação entre Estados, esse interesse nacional passou a representar um interesse comum de vários Estados, como defendem os teóricos liberais, ou se, inversamente, esse interesse nacional apenas se adaptou, mantendo-se como um interesse particular dos Estados, onde a cooperação é o melhor caminho para a satisfação de determinados interesses particulares, tal

⁴² Segundo a explicação realista os Estados cooperam por duas razões básicas, porque particularmente obtêm mais ganhos do que se não cooperarem (não interessando se os restantes Estados com quem colaboram obtêm os mesmos ganhos), ou cooperam para fazer face a uma maior ameaça. Ver: Walt, Stephen M. 1990. *The Origins of Alliances*. Ithaca e Londres : Cornell University Press, 1990.

⁴³ Esta ideia defendida pelo Secretário-Geral das Nações Unidas baseia-se também num princípio clássico da indivisibilidade da ameaça, característica esta, de resto, partilhada pelos defensores do multilateralismo.

⁴⁴ Ver: UNRIC. Abril de 2009. Ban Ki-moon: é necessário um “novo multilateralismo”. <http://www.unric.org/pt/actualidade/23282> (acedido em 20 de Julho de 2009). Ver também: UN News Centre. Abril de 2009. Ban, in Princeton, urges a “new multilateralism”. <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=30501&Cr=multilateralism&Cr1=&Kw1=multilateralism&Kw2=&Kw3=> (acedido em 20 de Julho de 2009).

como agora argumentam os teóricos realistas. Um desses realistas, John Mearsheimer, concorda que a cooperação entre Estados pode ocorrer, considerando, no entanto, que essa cooperação é bastante difícil de se estabelecer e ainda mais complicada de se manter, colocando ênfase no ambiente altamente competitivo que existe entre Estados – principalmente as grandes potências – no mundo actual (Mearsheimer 2007: 63).

De resto, a actual crise económica e financeira veio, também, demonstrar o lado mais cruel do sistema internacional. Num momento em que os países pobres necessitam de um maior apoio por parte dos países mais poderosos, estes reduzem as suas contribuições, restringindo, ao mesmo tempo, as trocas comerciais, essencialmente as importações, tentando, dessa forma, impulsionar o mercado interno. Os Estados demonstram, assim, que acima de tudo estão os seus interesses particulares e que a colaboração com outros só acontece se os Estados, individualmente, tiverem algo a ganhar. A ajuda e apoio internacionais continuam, assim a meu ver, a reboque do interesse nacional, continuando este a moldar a política internacional de cada Estado. As Nações Unidas, cientes desta questão sensível, lançam contínuos apelos aos países «mais poderosos» – principalmente por parte do Secretário-Geral da Organização e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – para que não imponham restrições às importações e para que continuem a contribuir para as missões de assistência humanitária, pois, mais do que eles, são os países pobres que sofrem com a actual crise. A principal preocupação das Nações Unidas nesta matéria dirige-se para o continente africano e para a aproximação do fim do prazo estabelecido para a concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)⁴⁵, como as recentes declarações de Helen Clark, Administradora do PNUD, fazem notar:

‘Em nenhum outro lugar isso é mais importante do que em África, sobretudo nestes tempos difíceis em que os países africanos e as suas populações têm sido duramente atingidos pela crise económica [...] Como se sabe, antes da crise, nenhum país da África estava no bom caminho para alcançar todos os

⁴⁵ Ver: ONU. UN to Review Progress on the Millennium Development Goals at High-level Meeting in September 2010. <http://www.un.org/millenniumgoals/> (acedido em 23 de Agosto de 2009).

ODM. Seria um duplo golpe se a recessão mundial fizesse com que se perdessem os avanços em direcção aos ODM tão arduamente conseguidos⁴⁶.

A reacção nacionalista a um mundo globalmente desequilibrado

Apesar de se tratar de um fenómeno que marcou negativamente o século XX, tem-se verificado nos últimos anos, um pouco por todo o mundo, um reaparecimento de dinâmicas nacionalistas no seio de alguns Estados e regiões, ocorrendo inclusivamente nos chamados Estados ocidentais e mais desenvolvidos. Como vimos anteriormente, não faltam exemplos desse facto, – vejam-se as eleições de 1999 e 2000 na Áustria, que levaram ao poder Jorg Haider; a eleição presidencial em França em 2002, quando o líder do partido «Frente Nacional», Jean-Marie Le Pen, disputou a segunda volta das eleições com Jacques Chirac; os recentes resultados das eleições europeias em Estados como a Áustria, a Hungria, os Países Baixos ou o Reino Unido, onde partidos de extrema-direita obtiveram bons resultados; ou olha-se para Espanha e a presença de movimentos nacionalistas e separatistas como a ETA (grupo separatista basco).

Exemplos como estes estendem-se por todo o mundo, apresentando alguns casos uma situação bastante delicada e de resolução muito complexa, como é a questão dos Balcãs, mais concretamente da, ainda recente, auto-determinação e independência do Kosovo, ou aquando da negociação da integração nas estruturas euro-atlânticas da Bósnia e Herzegovina, onde o Alto Representante do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Aplicação do Acordo de Paz no país, Miroslav Lajcak, chamava a atenção para os perigos de nacionalismo na região após os governantes da República Srpska reivindicarem o direito à auto-determinação, por referendo, vontade essa fundamentada, segundo os próprios, na Carta das Nações Unidas. Esse cenário seria, no entanto, imediatamente colocado de parte pelo Alto Representante⁴⁷.

⁴⁶ Ver: UNRIC. Setembro de 2009. ONU pede insistentemente a doadores que aumentem ajuda aos países pobres, apesar da crise económica. <http://www.unric.org/pt/actualidade/25842> (acedido em 17 de Setembro de 2009). Ver também: UN News Centre. Setembro de 2009. UN urges donors to boost aid to poor countries despite economic crisis. <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=31999&Cr=undp&Cr1=&Kw1=helen+clark&Kw2=millennium+development+goals&Kw3=africa> (acedido em 17 de Setembro de 2009).

⁴⁷ Ver: UNRIC. Maio de 2008. Conselho de Segurança: Alto Representante para Bósnia e Herzegovina alerta para perigo do nacionalismo. <http://www.unric.org/pt/actualidade/17336> (acedido em 17 de Agosto de 2009). Ver também: OHR. Maio de 2008. Address of the High Representative to the UN Security Council. http://www.ohr.int/ohr-dept/preso/presssp/default.asp?content_id=41715 (acedido em 27 de Agosto de 2009).

O caso da população curda nos territórios do Sul da Turquia e o Norte do Iraque, que tem levado à escalada dos confrontos entre os militares turcos e os combatentes do PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão) que lutam pela independência; ou, então, o caso do Sri Lanka que levou à recente crise humanitária no país, dada a intenção demonstrada pelos Tigres de Libertação do Eelam Tamil de criar um Estado independente, são outros dos exemplos bastante delicados representativos desta realidade. Noutro sentido, temos os movimentos antiglobalização que se intensificam, aliados a políticas de nacionalização levadas a cabo por países como a Venezuela ou a Bolívia. Todos estes exemplos nos obrigam a reflectir sobre os motivos destas alterações no sistema internacional, numa fase denominada por muitos por «Era Global».

Sobre estes movimentos antiglobalização, por exemplo, Joseph Nye considera que os mesmos assentam no argumento de que ‘as instituições internacionais são ilegítimas porque não são democráticas e por conseguinte o défice democrático na economia global não é necessário nem aceitável’ (Nye 2001: 2-3). Ora esta argumentação propõe uma possível relação entre o fenómeno da globalização e o renascimento dos movimentos nacionalistas. Por outras palavras, e face aos factos já apresentados, a crescente interdependência dos Estados que se tem manifestado assimétrica e a parcialidade deste modelo de globalização estarão na base do reflorescimento das dinâmicas nacionalistas. De salientar, no entanto, que isto não significa que os movimentos antiglobalização, assim como os conhecemos, estejam contra a globalização «per se», estão antes contra este modelo de globalização. Aliás, parece-me óbvio que lutar contra o processo ou a ideia em si não fará muito sentido, pois trata-se de algo que se pensa inevitável, dada a necessidade dos povos e grupos em contactarem e relacionarem-se entre si e devido à sua cada vez maior interdependência nos mais diversos domínios. Não obstante, pode-se combater este modelo de globalização com o seu modelo neo-liberal e a sua «lei de mercado» (Palmeira 2006: 99).

O processo de globalização é algo que, como já vimos anteriormente, é bastante complexo levantando, por esse motivo, uma série de questões. Sobre as suas repercussões originadoras de atitudes nacionalistas – devido à ausência de simetria e a forma como a mesma influi na revolta interna dos Estados – alguns autores, inclusivamente dirigentes políticos, haviam já colocado o dedo na ferida. Uma dessas individualidades foi o antigo Presidente moçambicano Joaquim Chissano que atribui ao processo de globalização o renascimento de ‘fortes manifestações de nacionalismo e de desejos de afirmação de autonomias étnicas’ (Chissano

2005: 73). Chissano acrescenta ainda, colocando ênfase na distinção entre «centro» e «periferia»,

‘Os impressionantes ganhos materiais provenientes da introdução e da adopção do modo de produção capitalista à escala mundial são acompanhados pela exclusão de um número crescente de cidadãos, [...] Este paradoxo e outras manifestações decorrentes da globalização obrigam-nos a tentar compreender melhor a sua origem e as suas características principais, bem como o seu impacto nas sociedades periféricas.’ (Chissano 2005: 73).

Ou como já havia referido Johann P. Arnason,

‘Podemos agora definir com mais precisão a contribuição da teoria da globalização para compreender as nações e o nacionalismo. Por um lado, o impacto diferenciado da globalização fortalece e reactiva as identidades, comunidades e projecções nacionais... Por outro lado, o nível de integração nacional dos complementos condiciona e contrabalança o nível de integração global.’ (Arnason 1990: 224-25).

De resto, o continente africano trata-se de um óptimo exemplo de como o processo de globalização pode favorecer o reflorescimento e fortalecimento de tendências e comportamentos nacionalistas. A biografia do continente acaba por estar intimamente ligada a uma história de conflito dado o enorme número de etnias distintas dispersas por todo o território, cujas diferenças são demasiadamente vincadas, associada à contribuição, principalmente dos «amigos» ocidentais, na definição das fronteiras dos Estados africanos e à enorme riqueza natural do território, promotora de um interesse incessante das grandes potências⁴⁸. Estes factos, que acabam por reflectir as chamadas redes de interdependência, favorecem a revolta de muitos grupos étnicos face à exploração de que, na sua opinião, são alvo, quer por parte de países estrangeiros, através das suas empresas multinacionais, quer por parte dos próprios governos dos Estados africanos que colocam em prática políticas que muitas vezes acabam por prejudicar a sua soberania, apenas porque necessitam do apoio das grandes potências para a resolução de um problema mais imediato.

⁴⁸ De resto, o continente africano apresenta-se como um enorme e relevante laboratório de estudo nesta questão.

Esta questão do renascimento dos nacionalismos não deixa, porém, de levantar alguma celeuma e estranheza entre a comunidade internacional, devido aos resultados que antigas diásporas nacionalistas originaram, como são exemplos a Alemanha nazi, a Itália fascista, a Espanha de Franco ou mesmo o *Estado Novo* de Portugal, com especial destaque para os dois primeiros casos, pela ameaça à paz e segurança mundial que representaram. Esta questão é devidamente analisada por Anthony D. Smith referindo que as dinâmicas nacionalistas, inclusivamente na Europa, nunca desapareceram na realidade, apenas aos olhos de muitos cidadãos é que isso aconteceu por estes não conseguirem conceptualizar um retorno a um fenómeno que tanto sofrimento e destruição havia causado no seio da Europa (Smith 1999: 45). Smith salienta, à semelhança de Chissano, os conceitos de «centro» e «periferia» para destacar a importância da sobrevivência de muitos grupos étnicos situados na zona de «periferia» que sempre estiveram sob o controlo e poder de etnias dominantes, que muitas vezes controlavam o poder do Estado. Ora se antes estas etnias periféricas eram exploradas devido a questões culturais, sociais e políticas, hoje em dia a exploração destas mesmas etnias continua, tendo sido transportada essencialmente para o domínio económico (Smith 1999: 53). Esta visão proposta por Smith assenta na perspectiva estruturalista da teoria da dependência, originária do pensamento marxista, e que sublinha a responsabilidade do capitalismo ocidental nas desigualdades no desenvolvimento dos vários países. Immanuel Wallerstein⁴⁹ desenvolveria mais tarde a teoria do sistema-mundo, também estruturalista que, ao invés de propor uma divisão bipartida da economia mundial, propõe uma visão tripartida, adicionando o conceito de países semiperiféricos que por sua vez se relacionam com os países do «centro» através da luta pelo poder económico (Guimarães 2005: 99-109).

Para Luís Lobo-Fernandes outro dos aspectos extremamente relevante para o renascimento dos nacionalismos foi a queda da ex-URSS e as suas implicações (2004). De facto, os fenómenos de nacionalismo na Europa de leste despoletaram após a queda da URSS e naturalmente surgiram da repressão sujeita nos territórios pelo Partido Comunista. Fukuyama considera que os movimentos nacionalistas poderão ser necessários para a introdução de regimes democráticos, notando que à medida que a sua voz for ouvida, e o regime atinja um

⁴⁹ Immanuel Wallerstein destacou-se pela sua teoria do sistema-mundo e pelo teor anti-globalista do seu discurso, criticando as relações entre centro e periferia que definia como uma relação de exploração, em que a periferia, detentora das matérias-primas, têm de vender os seus produtos baratos, para os depois adquirirem do centro, já transformados, a um preço muito mais elevado. Ao introduzir o conceito de semiperiferia, Wallerstein considerava que esta zona agia como um centro para as áreas periféricas e como uma periferia para o centro.

nível desejável de estabilidade interna, o fervor destes movimentos irá diminuir e tornar-se mais moderado (Fukuyama 2007: 266). É um facto que a queda do império soviético demonstrou que a geopolítica e os padrões de modernização de um Estado influem directamente nos sentimentos nacionalistas, por outro lado, o nacionalismo apresenta-se como um agente dinamizador da mudança no final do séc. XX. Basicamente um Estado multinacional para sobreviver tem de garantir que os núcleos étnicos se identifiquem com o Estado e o território (Hutchinson 1994: 132-33), ou seja, um Estado sob estas circunstâncias terá de desenvolver a capacidade de transmitir uma mensagem que permita aos seus cidadãos se identificar com o mesmo. Isto vai de encontro com as definições de nacionalismo, atrás referidas, de Van Evera e Verdery. Noutro sentido, um Estado sob as mesmas circunstâncias que fortaleça a soberania das suas regiões, corre o risco de reforçar os argumentos, alternativas e recursos legítimos dos movimentos nacionalistas, sem os quais seria muito mais difícil atingir os seus objectivos, tendo de utilizar, porventura, métodos ilegítimos, radicais e não tradicionais.

A globalização é de facto, segundo as perspectivas mais críticas e como já foi visto anteriormente, considerada em muitos locais como algo de estranho, como um intruso, que agrava os problemas sociais dos Estados, assim como provoca a «erosão das fronteiras» e a perda da identidade dos cidadãos. James Rosenau é um dos autores que se destaca nesse sentido, considerando a globalização como *boundary-eroding* (1997: 82), na medida em que as dinâmicas de erosão de fronteiras causadas pelo processo de globalização são, portanto, invasivas, colocando em risco o mercado de trabalho, os ícones e crenças da sociedade e o estilo de vida das comunidades, pelo que as fronteiras dos Estados criadas há décadas ou séculos já não asseguram a protecção dos cidadãos face ao mundo exterior. Ora, para os realistas, esta situação oferecida pelo processo globalizante poderá ser alterada e mesmo invertida através do reflorescimento e recuperação de sentimentos e movimentos nacionalistas, étnicos e mesmo religiosos.

É óbvio que este processo «global» veio trazer grandes desafios aos governos dos países, e isto porque perante uma economia mundial, cada vez com menos barreiras, leva os Estados a adoptar políticas com uma grande disciplina orçamental. Isto impossibilita muitas vezes a chamada «demagogia eleitoral». Fareed Zakaria defende que a única forma de ultrapassar este obstáculo e cumprir a disciplina orçamental é através do isolamento das 'pressões intensas dos grupos de interesse, dos lobbies e dos partidos', por outras palavras o poder sobre a economia deve estar nas mãos de instituições não eleitas, como é o caso do

Banco da Reserva Federal dos Estados Unidos. No entanto, muitos dos argumentos dos líderes nacionalistas assentam, exactamente, na legitimidade destes órgãos, não entendendo como algo tão importante como a economia de um país possa estar nas mãos de um órgão não designado pelo povo (Zakaria 2005: 236-38). Zakaria argumenta, no entanto, que estes órgãos têm uma maior eficiência exactamente devido a esse distanciamento para com as pressões populares (Zakaria 2005: 239).

Os institucionalistas concordam, no entanto, com os realistas num aspecto, os Estados são racionalmente egoístas, acreditando, apesar de tudo, que estes podem ser convencidos a cooperar (Keohane 1993: 273). O institucionalismo, associado à já referida teoria dos regimes, tem-se preocupado bastante na forma como as várias instituições e sistemas de integração regional conseguem convencer os diversos Estados a cooperar desviando o seu olhar dos interesses privados para os interesses das instituições. Esse objectivo poderá ser atingido através das próprias instituições e das suas normas que proponham soluções capazes para problemas colectivos do sistema internacional (Hurrell 2002)⁵⁰.

Uma das formas de institucionalismo mais conhecidas é o multilateralismo, que segundo John G. Ruggie, baseia-se em dois princípios chave, a indivisibilidade da ameaça e a necessidade de uma resposta colectiva a essa mesma ameaça (Ruggie 1998: 106-109). A globalização está, portanto, assente em relações de nível multilateral e numa multipolaridade do poder global após décadas onde este poder esteve dividido pelas duas grandes potências (EUA e ex-URSS). Isso poderá ser mais um motivo de conflitualidade como é proposto por John Mearsheimer onde, segundo ele, os sistemas de multipolaridade tendem a promover as desigualdades e assimetrias, isto porque havendo um maior número de grandes potências no sistema internacional, maior é a probabilidade dos poderes económicos, financeiros, militares e políticos estarem distribuídos desigualmente pelos Estados (Mearsheimer 2007: 319).

A globalização encoraja, através das forças económicas, uma abertura por parte dos países a um mercado mundial integrado e único, no entanto, segundo Fukuyama, estas mesmas forças económicas foram as que incentivaram o nacionalismo a criar entidades centralizadoras e linguisticamente homogéneas através de barreiras nacionais, contrapondo as classes sociais

⁵⁰ Este problema apresenta-se como o principal desafio à sustentação da teoria liberal que explica a vontade de cooperar dos Estados pelo facto de estes prescindirem dos seus interesses particulares em prol dos interesses comuns de um grupo de Estados, onde todos ficam a ganhar.

(Fukuyama 2007: 268)⁵¹. Ora esta alteração nas forças económicas poderá significar o retorno à divisão de classes, dando a percepção de um trajecto cíclico.

O exemplo europeu

Olhemos agora para o caso da União Europeia que já desenvolveu, entre outros, um significativo pilar a nível supranacional - a União Económica e Monetária (UEM)⁵². A formação de uma entidade supranacional como esta assenta na promoção da democratização, quer neste caso da União, quer dos seus Estados-membros, podendo colocar em causa as identidades nacionais como Ezra Suleiman refere,

‘One implicit assumption of the premise that a democratic Europe would strengthen both the Union and the national democratic processes is that the supranational process undermines the nationalistic impulse. The greater the degree of sovereignty that is ceded, the weaker the nationalistic tendencies [...] Whether nationalism rises or declines with the extension of supranational, representative, and accountable institutions is, again, not a self evident truth, but a hypothesis that needs to be examined.’ (Suleiman 1995: 67).

E continua,

‘Nationalist sentiments are not merely an impediment to building a European Community. A democratic European Community exacerbates nationalist sentiments and threatens both the Community and the democratic institutions of the member states [...] This means that nationalistic forces, hitherto represented by the extreme Right, are likely to grow as European integration progresses and as the European Community distributes costs and resources among its members.’ (Suleiman 1995: 78).

⁵¹ Como refere Francis Fukuyama (2007: 268), reportando-se `pertinência da discussão sobre os nacionalismos: “É curioso como as pessoas acreditam que um fenómeno com origem histórica tão recente passe a constituir um aspecto tão permanente do cenário social humano. As forças económicas encorajaram o nacionalismo ao substituírem as classes por barreiras nacionais, criando entidades centralizadas e linguisticamente homogéneas. Agora, com a criação de um mercado mundial único e integrado, essas mesmas forças estão a encorajar o derrube das barreiras nacionais. Cf. Fukuyama, Francis. 2007. *O Fim da História e o Último Homem*. Lisboa. Gradiva.

⁵² Não confundir, no entanto, com o primeiro pilar da União Europeia, do qual a União Económica e Monetária faz parte, mas não é política única. Para além da UEM, o primeiro pilar da UE, de âmbito supranacional, integra a Política Agrícola Comum, o Ambiente, a Saúde, a Educação e Cultura, entre outras políticas.

Constatamos assim que o processo de integração e aprofundamento da União Europeia, como parte e exemplo mais desenvolvido do processo de globalização, acaba por ameaçar o sentimento nacionalista, na medida em que, para a sua evolução, os cidadãos nacionais necessitam de prescindir dos seus interesses nacionais em prol dos interesses europeus, que, muitas vezes, não coincidem. Nesse sentido, este facto acaba por contribuir para o fortalecimento da identidade nacional por parte dos cidadãos dos Estados, por estes não se encontrarem dispostos a alterar os seus interesses e prioridades, mais imediatos, por interesses e objectivos mais abrangentes, de médio e longo-prazo.

Tomemos agora o exemplo das recentes eleições europeias, ocorridas em Junho de 2009. As mesmas demonstraram uma subida generalizada dos votos em partidos de índole ultra-nacionalista e de extrema-direita, um pouco por toda a União Europeia. Nos Países Baixos, por exemplo, o Partido pela Liberdade, liderado por Geert Wilders, obteve 17% dos votos, obtendo o segundo lugar nas eleições e nomeando quatro deputados para o Parlamento Europeu; na Áustria com o Partido da Liberdade a obter 12,7% dos votos, nomeando dois deputados; no Reino Unido com o British National Party (conhecido pelas suas directrizes antieuropeias e xenófobas) a obter 6% dos votos e nomeando pela primeira vez dois deputados para o Parlamento Europeu; na Hungria, com o Partido Jobbik “Para uma melhor Hungria” a conseguir 15% dos votos, nomeando três deputados; ou na Roménia com os ultranacionalistas do Partido da Grande Roménia a atingir os 8,7% e obtendo três lugares do Parlamento Europeu. Para além destes casos, observaram-se outras situações idênticas em países como em Espanha, na Grécia ou na Bulgária⁵³.

Comparando com as eleições de 2004, com excepção dos casos da Bulgária e da Roménia, que apenas aderiram à União Europeia em 2007⁵⁴, podemos observar, de facto, uma subida generalizada na votação em partidos ultra-nacionalistas em todos estes países. Aliás, à excepção do caso austríaco, todos estes partidos que acabei de mencionar não nomearam qualquer deputado para o Parlamento Europeu nas eleições anteriores, não chegando a ter uma percentagem de votos que se possa considerar sequer significativa. Mesmo em relação ao Partido da Liberdade, na Áustria, este subiu de 6,3% em 2004, quando conseguiram eleger um deputado, para 12,71% em 2009, conseguindo dois assentos no Parlamento, ou seja,

⁵³ Fonte: *TNS opinion juntamente com o PE*, disponível em: http://www.europarl.europa.eu/parliament/archive/elections2009/pt/index_pt.html.

⁵⁴ Bulgária e Roménia apenas aderiram à União Europeia em 2007, foi também nessa altura, portanto, que elegeram os seus representantes no Parlamento Europeu.

duplicaram a sua votação em apenas 5 anos. Estes factos parecem-me ser claros de que os cidadãos dos Estados-membros da União Europeia estão algo descontentes com a direcção que a União está a seguir e sentem que o interesse nacional dos seus países começa a ficar cada vez mais ameaçado. Não deixa de ser curioso que esta situação ocorre quando nos últimos anos se tem observado uma tentativa de aprofundamento da União, primeiro com a proposta falhada de introdução de uma constituição europeia e depois com as negociações que levaram ao Tratado de Lisboa que também tem enfrentado algumas dificuldades na sua ratificação por parte de todos os Estados-membros.

Se, no que concerne a um espaço como a União Europeia a realidade é assim tão cruel, num quadro global, com uma realidade muito mais heterogénea, esta tendência muito possivelmente se confirmará, ainda que com um grau de integração menos profundo, havendo, de facto, uma relação positiva entre o aprofundamento de um processo de globalização e o reavivar de sentimentos nacionalistas que levam a fragmentações regionais. Paul Kennedy já havia referido, em 1988, que entre os problemas da Europa, na altura, estavam os descontentamentos étnicos nas cidades do interior, estava o fosso cada vez maior entre o norte e o sul e estavam as tensões político-linguísticas em várias regiões da Europa (Kennedy 1990: 165).

Parece também claro que a multinacionalidade de alguns Estados pode ser uma bomba relógio pronta a ser accionada, podendo a globalização representar o detonador, no entanto, este problema não é de hoje. Efectivamente, como Niall Ferguson descreve numa das suas obras, a destruição de muitos dos grandes impérios da história deveu-se, entre outros aspectos, à sua multinacionalidade. Segundo Ferguson, um grande exemplo deste argumento são as causas da I Guerra Mundial, que originou o fim dos impérios otomano e austro-húngaro e permitiu a criação de dez novos Estados (Ferguson 2007: 184). Van Evera sublinha a onda de nacionalismo que surgiu na altura como parte da estratégia dos governantes de incutirem um sentimento nacional aos cidadãos, ao mesmo tempo que denegriam a imagem das outras nações (Evera 1986: 93).

Num mundo cada vez mais globalizado, a ideia central da globalização seria um equilíbrio e uma aproximação em termos económicos entre os diversos Estados, ora esse equilíbrio, como pudemos constatar, afinal não se verifica, ocorrendo em muitos casos um desequilíbrio ainda maior. Estes desequilíbrios ou assimetrias levam invariavelmente ao conflito, que começa exactamente por ser de âmbito económico, mas que se pode alastrar e ganhar novas dimensões, podendo culminar num conflito militar. O nacionalismo acaba por ser uma das

reações a estes desequilíbrios, podendo ser inclusive considerado uma estratégia de combate numa disputa económica.

Terrorismo e a ameaça dos nacionalismos exacerbados, «a insignificância da racionalidade»

A questão que agora proponho para reflexão é se o facto de estes sentimentos de revolta, que se reflectem em ideais nacionalistas, estarem a reaparecer e os movimentos exacerbados estarem a alcançar cada vez mais bases de apoio, poder representar um enorme risco para a paz e segurança mundiais. Muitas vezes estas dinâmicas levam a conflitos e a práticas terroristas, estando, muitas vezes, associadas a sentimentos racistas e xenófobos que promovem o ódio junto dos cidadãos. Esta realidade apresenta-se como um enorme desafio às Nações Unidas, que têm lutado e promovido, muitas vezes sem sucesso, um ambiente de tolerância e cooperação internacional.

Os movimentos nacionalistas podem expressar-se de diversas formas, sendo que os chamados nacionalismos exacerbados representam a maior ameaça à segurança e paz mundiais, na medida que utilizam o recurso à força para se fazerem ouvir. Penso, de resto, ser incorrecto considerar o sentimento ou movimento nacionalista como sendo violento por natureza. Considero, ao invés, que os nacionalismos exacerbados, esses sim, representam a maior ameaça para a paz e segurança internacionais, na medida em que são utilizados métodos violentos e ilegítimos para atingir determinados fins. São nesse tipo de sentimentos e movimentos que eu incluo os grupos terroristas, pois procuram determinados objectivos pondo em prática actividades que visam criar o terror e o pânico dentro da sociedade, junto dos cidadãos. Esta faceta destes movimentos exacerbados merece, aliás, ser devidamente analisada. Alguns dos casos mais evidentes e mediáticos são os da ETA no país basco, em Espanha, e do IRA na Irlanda do Norte⁵⁵, ou então o caso do Hamas na Palestina. Segundo Charles Townshend os movimentos nacionalistas tiveram sempre maior capacidade destrutiva que os grupos de esquerda, uma das razões deve-se ao facto de os movimentos nacionalistas terem uma maior

⁵⁵ A ETA e o IRA apoiaram-se em braços políticos de forma a conseguirem atingir os seus objectivos. Esses braços políticos são respectivamente o Herri Batasuna e o Sinn Féin.

dimensão aliada a uma maior capacidade de recrutamento⁵⁶. O terrorismo pode ser bastante importante na luta em prol da preservação nacional ou mesmo para reavivar esse espírito. Townshend considera mesmo que alguns destes grupos nacionalistas serão indestrutíveis dada a forma como estão enraizados em alguns locais (Townshend 2006: 75-77).

Existem igualmente outros casos como as acções dos taliban no Afeganistão, onde estes foram destituídos do governo, graças à acção de uma força internacional formada pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) conjuntamente com uma operação militar norte-americana e contando com o apoio de várias forças de inúmeros países parceiros da OTAN. Por esse motivo, aliás, os taliban deslocaram-se para o vizinho Paquistão e procuram, a partir daí, planear a restituição do seu poder no Afeganistão, ao mesmo tempo que também levam a cabo acções terroristas em território paquistanês. Os últimos confrontos no Paquistão, entre forças governamentais de Cabul e os militantes taliban ocorreram no Noroeste do país, nas regiões do Vale de Swat, Lower Dir e Buner, causando uma deslocação maciça de pessoas que fugiram dos confrontos⁵⁷. As acções dos taliban preocupam particularmente a comunidade internacional, a ONU e a OTAN particularmente, por estarem relacionadas com a acção de grupos terroristas como a Al-Qaeda⁵⁸, liderada por Osama Bin Laden, responsável por inúmeros ataques terroristas, um pouco por todo o mundo.

O terrorismo sempre se apresentou, aliás, como uma ameaça à estabilidade. Esse é um dos motivos pelos quais os alvos dos atentados terroristas são, na sua grande maioria, civis, procurando criar o medo na sociedade que exigirá resposta por parte dos seus soberanos, ou seja, esta estratégia visa criar um ambiente de terror junto das populações civis, de forma a estes pressionarem os seus governantes a assistir os interesses e objectivos políticos das

⁵⁶ Esta maior capacidade de recrutamento pode-se dever a diversos factores, inclusivamente aqueles que já observei aquando da minha caracterização do fenómeno do nacionalismo. Entre outros aspectos identifiquei: a mensagem transmitida pelo grupo; o carisma e capacidade de mobilização do seu líder; a participação de familiares nos grupos; as associações e parcerias estabelecidas.

⁵⁷ Mais de dois milhões de pessoas fugiram destas regiões para as zonas mais calmas junto à fronteira, constituindo uma das maiores deslocações de pessoas, devido a conflitos militares, de sempre. A Organização das Nações Unidas, através dos seus organismos responsáveis pelo apoio aos refugiados, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e o Gabinete de Coordenação dos assuntos Humanitários (OCHA), e o Governo paquistanês enfrentaram então uma das maiores crises humanitárias dos últimos tempos. Para mais informações ver: UNRIC. Maio de 2009. Paquistão: ONU lança apelo a contribuições no montante de 544 milhões de dólares. <http://www.unric.org/pt/actualidade/24000> (acedido em 17 de Setembro de 2009) e UN News Centre. Maio de 2009. Displacement in Pakistan largest and fastest in years, says UN refugee agency. <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=30846&Cr=pakistan&Cr1=&Kw1=unhcr&Kw2=pakistan&Kw3=2+million> (acedido em 17 de Setembro de 2009).

⁵⁸ Trata-se de uma organização fundamentalista islâmica que tem as suas raízes na invasão soviética do Afeganistão e na formação deste grupo, formado por membros de origem árabe que se aliaram aos adversários dos soviéticos e apoiaram os afegãos de forma a derrotar e expulsar os invasores. Mais tarde, e já depois da implosão da URSS, este grupo iria opor-se à presença de forças militares estrangeiras em território sagrado, por estas serem de infiéis. Por esse motivo declararam guerra aos infiéis, os ocidentais, principalmente aos Estados Unidos da América.

organizações terroristas⁹⁹. Por outro lado, Lobo-Fernandes considera que o terrorismo não deixa de ser uma tática dos mais «fracos», pelo que os alvos da sua violência dificilmente seriam alvos militares (Lobo-Fernandes 2004: 80).

Hoje em dia, no entanto, o terrorismo chegou a um novo nível, destacando-se pela dimensão que atingiu fruto da sua maior mediatização que, por sua vez, torna-o uma ameaça muito maior. Ironicamente, isto significa que a globalização está a ser utilizada pelos próprios grupos terroristas, apesar de, muitas vezes, estes grupos estarem assentes em movimentos nacionalistas. Não esquecer, por exemplo, a forma como os ataques às torres gémeas se desenrolaram, prevendo propositadamente a transmissão em directo pelas televisões do choque do segundo avião numa das torres; ou os ataques de 11 de Março em Madrid utilizando telemóveis como detonadores (Lobo-Fernandes 2004: 79). O facto é que os meios de comunicação social ofereceram aos grupos terroristas algo que antes não acontecia, ofereceram-lhes mediatização, publicidade, a possibilidade de transmitir a sua mensagem, a possibilidade em transformar um medo local em um medo global. Penso ser óbvio que a globalização acabou por representar uma das melhores ajudas aos objectivos destes grupos terroristas.

No entanto, a principal característica deste tipo de terrorismo acaba por ser a sua irracionalidade. Desde sempre, num campo de batalha, os líderes militares delineavam a sua estratégia baseando-se numa oposição inimiga cuja estratégia assentava, apesar de tudo, num quadro de racionalidade. As retratações de confrontos e estratégias militares de Sun Tzu, Clausewitz ou Tucídides, entre outros, basearam-se exactamente nesse pressuposto. Ora, essa situação alterou-se drasticamente a partir do momento em que estes novos grupos terroristas não receiam perder elementos seus aquando da execução dos seus ataques, levando a cabo, inclusivamente, atentados suicidas, tendo os perpetradores plena consciência de que irão colocar termo à própria vida com essa acção. Ora, apesar de esta técnica não ser algo de inédito – fora utilizada, por exemplo, por soldados *kamikase* japoneses durante a II Guerra Mundial – representa algo de bastante preocupante, sendo um enorme desafio para as forças de segurança que tentam combater este tipo de estratégias.

Veja-se, como exemplo, o conflito bipolar que marcou a segunda metade do séc. XX, e que opôs os Estados Unidos da América, promotores do capitalismo, e a URSS, defensores do

⁹⁹ É por este motivo que constantemente somos confrontados, mesmo em programas de ficção na televisão, com a política norte-americana de não negociação com terroristas. Esta política visa exactamente tornar a estratégia utilizada pelos grupos terroristas obsoleta. No entanto, tal não está a ter ainda o sucesso desejado.

regime comunista, e que foi denominado, universalmente, de Guerra Fria. Qual será a natureza deste nome? Joseph S. Nye explica,

‘Por que razão a Guerra Fria não se tornou quente? Alguns analistas acreditam que as sociedades desenvolvidas aprenderam as lições da Primeira e Segunda Guerras Mundiais e simplesmente superaram a guerra. Outros acreditam que a «longa paz» da segunda metade do século XX teve origem nos limitados objectivos expansionistas das superpotências. Outros ainda atribuem esse resultado ao que consideram a inerente estabilidade da bipolaridade pura, na qual dois estados (e não duas alianças rígidas) são dominantes. Mas para a maioria dos analistas, a parte maior da resposta reside na natureza especial das armas nucleares e da dissuasão nuclear.’ (Nye 2002: 164).

Esta observação por parte de Nye assenta e encontra explicação na racionalidade dos líderes políticos e militares da altura, dos dois lados da barricada. Por outras palavras, foi a racionalidade dos líderes das superpotências que caracterizou toda a Guerra Fria, pois estavam cientes dos resultados da utilização de armas nucleares. De facto, a sua utilização significaria a obliteração total de ambos os Estados, pelo que a maior vantagem das armas nucleares não era a sua eficácia em termos de utilização e destruição, mas antes o fantasma da possibilidade da sua utilização. A paz durante a Guerra Fria, tal como Nye indicou, deveu-se então à noção dos líderes das duas potências de que a utilização de armamento nuclear significaria a derrota das duas partes.

Por outro lado, como aponta Anne-Marie Slaughter, na abertura do seu livro *A New World Order* (2004), os terroristas, tal como outros tipos de criminosos, operam através de redes globais, ora, estas redes só podem ser combatidas através de uma resposta conjunta dos Estados. Isto vai de encontro com o facto, descrito por Ivo Daalder e James Goldgeier, de que terroristas nascidos em Riade e treinados em Kandahar desenvolveram planos mortíferos em Hamburgo tendo em vista o choque de aviões contra edifícios em Nova Iorque, ou seja, segundo estes autores, tal desenvolvimento de planos significa que algum acontecimento em determinado local poderá afectar a segurança, prosperidade e o bem-estar dos cidadãos em qualquer ponto do mundo (Daalder e Goldgeier 2006: 105). Este facto não deixa de se assemelhar a uma espécie de *efeito borboleta*, na medida em que pequenos acontecimentos em certos locais

desencadearam um efeito perverso e catastrófico, que poderia ter sido alterado se, neste caso, uma das etapas do planeamento do ataque ao World Trade Center tivesse sido detectada, identificada e impedida. Da mesma forma, se isso tivesse ocorrido, qual verdadeiro *efeito borboleta*, tal poderia também significar um novo ataque e ainda mais mortífero.

Outra característica deste terrorismo, e que justifica a capacidade de mobilização destes grupos, é a tentativa de relação, por parte dos seus líderes, a vertentes religiosas, como é o caso do Islamismo, fazendo referências às diásporas cruzadas, suscitadoras dos maiores ódios nos corações dos seguidores do Islão. Não nos devemos iludir no entanto, esta luta dos grupos terroristas não se trata de uma luta religiosa, aliás tal é, segundo muitos seguidores do Islão um insulto, defendendo que, tal como acontece com outras vertentes religiosas, o Islamismo defende uma vida de paz. A contenda destes grupos representa, ao invés, uma clássica luta pelo poder, utilizando apenas novos métodos para atingir os seus objectivos.

Esta nova ameaça terrorista passa, entre outros aspectos, pela possibilidade do uso de armas nucleares, químicas e biológicas, o que até há pouco tempo era algo de inconcebível. No entanto, estes grupos conseguiram atingir a capacidade para adquirir este tipo de material e armamento graças a diversos motivos. Desde logo, e como já vimos, a capacidade de recrutamento destes grupos é uma enorme vantagem nesse sentido, na medida em que multiplica o número de contactos e negócios à margem da lei. Estes grupos, ao disporem de um maior número de elementos podem criar inúmeras redes de ligação até com outros grupos, ao mesmo tempo que aumentam as suas possibilidades em termos de ganharem conhecimento de mercados de armas paralelos. A aproximação de milionários a estes grupos, é outra das razões para a capacidade dos mesmos em adquirir materiais bélicos. Estes milionários, que se juntam a estes grupos por diversos motivos (económicos, pessoais, políticos, entre outros) dispõem parte da sua riqueza ao serviço dos líderes terroristas que a usam para adquirir novos equipamentos.

Por outro lado, a existência deste tipo de armamento em territórios cuja estabilidade interna está longe de satisfazer o exigível em termos de paz e segurança internacionais apresenta-se como um risco, na medida em que, face a um golpe de Estado, com o apoio destes grupos terroristas, pode significar uma apropriação deste armamento por parte dos mesmos. O caso do Paquistão, aliás, é um dos melhores exemplos dessa situação neste momento, visto que possuem uma considerável capacidade nuclear, a qual foi adquirida como resposta à ameaça indiana por estes possuírem igualmente esse tipo de poder, qual pequena reedição da Guerra

Fria, com novos actores, e numa clara retratação de uma tentativa de reequilíbrio da balança de poder⁶⁰. Da mesma forma, Estados há que não garantem um ambiente de paz e segurança mundiais, colaborando e negociando armas e materiais com cidadãos que estão identificados como colaboradores de grupos terroristas. Inúmeros relatos hão de países que supostamente vendem armamento, tecnologia e materiais nocivos e perigosos que poderão ser utilizados para fins não pacíficos. Supostos negócios entre Irão e grupos terroristas, entre a China e a RPDC, entre a Rússia e a Venezuela⁶¹, são alguns dos exemplos que ocasionalmente ouvimos falar nos meios de comunicação social.

⁶⁰ Segundo este princípio, o Paquistão adquiriu poder nuclear dada a ameaça que constituía para a segurança do país o recente poder nuclear da vizinha Índia, e o receio que isso causava junto da população paquistanesa.

⁶¹ Embora a Venezuela não seja considerada uma ameaça para a segurança internacional, o facto de o seu líder ser Hugo Chavez, possuidor de uma personalidade extremamente volátil, aliado ao fortalecimento da sua capacidade militar, com o apoio russo, e ao anúncio do desenvolvimento de um programa nuclear, igualmente com o apoio da Rússia, leva a que a sua situação seja acompanhada atentamente pela comunidade internacional.

IV – PAZ E SEGURANÇA MUNDIAIS, O PAPEL DA ONU NUM MUNDO HETEROGÊNIO

Guerra e Paz, o ‘dilema de segurança’

O século XX destacou-se, entre muitas coisas, pela violência, amplitude e dimensão dos conflitos militares. De resto, tal como Eric Hobsbawm refere no seu livro *Globalização, Democracia e Terrorismo* (2008), o século passado acabou por ser o mais mortífero da história. Tal conclusão não será difícil de se chegar, bastando para isso considerarmos os dois conflitos mundiais, a Guerra Fria e outros conflitos regionais e de menor dimensão, como a Guerra do Vietname, a guerra entre Irão e Iraque, a Guerra das Malvinas, entre muitos outros conflitos. Estas circunstâncias levaram, de resto, Hobsbawm a denominar o período entre o início da I Guerra mundial, em 1914, e a colapso da URSS, em 1991, como a «Era dos Extremos».

Se por um lado se observou um avanço tecnológico sem precedentes durante o século XX, tendo a Revolução Industrial desempenhado, ainda no século XIX, um papel fundamental como impulsionador de um novo modelo económico e estilo de vida, esse desenvolvimento estendeu-se também aos arsenais militares, possibilitando aos países adquirirem uma maior e mais poderosa capacidade militar. Esta mesma capacidade seria aliás um dos motivos pela qual a confrontação militar iria alcançar uma nova dimensão e os conflitos iriam surgir com maior insistência.

Proponho agora uma reflexão sobre um conjunto de termos essenciais, como são a paz, a guerra e a segurança. Immanuel Kant considera que a paz não está na natureza do homem, isto porque, no seu estado natural, o homem vive sobre a constante ameaça dos outros, mesmo que isso não signifique a existência de conflitos. Mesmo assim, considera que é possível instaurar um estado de paz entre os homens, sendo que a ausência de hostilidades não significa por si só a existência de um ambiente de paz (1990: 126-127). Também os realistas consideram que a paz não está na natureza do homem, sendo que o próprio sistema internacional é caracterizado pela sua anarquia, o que significa ao mesmo tempo, que é caracterizado por um ambiente de guerra constante.

Por sua vez, a guerra trata-se, segundo Sun Tzu, de uma questão de enorme importância para o Estado. ‘É uma questão de vida ou de morte, o caminho para a sobrevivência ou para a ruína’ (Sun Tzu 2006: 17). O principal objectivo da guerra seria, segundo a sua

perspectiva, o fim rápido da mesma através de uma vitória no campo de batalha. Isto porque a probabilidade de uma vitória clara diminui com o decorrer do tempo, na medida em que o Estado vai perdendo recursos com o passar do tempo, podendo isso representar uma ameaça para o sucesso da operação e para o apoio dos cidadãos ao soberano.

Carl von Clausewitz, General prussiano, propõe, por seu lado, um olhar diferente da guerra, considerando-a como um duelo a uma escala maior, onde uma das partes tenta através do confronto físico coagir a outra parte a submeter-se à sua vontade, ou nas suas palavras, ‘a guerra é um acto de violência com vista a coagir o nosso adversário a submeter-se à nossa vontade’. Logo, a guerra trata-se de um acto de violência levado ao extremo (Clausewitz 2007:9-12). Clausewitz destaca-se na sua análise por considerar que a guerra está intimamente ligada a um objectivo político e, não sendo um acto meramente político, acaba por ser a continuação da política por outros meios (2007: 30-34). O resultado de uma guerra não é, no entanto, absoluto (2007: 19) sendo que o mesmo irá sofrer modificações com o tempo e irá influir em acontecimentos futuros⁶².

John Keegan discorda, no entanto, de Clausewitz na medida em que, ao contrário deste, não considera a guerra como a continuação da política por outros meios, isto porque a definição do antigo General prussiano exige a existência de um Estado que utiliza o confronto militar quando os outros meios políticos não servem para atingir determinado objectivo. Ora, para Keegan, a guerra é algo tão antigo como o Homem, sendo por isso muito mais antigo do que a noção de Estado (Keegan 2006: 21-22). A guerra acaba por ser, segundo as palavras do historiador, uma expressão da cultura, sendo por isso muito mais do que mera política, podendo em alguns casos ser a própria cultura de uma sociedade (2006: 30-32). Sobre a necessidade do homem em lutar e entrar em guerra, Keegan afirma que a cooperação entre indivíduos e grupos deverá ser considerada a norma, pelo que, o que explica esta necessidade do homem deve-se à imprevisibilidade do seu comportamento, levando o homem violento a tornar-se na maior ameaça à cooperação no seio de um grupo, e os grupos violentos a tornar-se a ‘principal causa de ruptura da sociedade’ (Keegan 2006: 117).

⁶² Esta opinião é, de certa forma, partilhada por A.J.P. Taylor, na sua descrição dos motivos que levaram à II Guerra Mundial. Taylor defende que uma das grandes razões acabou por ser o resultado da I Guerra Mundial, que havia terminado em 1919, com a assinatura do Tratado de Versalhes. Ver: Taylor, A.J.P. 1991. *The Origins of the Second World War*. London : Penguin Books.

O debate sobre o conceito de segurança e o que significa a segurança de um indivíduo e de um povo tem sido alvo de intensos debates ao longo da história. Durante muito tempo a segurança do indivíduo estava associada à segurança de um Estado, na medida em que o Estado era comumente identificado como o actor solo da política internacional. Como já vimos anteriormente, Thomas Hobbes e Jean-Jacques Rousseau estão entre os autores que consideraram o Estado como garante da segurança do seu povo. Segundo Hobbes um soberano tem o dever de defender os interesses do seu Estado e sequentemente garantir a segurança do seu povo (2002: 265). Já Rousseau destaca a importância da organização social do Estado como garantia de segurança do mesmo⁶³ (2003: 23-25).

Hobbes, Rousseau e Maquiavel partilham todos alguns princípios da natureza humana, sobretudo na classificação dos interesses do homem no seu estado de natureza e que reflectem a confrontação entre os indivíduos, o que pode explicar a constante ocorrência de novos conflitos. Hobbes considera os homens naturalmente iguais, fisicamente e intelectualmente. É desta igualdade que provém a desconfiança entre os indivíduos, que cobiçam sempre algo que outro tenha e que lhes agrada. São identificadas então três causas de discórdia entre os homens: a competição, segundo a qual os homens atacam-se procurando o lucro; a desconfiança segundo a qual os homens lutam entre si procurando a segurança; e a glória onde os homens entram em confronto tendo por base uma reputação e o seu reconhecimento. Destas guerras, de todos contra todos, nada poderá ser considerado injusto. Segundo Hobbes, apenas o medo do homem de morte, o desejo por tudo aquilo que proporcione uma vida confortável e a esperança de as conseguir através do trabalho, leva os homens a negociar e querer estabelecer a paz (Hobbes 2002: 109-113). Hobbes propõe, portanto a existência do *Leviatã*, numa alusão ao Estado moderno, detentora da violência legítima sobre um território, violência essa que consistia em castigar os prevaricadores com o objectivo de manter os seus súbditos em segurança. Da mesma forma o *Leviatã* tinha a obrigação e o dever de proteger a sua população de ameaças externas.

Rousseau considera que o homem nasce naturalmente livre e vive segundo o seu instinto, levando a cabo as medidas que achar necessárias para satisfazer os seus objectivos e o seu instinto. Esta postura leva os homens a entrar em conflito quando os seus interesses se cruzam. Se durante a disputa o homem não conseguir vencer, a sua liberdade estará em causa

⁶³ Ver capítulo introdutório sobre conceito de nacionalismo, página 13.

e estará sujeito ao direito do mais forte. Esta postura só poderá ser alterada aquando da transição do estado de natureza para o estado civil, onde o seu instinto é substituído pela justiça e as suas acções começam a ser moldadas pela moralidade (Rousseau 2003: 15-28).

Maquiavel, por sua vez, na sua retratação do Príncipe, refere a maldade existente na natureza humana, considerando os homens ingratos, mutáveis, dissimulados, inimigos do perigo e ávidos de ganhar. Por esses motivos considera que o soberano de uma sociedade, *O Príncipe*, deverá exercer o seu poder numa base de medo, dado não ser possível conciliar a capacidade de ser amado e ser temido. Logo, é preferível ser temido porque os ‘homens hesitam menos em prejudicar um homem que se torna amado do que outro que se torna temido’ (2000: 88-91).

No entanto, a personagem que, a meu ver, mais se viria a destacar na análise das dinâmicas de segurança e nos motivos que levam duas ou mais partes a entrar em conflitos foi Tucídides, com a sua retratação da Guerra do Peloponeso, já referida anteriormente, e que opôs Atenas a Esparta. Tucídides conseguiu já na altura, ao mesmo tempo que observava o acontecimento, demonstrando uma perspicácia e poder de análise fenomenal, encontrar a explicação para que Esparta declarasse a guerra contra Atenas. De facto, a razão essencial que levou ao confronto entre as duas cidades-estado esteve assente num desequilíbrio da balança do poder, na medida em que Esparta encarou com um enorme receio o aumento do poder e da capacidade militar de Atenas. Esta situação apresentou-se como um verdadeiro *dilema de segurança* para os Espartanos, pois encaravam este aumento de poder dos Atenienses como uma verdadeira ameaça à sua soberania, pelo que a solução encontrada para este desequilíbrio seria o ataque a Atenas. Para este sucesso tem particular relevância a descrição do diálogo de Melos em que a relação entre objectivos políticos e o uso da força é criteriosamente analisada (Tucídides 2008). Da mesma forma, a reflexão deste pensador destacou-se pela análise da dinâmica do sistema de alianças que ocorreu durante o conflito⁶⁴.

Tucídides, a par de outros realistas, considerou o sistema internacional profundamente anárquico sendo, aliás, esse o motivo pelo qual a guerra é sempre possível nas relações entre Estados. A explicação é simples, não existindo entidade superior aos Estados, são eles que garantem a sua própria segurança, analisando o comportamento dos outros Estados e actuando segundo uma dinâmica de equilíbrio da balança de poder e de estabilidade dos dilemas de

⁶⁴ Tucídides constatou a negociação de alianças, durante a guerra do Peloponeso, caracterizadas pela sua flexibilidade. No entanto, considera que estas são muito difíceis de se estabelecer, à semelhança aliás do que muitos outros autores realistas defendem.

segurança. Sob estas circunstâncias a acumulação de poder por um Estado é sempre encarada como uma ameaça à segurança. Segundo Doyle (1997), Tucídides desperta a existência de um *dilema de segurança* onde a guerra é inevitável. Este *dilema de segurança* baseia-se, por sua vez num medo originado pelo sentimento de insegurança que invade os cidadãos de um país. Isto pode explicar-se da seguinte forma: considerando que o dever do Estado é proteger os seus cidadãos, estes não se sentirão, pelo menos de uma forma continuada, inseguros em termos internos. No entanto, face à anarquia que caracteriza o sistema internacional, como advogam os realistas, os cidadãos sentem-se inseguros porque nenhuma entidade tem a capacidade de controlo sobre os Estados, pelo que estes poderão ser agressivos para com outros, existindo por isso um constante receio de que um ataque ocorra. Segundo este prisma, concluímos que a guerra resulta de um desequilíbrio da balança de poder. A paz é, nesse sentido, resultado de um esforço artificial. Hoje em dia poder-se-á dizer que esta situação se alterou com a acção de organismos transnacionais e internacionais, mas de facto, parecem-me ser ainda os Estados através do seu poder político e militar que exercem pressão sobre os outros países para que estes não ajam inconscientemente, atacando outros Estados.

Por seu lado, os liberais ou institucionalistas defendem, como já vimos, que o Estado já não é o único actor do sistema internacional, pelo que a segurança do indivíduo já não é um dever exclusivo dos Estados. Os liberais partem de uma perspectiva mais optimista do sistema internacional, defendendo que a melhor forma de se adquirir a paz e garantir a segurança dos Estados e cidadãos é através da colaboração dos Estados e da promoção de um relacionamento multilateral. É aliás a partir desta perspectiva que nasce a *teoria da paz democrática*, impulsionada após o fim da Guerra Fria e segundo a qual os Estados que partilhem democracias e ideais liberais nunca entram em conflito (Russett 1993). Nesse sentido observa-se, pelas principais democracias liberais do mundo, uma promoção deste modelo, exactamente segundo este argumento, de que a sua utilização promove a paz mundial. Algo semelhante defendem os institucionalistas que recorrem, no entanto, à utilização das organizações internacionais de forma a promover a cooperação dos Estados, a qual significa, segundo eles, a existência de um ambiente de paz.

Em 1795, Immanuel Kant introduziu a ideia de «Paz Perpétua», na sua obra *Paz Perpétua e Outros Opúsculos* onde identifica os passos necessários para se atingir a paz entre Estados, separando-os em passos imediatos (artigos preliminares) e passos mais complexos (artigos definitivos) (1990: 120-140). Como passos a pôr em prática imediatamente pelos

Estados, Kant identifica: a invalidação de qualquer tratado de paz com matéria tacitamente incluída que possa promover uma guerra futura; a impossibilidade de adquirir um Estado independente mediante herança, troca, compra ou doação; a abolição dos exércitos permanentes, com o passar do tempo; não se deverá contrair uma dívida pública sobre assuntos de política externa; não interferência pela força na constituição e governação de outro Estado; a não utilização de práticas hostis que ponham em causa a possibilidade do estabelecimento de uma relação de confiança durante uma paz futura.

Como passos a dar pelos Estados de forma a construírem a paz, Kant considera: a necessidade de estabelecer uma constituição republicana; a criação de uma federação de Estados sobre a qual será fundada o direito das nações; o direito cosmopolita ou de cidadania deverá estar confinado às condições de hospitalidade universal.

Por outro lado temos a perspectiva construtivista, que propõe um novo método de análise das relações internacionais, assumindo que as estruturas fundamentais são construções sociais. Considera, portanto, que os actores, as entidades, os organismos, o poder, a anarquia e os regimes são tudo conceitos moldados por interpretações próprias tendo por base uma determinada vivência cultural e histórica. O conceito de ameaça é neste sentido também ele uma construção social, contendo uma dimensão objectiva e uma dimensão subjectiva (Adler e Barnett 1998). Dada a importância das questões culturais e históricas, a identidade é um conceito extremamente importante para a perspectiva construtivista. A noção de *Us and Them*, utilizada por Eriksen, tem aqui, portanto, especial relevância, pelo facto da formação de uma identidade se basear na distinção de diversas particularidades, como os símbolos, os valores, os mitos, ou atitudes que permite a identificação das diferenças entre grupos (Ulusoy 2003: 14).

Perspectivando as comunidades de segurança: a ameaça do interesse nacional

Uma das soluções cada vez mais defendida para a promoção da paz e segurança mundiais são as denominadas comunidades de segurança, que têm tanto de inovador como de complexo. Não obstante, esta solução também poderá ser apresentada para a resolução de casos de nacionalismos exacerbados que se fazem sentir um pouco por todo o mundo. Como já vimos, considero que estes movimentos radicalizados representam, de facto, a maior ameaça para a paz e segurança internacionais.

Como também já referi, considero que apesar dos Estados não serem considerados os únicos actores da política internacional e das relações internacionais estes continuam a ser os actores centrais desta realidade destacando-se desde sempre por perseguirem a garantia da sua segurança, a defesa da sua autonomia e da sua integridade territorial. Segundo os teóricos realistas, os Estados sempre procuraram esta segurança assentes, única e exclusivamente, na defesa dos seus interesses particulares, pelo que a colaboração e cooperação com outros Estados é vista como irreal, sendo plausível, apenas, num quadro de estratégia para a defesa desses mesmos interesses particulares dos Estados. Por esse motivo a guerra, para os realistas, pode ocorrer a qualquer altura pois, entre os Estados, o estado de natureza é um estado de guerra (Waltz 2002: 144).

Karl W. Deutsch desafiou esta perspectiva, procurando analisar até que ponto e sobre que condições os conflitos armados poderiam cessar, ou mesmo, deixar de ser opção para os Estados, desenvolvendo o conceito de «comunidades de segurança» na década de 50 (Muller 2006: 3). Desde sempre, e também porque a teoria realista das relações internacionais imperava na grande maioria dos centros de investigação, a ideia de comunidade para explicar a realidade do sistema internacional era quase inconcebível, ou era utilizada com extrema precaução, isto porque, uma ideia de um conjunto de Estados que partilhem um conjunto de normas, valores e que desenvolvam uma identidade social, que promova um conjunto de interacções e difunda a reciprocidade e confiança, era vista com algumas reservas e incredibilidade pela maioria dos teóricos. A anarquia que caracteriza o sistema internacional era a base desta argumentação, pois obrigaria os Estados a procurar preponderância sobre os seus vizinhos, com base nos seus interesses internos (Adler e Barnett 1998:3). Face à falta de uma entidade supranacional reguladora do comportamento dos Estados, estes intuitos acabam por não poder ser confrontados e, mesmo, evitados.

Apesar do conceito de comunidades de segurança ter sido introduzido por Richard Van Wagenen no início da década de 50, foi através do trabalho de Karl W. Deutsch, intitulado *Political Community and the North Atlantic Area* de 1957, que este mesmo conceito se desenvolveu e ganhou conteúdo. Efectivamente, segundo Deutsch, uma comunidade de segurança trata-se de um grupo de pessoas que se integrou de tal forma que garante aos membros dessa comunidade a resolução das suas disputas e diferenças de alguma forma que não seja o confronto físico (Deutsch 1957: 6). Existe uma garantia para os membros da comunidade de que os objectivos sociais, económicos e políticos podem ser atingidos através de

meios pacíficos. Perante este enquadramento, Michael Sheehan não tem problemas em afirmar que se o globo estivesse coberto por estas «comunidades de segurança» os conceitos de conflito armado e guerra seriam eliminados, tal como são actualmente entendidos (Sheehan 2006: 27), sendo, por essa razão, projectos bastante ambiciosos e complexos (Moller 2003: 318).

Robert Keohane e Joseph Nye (2001: 269) apontam também a importância do conceito de comunidade de segurança como demonstrativa do crescente nível de interdependência dos Estados, de tal forma que a sua argumentação ultrapassa o dilema de segurança, de base realista. Efectivamente, o aprofundamento das relações entre Estados nos mais diversos sectores, como a economia, questões sociais, questões políticas, entre outras, é essencial para a promoção de boas relações e, conseqüentemente, de um clima de paz.

Frank Moller (2003: 317) afirma, por seu lado, que a essência de uma comunidade de segurança é 'a crença e a expectativa de uma resolução pacífica dos conflitos entre populações e políticos', ao mesmo tempo que se renuncia ao uso da força em larga escala. As comunidades de segurança serão, portanto, na sua concepção original, instituições sócio-políticas com múltiplas normas, valores e identidades que interagem entre si de uma forma positiva.

Como Emanuel Adler e Michael Barnett descrevem, K. Deutsch observou que uma comunidade de segurança surge quando um grupo de Estados alcança uma sensação de comunidade e, conseqüentemente, esta realidade assegura que os Estados que formam este grupo resolverão os seus problemas sem recorrerem ao conflito armado (Adler e Barnett 1998: 3), ou como Michael Sheehan coloca, uma comunidade onde os Estados que a compõem rejeitam o uso da força como forma de resolver as suas disputas (Sheehan 2006: 25). Os Estados, no entanto, para a sobrevivência das comunidades de segurança, têm de reconhecer que existem diferenças entre os Estados e que o objectivo da comunidade de segurança, não é esbater essas diferenças, mas respeitá-las e promover a interacção dos povos (Moller 2003: 317). Como já vimos, um dos grandes problemas dos regimes de integração é exactamente a sensação de intrusa que provoca junto dos cidadãos, pelo que defendo que esta ideia proposta por Moller é crucial para o desenvolvimento de alianças a este nível.

Sheehan (2006: 26-27) afirma também, baseando-se na análise de Deutsch, que as ideias e realidades de segurança e insegurança não passavam de construções sociais assentes num consenso intersubjectivo que poderia ser manipulado pela acção dos governos ao longo do tempo. Independentemente disto, a segurança é algo que é atingido no contexto sócio-político de uma comunidade, ou seja, 'segurança e comunidade são os dois lados da mesma moeda:

nenhuma delas é possível sem a outra', elas são interdependentes. Uma comunidade de segurança justifica a sua existência com base na assumpção básica da não-violência e da mudança pacífica.

Dada a característica central destas comunidades, ou seja, a sensação de segurança, o que importa na prossecução dos seus objectivos é saber quem faz parte da comunidade e quem está fora dela. Esta percepção é essencial para que a comunidade possa prever alguns acontecimentos e antecipá-los de forma a atingir os objectivos a que se propôs e a manter a segurança no seu seio. A questão da segurança dos Estados e das comunidades atingiu tal relevância que se tem observado a uma reconceptualização de poder, no sentido em que este deve considerar a capacidade de uma comunidade de defender os seus valores e segurança contra uma ameaça externa e ao mesmo tempo a sua capacidade de atrair novos Estados ao seu seio (Adler e Barnett 1998: 4). Já Frank Moller (2003: 318-319) defende que a par das mudanças pacíficas, o que realmente caracteriza uma comunidade de segurança é a sua capacidade de compatibilizar as diferenças dos diversos membros ao invés de tentar incutir ou impor valores comuns a estes.

Esta referência de Moller leva-nos para outra questão, igualmente salientada por este autor, que é o facto de uma comunidade de segurança que promove um ambiente de tolerância no seu seio, entre os seus membros, ser encarada como menos ameaçadora, por parte da comunidade internacional, do que uma comunidade de segurança que procure impor valores comuns, criando um ambiente de intolerância no seu seio. Torna-se óbvio, portanto, que o comportamento da comunidade de segurança internamente é igualmente relevante para a promoção da resolução pacífica das disputas e para diluição de ameaças externas.

Deutsch propõe, no entanto, dois tipos de comunidades de segurança. O primeiro tipo são as «comunidades de segurança amalgamadas», que se formam quando o objectivo de um conjunto de Estados é formar uma comunidade que, para além de preservar a paz entre os seus membros, procura a aquisição de poder ou de uma identidade comum (Deutsch 1988: 272-274). Existem algumas condições essenciais para o sucesso deste tipo de comunidades, a saber: compatibilidade dos principais valores relevantes para o comportamento político; um distinto e atractivo estilo de vida; expectativas de reforço de poder e recompensas económicas das sinergias desenvolvidas; um crescimento óbvio nas capacidades político-administrativas dos membros; um crescimento económico superior dos membros; desenvolvimento de meios de comunicação social inquebráveis entre os membros; desenvolvimento da elite política e

promoção do crescimento da comunidade; promoção da mobilidade social e geográfica das pessoas no seio da comunidade; multiplicidade dos fluxos comunicacionais e transaccionais mútuos; desenvolvimento de um mecanismo de compensação nos fluxos comunicacionais e transaccionais; frequente intercâmbio de papéis; previsibilidade comportamental mútua considerável. A base do funcionamento deste tipo de comunidades é a criação de um governo comum, supranacional.

O segundo tipo é a chamada «comunidade de segurança pluralística» e que tem sido a mais analisada nos últimos tempos. Deutsch considera que este tipo de comunidades são mais fáceis de criar e, conseqüentemente, de manter. Este é igualmente um dos motivos pelos quais terão mais sucesso na manutenção de um ambiente de paz entre os seus membros. As principais condições para o seu sucesso são: compatibilidade da maioria dos valores políticos; capacidade de resposta dos membros às mensagens e necessidades de forma adequada e sem o recurso à violência; previsibilidade mútua nos aspectos políticos e sociais dos membros (Deutsch 1988: 281).

Adler e Barnett preocupam-se essencialmente com o conceito de comunidades de segurança pluralísticas, devido à sua maior aproximação aos desenvolvimentos do actual quadro do sistema internacional (1998: 5-9). Para o desenvolvimento deste tipo de comunidades são importantes dois factores, os processos de comunicação e as transacções entre os Estados. Estes dois factores favorecem a formação de uma identificação comum, um sentimento de comunidade. Uma forma de medir esse sentimento de comunidade é, segundo Deutsch, a quantificação do volume das transacções entre os diversos Estados que formam a comunidade. No entanto, segundo Adler e Barnett, esta excessiva preocupação em valores quantificáveis era um dos motivos pelos quais o conceito teve tanta dificuldade de aceitação, isto porque Deutsch deixara de lado as relações estritamente sociais entre os Estados e os seus cidadãos e que muitas vezes eram decorrentes das transacções entre os Estados. Outro dos problemas era o facto de grande parte dos investigadores optar por outras perspectivas como a integração regional, a cooperação internacional, a interdependência e, mais tarde, os regimes internacionais. Por último, o estudo desenvolvido por Deutsch era apontado como romântico e idealista ainda para mais quando entrávamos numa era de Guerra Fria e onde o risco de confronto nuclear era considerável.

Outra proposta, decorrente de estudos anteriores, é a de Harald Muller, que cria uma lista de condições necessárias para a formação de uma comunidade de segurança, que consiste

numa reestruturação de muitas das condições vistas anteriormente. Muller divide as condições em quatro tipos, a saber: as *ideational normative*, onde estão incluídos os valores comuns, a identidade comum/sentimento de pertença, capacidade de resposta e a confiança mútua; as *ideational utilitarian*, onde estão incluídos a percepção conjunta de ameaça e a percepção dos benefícios; os *institutional/practice*, onde estão inseridos a «governança» (informal), a coesão do grupo, a multiplicidade de transacções, a comunidade transnacional, a cooperação/colaboração de segurança e a coordenação contra ameaças internas; e os *signifiers*, onde estão incluídos o imprescindível recurso à guerra e a integração militar (Muller 2006:7).

As comunidades de segurança podem ser, por outro lado, empiricamente identificadas como nascentes, caracterizada pelas expectativas de paz dependencistas dos Estados soberanos que a compõem; ascendentes; e maduras, que inclui um ambiente de ajuda mútua, característico de comunidades com maior grau de integração. Andrej Tuscisny salienta, no entanto, a contribuição construtivista, segundo a qual, uma comunidade de segurança tem significados, valores e identidades partilhadas e nesse sentido trata-se de uma ideia socialmente construída onde as suas fronteiras poderão não coincidir com as tradicionais fronteiras geográficas (Tuscisny 2007: 427-428).

Tuscisny salienta, ainda, o facto de que a formação destas comunidades de segurança não terem provado ser bem sucedidas em qualquer região do globo, argumentando que, o facto de haver a necessidade, dos diversos membros, de partilhar valores políticos, como a razão-chave para o insucesso, muitas vezes, deste tipo de comunidades. Mas, por outro lado, não é a similaridade cultural a base desta relação, é, antes, a improbabilidade do conflito militar entre as entidades políticas abrangidas. Não obstante, Tuscisny defende que a compatibilidade de valores entre os membros é crucial em etapas posteriores de um processo de integração.

Hedley Bull, por seu lado, referindo-se às comunidades de segurança pluralísticas, afirma que, estas conseguiram longos períodos de paz, períodos caracterizados por comportamentos específicos dos membros que não consideravam o recurso à força como meio de resolução de conflitos (Bull 2002: 273). De facto, Deutsch, aquando da sua análise sobre estas comunidades de segurança, nunca afirmou que dentro de uma comunidade de segurança os conflitos não iriam ocorrer, ele defendeu, ao invés, que estes conflitos teriam resolução através de meios pacíficos desenvolvidos no seio da comunidade (Tuscisny 2007: 430).

Um dos exemplos mais próximos do que poderia ser uma comunidade de segurança é a OTAN, aproximando-se mais daquilo que Deutsch identificaria como uma «comunidade de

segurança pluralista», dado os seus membros manterem a sua soberania enquanto fazem parte da Organização. Um facto que merece ser sublinhado é que a OTAN considera também o terrorismo como a maior ameaça à paz e segurança internacionais e nesse sentido introduziu as operações *out-of-area*⁶⁵ que consiste na aplicação de planos e operações em regiões fora do seu espaço geográfico. O caso do Afeganistão é o exemplo mais claro e importante para a Organização. De facto, a operação da OTAN – a Força Internacional de Assistência para a Segurança (ISAF) – naquele país é considerada de extrema importância, constituindo-se como o maior desafio desde a sua criação, estando, inclusive, o futuro da Organização dependente do sucesso da mesma.

Podemos concluir, portanto, que as comunidades de segurança visam promover um ambiente de paz no seu seio ao mesmo tempo que procuram estabelecer uma melhor estratégia de defesa contra ameaças externas à comunidade. Nesse sentido podem ser encaradas como uma possível solução, não só para resolverem as questões aqui apresentadas, como outras ameaças que possam surgir. No entanto, dado o que foi apresentado, podemos verificar que uma das maiores ameaças à sua integridade poderá ter origem no seu próprio núcleo.

De facto, os nacionalismos exacerbados, que têm a sua face mais visível no planeamento e execução de actos terroristas por grupos que reivindicam a autonomia e a independência de determinado território, representam uma enorme ameaça à paz e segurança internacionais. Esta ameaça pode ter duas origens. Em primeiro lugar estão aqueles Estados que enfrentam as intenções de auto-determinação e de independência de algumas das suas regiões, passando essas intenções, muitas vezes, pela utilização de ataques terroristas. Em segundo lugar, os sentimentos e a identidade nacional podem ser reavivados pelos cidadãos que sentem que o seu país não está a tirar vantagens em pertencer a determinada comunidade ou em se tornar demasiadamente dependente de outros Estados. Para o sucesso de uma suposta comunidade de segurança, esta tem de ser capaz de embeber todos os cidadãos dos seus Estados-membros do espírito e da consciência sobre a necessidade e importância de uma comunidade como a sua, algo que se apresenta bastante difícil.

Observemos, por exemplo, o caso da OTAN – o caso mais próximo de uma comunidade de segurança e que tem sido, não obstante, um caso de enorme sucesso dados os desafios que

⁶⁵ Consciente que as ameaças à segurança da Organização têm origem nos mais diversos locais, a OTAN introduziu as operações *out-of-area*, que consistem em missões cuja intervenção das forças da Organização se verifica em locais fora do território dos seus Estados-membros.

se lhe apresentam. Actualmente enfrenta grandes entraves em termos de participação e colaboração de alguns dos seus membros, tendo alguns inclusivamente posto em causa a continuação da sua participação em algumas das operações da Organização, inclusivamente na mais importante, a missão no Afeganistão. Para além desta questão, a formação de uma comunidade de segurança pode criar um desequilíbrio na balança de poder, pois pode ser vista como uma ameaça aos Estados de que dela não façam parte. Voltando ao exemplo da OTAN, a Rússia encara a mesma como uma ameaça aos seus interesses e à sua segurança, à medida que esta se alarga para Este. Nesse sentido, uma comunidade de segurança poderia contribuir para um aumento da conflitualidade, destruindo a sua base conceptual.

Independentemente de toda esta questão, e regressando à noção de interesse nacional, não partilho, necessariamente, a opinião do Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, quando este defende o mesmo como sendo um interesse comum. O relacionamento entre os Estados continua a basear-se no interesse nacional e particular dos mesmos e todo o tipo de ligações terá como objectivo a satisfação desses interesses. Obviamente que para essas ligações ocorrerem terá de existir uma base de convergência de interesses, pois se não houvesse, o entendimento simplesmente não existiria. No limite, a negociação entre as partes terá por base o reconhecimento daquilo que os negociantes estão dispostos a ceder em prol de um objectivo maior e mais importante. A possibilidade de um Estado pertencer a uma comunidade de segurança estaria dependente disso. Mas mesmo assim, teria depois o Estado a capacidade de embeber os seus cidadãos da importância da participação em tal comunidade? Tal me parece bastante improvável e, sendo naturalmente egoístas, ao mínimo sinal de insatisfação, deixariam de remar nessa direcção.

O papel da Organização das Nações Unidas

A Organização das Nações Unidas, surge como uma tentativa de criar um modelo de «governança» global, cujos objectivos primordiais seriam o da manutenção da paz e da segurança internacionais e a promoção do diálogo entre os Estados. Ainda antes da formação da Organização, em 24 de Outubro de 1945, já se havia tentado criar algo similar, a Sociedade das Nações (SDN). Esta primeira tentativa surgiu no rescaldo da I Guerra Mundial, em 1919, através do Tratado de Versalhes. No entanto, este projecto viria a fracassar pouco tempo depois por

diversos motivos, começando desde logo pela não ratificação do Congresso norte-americano – apesar da ideia ter saído da mente do então Presidente dos Estados Unidos da América, Woodrow Wilson. Depois, a forma como a Alemanha foi castigada e sancionada por ter saído derrotada do conflito, viria a criar mais tarde uma onda generalizada de «revanchismo» entre os alemães que iria contribuir mais tarde para a revolta que culminaria na II Guerra Mundial. Para além destes aspectos, o próprio projecto foi alvo de sabotagem, por parte das potências europeias, que assentes numa perspectiva realista do sistema internacional, olharam, sempre, primeiro para os seus próprios interesses e objectivos.

Mais tarde, e face ao ambiente de conflito permanente, os líderes mundiais, principalmente dos cinco grandes vencedores da II Guerra Mundial acharam que se deveria encontrar uma solução para alterar a esta mesma situação, retomando para isso a ideia de Woodrow Wilson. Sendo assim, a Organização viria a ser institucionalizada a 24 de Outubro de 1945, pouco após o término do conflito mundial, com a ratificação da Carta das Nações Unidas pelas cinco potências e pela maioria dos restantes signatários, em S. Francisco, contando, na altura, com 51 Estados-membros. Desde aí, o projecto da ONU parece ter tido muito mais sucesso que o seu predecessor, apesar de ter surgido em condições semelhantes, ou seja, no rescaldo de um conflito mundial. Um facto é que após a criação da ONU, nunca mais teve lugar um conflito a nível global, pelo menos com os mesmos contornos⁶⁶.

Desde logo ficou claro que seria necessário criar um organismo com um número restrito de membros que ficaria responsável pelas grandes decisões da Organização, esse organismo seria o Conselho de Segurança (CS). No entanto, a Guerra Fria viria a ser uma das razões pela qual a ONU não funcionou da melhor forma durante grande parte do séc. XX. De facto, a divisão bipolar do globo não permitiu, muitas vezes, que o Conselho de Segurança pudesse decidir sobre diversas matérias, pois tanto os EUA como a URSS ocupavam assentos permanentes no organismo e, dado possuírem o direito de veto, funcionavam como forças de bloqueio conforme os seus interesses particulares estavam em jogo.

Com o fim do confronto bipolar, na década de 1990, o funcionamento do Conselho de Segurança deixou transparecer algumas melhorias, sendo que as forças de bloqueio vão continuando embora de uma forma menos insistente. Actualmente, o Conselho de Segurança

⁶⁶ A segunda metade do século XX foi marcada pelo conflito bipolar, entre a ex-URSS e os Estados Unidos da América. No entanto as características e factores que envolveram o mesmo são demasiadamente particulares, não se podendo comparar aos dois conflitos mundiais.

continua a demonstrar alguma ineficácia em resolver um sem número de situações que afectam a paz e segurança internacionais tais como o terrorismo transnacional, a proliferação de armas de destruição maciça, pobreza extrema e o eclodir de diversos conflitos regionais. Esta incapacidade deve-se, entre outros aspectos, à sua estrutura que continua desactualizada e presa aos direitos de veto dos Estados-membros permanentes. Casos recentes como a intervenção no Iraque; os ensaios nucleares e testes de mísseis por parte da RPDC; a questão da Geórgia e das suas regiões a Abcácia e da Ossétia do Sul; a questão do programa nuclear iraniano; dos colonatos na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, são tudo questões que vêm ilustrando a incapacidade de acção do Conselho de Segurança e sequentemente da ONU.

A par deste problema está a falta de cumprimento de alguns Estados para com a ONU, como são caso disso os atrasos no envio das contribuições para o orçamento da Organização, que registou um défice para de 1,5 mil milhões de dólares para o exercício de 2008/2009⁶⁷. Não deixa de ser curioso que entre os grandes responsáveis por esta situação estejam os Estados Unidos, a Alemanha, o Reino Unido, a China ou a República da Coreia, com particular destaque para este último, por se tratar do país natal do actual Secretário-Geral da Organização. Face a estes factos é legítimo questionarmos o comprometimento de determinados Estados para com a ONU. Parece-me claro que a sua actividade enfrentará extremas dificuldades enquanto estes obstáculos não forem ultrapassados.

As Nações Unidas, foram criadas segundo um princípio liberal de cooperação dos Estados após um período negro da história mundial, caracterizado pelas duas guerras mundiais. A sua criação foi, de facto, um dos primeiros reflexos do ambiente de interdependência que os Estados começavam a partilhar. No entanto, definir a Organização como o «regulador» do Mundo será exagerado. O sistema internacional é ainda caracterizado pela sua anarquia, e aí, são os mais fortes que saem a ganhar. É natural, portanto, que os «mais pequenos» sintam que a globalização não está ao serviço deles ou, pelo menos, que beneficia mais os «poderosos», criando sentimentos de revolta nos seus cidadãos que exigem dos governantes medidas para se protegerem daquilo que sustentam ser, a exploração contínua dos «mais frágeis» pelos «mais poderosos». De resto, aquilo que caracterizou o mundo até os nossos dias.

⁶⁷ Ver: UNRIC. Maio de 2009. ONU enfrenta défice orçamental de 1,5 mil milhões de dólares <http://www.unric.org/pt/actualidade/24131> (acedido em 10 de Agosto de 2009). Ver também: UN News Centre. Maio de 2009. UN facing \$1.5 billion budget gap, reports top official. <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=30882&Cr=budget&Cr1=&Kw1=budget&Kw2=&Kw3> (acedido em 10 de Agosto de 2009).

CONCLUSÃO

Tal como referi na introdução desta dissertação, parti da verificação de um crescimento ou reaparecimento de tendências e dinâmicas nacionalistas, um pouco por todo o mundo. Casos como as eleições europeias, a ratificação do Tratado Constitucional da União Europeia ou do Tratado de Lisboa, a situação dos Balcãs, a situação da população curda, a questão dos Tigres de Libertação do Eelam Tamil, no Sri Lanca, entre outros, são alguns dos exemplos mais mediáticos desta situação. Partindo desta constatação, o meu objectivo passou por demonstrar a ameaça que o nacionalismo representa ou poderá representar à paz e segurança internacionais, propondo, como base de análise, o estabelecimento de uma possível relação causa-efeito entre dois fenómenos muito particulares: a globalização e o nacionalismo. Para a objectividade desta análise viria a contribuir de forma decisiva o período de estágio que pude realizar no UNRIC, em Bruxelas, permitindo-me acompanhar mais de perto diversos acontecimentos e factos que se enquadravam no meu estudo, assim como perceber melhor o funcionamento do sistema das Nações Unidas.

Desde logo, iniciei a minha reflexão pela análise e delimitação dos dois conceitos-chave já referidos. Sobre o conceito de globalização, dei particular ênfase aos que consideram o fenómeno como um conjunto de redes de interdependência no mundo, ideia partilhada por autores como Kenneth Waltz (enquadrando-a, evidentemente, na génese neo-realista do seu pensamento), considerando eu que os actores do sistema internacional estabelecem entre si relações de dependência mútua, o que os obriga a negociar de forma a satisfazerem os seus interesses. No entanto, entre os diversos trabalhos desenvolvidos, dou especial mérito ao estudo desenvolvido por Keohane e Nye que viria a culminar na elaboração da teoria da interdependência complexa. Desde logo, porque segundo eles, a globalização só sucede quando se verifica um aprofundamento ou crescimento do nível de interdependência, sendo que quando se verifica um decréscimo, estaremos perante um fenómeno de desglobalização. Depois, pelo facto de considerar a participação de outros actores nestas relações de interdependência, para além dos Estados, ao contrário do que defendem os realistas. E por último, por considerar que a globalização se faz sentir nos mais diversos domínios, não estando restrita a apenas algumas matérias. Partindo destas perspectivas, considerei, para efeitos da minha análise, que a globalização é constituída por um aprofundamento das relações de interdependência, ou

dependência mútua, no mundo que poderão ser estabelecidas entre Estados ou outros actores sobre os mais diversos domínios.

Sobre o outro conceito fundamental para minha análise, o nacionalismo, baseei-me em análises produzidas por autores como Ernest Gellner ou John Breuilly, e utilizando a complexidade do olhar realista de Tucídides, para encontrar algumas das características centrais para o sucesso dos movimentos nacionalistas. Assim, identifico como elementos fundamentais para o sucesso de movimentos nacionalistas e do nacionalismo a importância e carisma das lideranças; a capacidade de influência destes movimentos na política interna e externa dos seus Estados; a consciencialização da natureza anárquica do sistema internacional; e a divulgação e promoção de uma moral nacionalista. No entanto, a ideia fundamental que sublinho é, desde logo, a possibilidade de estarmos perante aquilo que se poderá chamar de um novo nacionalismo, ou nacionalismo moderno, assente na renovação do interesse nacional dos Estados. Numa altura que se continuam a debater as dinâmicas de alianças pelo mundo, reforço a opinião de que o comportamento dos Estados na formação de alianças, enquanto actores principais do sistema internacional, move-se segundo um interesse nacional renovado. A ameaça a esse interesse, provocado pelos efeitos prejudiciais que a participação em regimes de integração pode causar e devido às condicionantes de um mundo interdependente, é uma das principais razões que leva os cidadãos a reforçar o seu sentimento nacionalista e a sua vontade em defender o que acham ser seu e da sua nação.

Esta delimitação dos conceitos permitiu-me poder associá-los e tentar compreender de que forma um influía no outro, estabelecendo uma correlação. Nesta nova fase, em que procurei estabelecer esta relação, foi-me possível observar quais as dificuldades com que o processo de globalização se vê confrontado, sendo que umas se devem à natureza e realidade heterogénea do mundo – onde saliento as dificuldades da percepção do *Outro* no mundo, pelo facto de cairmos constantemente no erro do etnocentrismo e pela dificuldade das pessoas em dissociar as fronteiras físicas das fronteiras sociais – e outras são resultado do próprio processo que apresenta limitações e lacunas no que diz respeito à sua evolução – como são as assimetrias decorrentes do processo; a sua parcialidade em termos espaciais; e a sua parcialidade em termos de domínio. A par destas características ou factos que condicionam o processo de globalização, ocorrem outros fenómenos que ajudam a perceber melhor o reaparecimento de sentimentos nacionalistas. A crise do Estado territorial enquanto actor do sistema internacional, é o mais significativo, bastando para isso observar a crescente transferência de poderes e

influência da acção internacional dos Estados, para outros actores, como são exemplo as empresas multinacionais ou as organizações transnacionais.

Parece-me claro que todos estes factores contribuem para o reaparecimento de dinâmicas nacionalistas, que se pensavam obsoletas, sendo que os desequilíbrios causados pelo processo de globalização em si – que originalmente anunciava um crescente equilíbrio – parecem ser os principais catalisadores desta nova realidade. E é neste ponto que chego à minha principal conclusão: ao contribuir para um aumento das assimetrias entre Estados e regiões, ao pôr regiões à margem do processo e ao apresentar um desenvolvimento diferenciado em termos de matérias e, igualmente importante, actuando como um agente intruso, a globalização, ou as relações de interdependência, contribuem para um aumento do descontentamento dos cidadãos que se vêem a si próprios ou ao seu país mais prejudicados pelo processo, quer seja por questões económicas, ambientais, sociais, entre outras. Este descontentamento generalizado contribui para o reavivar de sentimentos nacionalistas que mais tarde se traduzem na formação de grupos, verificando-se consoante a sua revolta um escalar de actividade que culmina, muitas vezes, na execução de ataques terroristas. Evidentemente, não nos podemos esquecer, nem ignorar, que a globalização permitiu a países como a China ou a Índia, entre outros, expandir de forma significativa, e de algum modo espectacular, os seus níveis de prosperidade. No entanto, o problema reside exactamente no diferente impacto do processo de globalização nas esperanças nacionais dos Estados, especialmente no que diz respeito ao domínio económico.

É na sequência destas conclusões que abordo a questão do terrorismo, «unanimemente» reconhecida como a maior ameaça à paz e segurança mundiais dos nossos dias, quer pela ONU, quer pela OTAN, quer pela grande maioria dos Estados. Esta ameaça atingiu tamanha dimensão devido a uma característica, que embora não sendo nova apresenta um desafio cada vez maior, a irracionalidade. É com este tipo de terrorismo que eu associo a actividade dos chamados nacionalismos exacerbados, considerando-os por esse motivo a verdadeira ameaça do nacionalismo à paz e segurança mundiais, ou seja, são estas demonstrações exacerbadas nacionalistas que representam um verdadeiro perigo, pois traduzem-se, repetidamente, em actos terroristas.

As «comunidades de segurança pluralísticas» poder-se-ão apresentar como uma alternativa e solução. No entanto, é fácil constatar que as mesmas sofrem de enormes dificuldades para se formarem e se manterem, ideia sublinhada, aliás, por John Mearsheimer,

sobre as alianças entre Estados. Isto porque, voltando ao início da minha reflexão, e salientando mais uma vez a análise realista sobre a formação de alianças, continua a ser o interesse nacional que move a acção dos Estados, e se hoje dois Estados se aliam porque lhes é mais benéfico, tal aliança poderá não ser bem sucedida a partir do momento em que deixar de trazer benefícios para um dos seus membros. É exactamente nesta argumentação que introduzo a noção de interesse nacional renovado. Além disso, as comunidades de segurança visam garantir a paz e segurança do seu grupo e defendê-lo de ameaças exteriores, parece-me óbvio então que a possibilidade de conflitualidade continuaria, quer fosse contra Estados, quer fosse contra outras alianças, ou seja, a existência de uma comunidade de segurança não iria impedir, apesar de tudo, que outros Estados ou alianças a atacassem. Vejamos, para isso, o sentimento de desconfiança e de ameaça da Rússia cada vez que o alargamento da Aliança Atlântica está em «cima da mesa». O sucesso da comunidade de segurança estaria, portanto, dependente da vontade dos Estados em substituir o seu interesse de maior poder, por um interesse de garantia da sua segurança. Na minha opinião, as relações de poder dentro da própria comunidade iriam constituir sempre um problema. A questão da distribuição do poder assume aqui um papel determinante.

É por todos estes motivos que continuo a considerar o papel da ONU preponderante para a promoção de um ambiente de paz e segurança, tendo plena consciência das suas limitações, as quais são, a maior parte delas, reflexo do interesse nacional de alguns dos seus membros. No entanto, no tempo que leva de vida, a Organização mostrou-se vital para a resolução, mediação e apaziguamento de um sem número de situações, demonstrando que a ideia inicial por detrás do seu conceito é extremamente valiosa, havendo, no entanto, ainda um longo caminho a percorrer.

Devo salientar, para rigor da minha análise, que não devemos esquecer que existem outros factores que contribuem para o desenvolvimento e reaparecimento destas dinâmicas nacionalistas. São exemplo disso as fronteiras mal delimitadas ao longo de séculos e que estão hoje no centro de muitos conflitos étnicos; Estados que representam realidades multinacionais, ou seja, mais do que uma nação ou etnia circunscrita ao território de um só Estado ou região; ou o comportamento de certas lideranças, em vários Estados, que potencia a revolta nacionalista. Não podemos afirmar, por isso, que a globalização é a causa directa do renascimento dos movimentos e sentimentos nacionalistas e extremistas, até porque defendo que a globalização não pode ser utilizada para explicar todos os fenómenos. No entanto, é um facto que a sua

evolução e a crescente interdependência dos Estados parece potenciar essas dinâmicas, ao mesmo tempo que impõe um novo espectro de conflito entre os Estados – principalmente as grandes potências – a guerra económica.

BIBLIOGRAFIA

- ADLER, Emanuel. 2007.** *The Spread of Security Communities: Communities of Practice, Self-restraint, and NATO's Post-Cold War Transformation.* Chicago : International Studies Association.
- ADLER, Emanuel & Michael Barnett. 1998.** Security Communities in Theoretical Perspective. in Emanuel Adler & Michael Barnett (eds.). *Security Communities.* Cambridge : Cambridge University Press.
- ANDERSON, Benedict 1991.** *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism.* London : Verso.
- ARENDR, Hannah. 2008.** *As Origens do Totalitarismo.* Alfragide : Publicações Dom Quixote.
- ARNASON, Johann P. 1990.** Nationalism, Globalization and Modernity. Mike Featherstone et al (eds.). *Global Culture: Nationalism, Globalization and Modernity.* London : Sage Publications, pp. 207-250.
- ARON, Raymond. 1984.** *Paix et Guerre entre les Nations.* Paris : Éditions Calmann-Lévy.
- AZÓCAR, Patricio Aylwin.** Better World Quotes – Anti-Globalization. <http://www.betterworld.net/quotes/globalization-quotes.htm> (acedido a 10 de Agosto de 2009).
- BALDWIN, David A. 1993.** Neoliberalism, Neorealism, and World Politics. Davis A. Baldwin (ed.). *Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate.* Nova Iorque : Columbia University Press, pp. 3-25.
- BARTH, Fredrik. 1981.** *Features of Person and Society in Swat: Collected Essays on Pathans.* London : Routledge and Kegan Paul.
- , **Fredrik. 1998.** *Ethnic Groups and Boundaries.* Waveland Press: Middleton.
- BREUILLY, John. 2008.** *Nationalism.* In John Baylis, Steve Smith and Patricia Owens (Eds.). *The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations.* New York : Oxford University Press.
- BROWN, Robin. 1995.** Globalization and the end of the National Project. in John Macmillan & Andrew Linklater (eds.). *Boundaries in Question: New Directions in International Relations.* Londres & Nova Iorque : Pinter Publishers, pp. 54-68.
- BULL, Hedley. 2002.** *The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics.* New York : Palgrave.
- CAMISÃO, Isabel e Luís Lobo-Fernandes. 2005.** *Construir a Europa: O Processo de Integração entre a Teoria e a História.* Principia : S. João do Estoril.

- CHISSANO, Joaquim A. 2005.** A Globalização e os seus Impactos em Países como Moçambique. *Perspectivas*. nº 1, pp. 69-80.
- CLARK, Ian. 2008.** *Globalization and the post-cold war order*. In John Baylis, Steve Smith and Patricia Owens (Eds.). *The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations*. New York : Oxford University Press.
- CLAUSEWITZ, Carl von. 2007.** *Da Natureza da Guerra*. Almargem do Bispo : Coisas de Ler Edições.
- COTTEY, Andrew. 2007.** *Security in the New Europe*. Hampshire : Palgrave Macmillan.
- DAALDER, Ivo e James Goldgeier. 2006.** Global NATO. *Foreign Affairs*. 2006, vol. 85, nº 5.
- DEUTSCH, Karl W. et al. 1957.** *Political Community and the North Atlantic Area*. Princeton: Princeton University Press.
- . **1988.** *The Analysis of International Relations*. New Jersey: Prentice-Hall.
- . **1978.** *Análise das Relações Internacionais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- . **2003.** Political Community and the North Atlantic Area. in Brent F. Nelsen e Alexander Stubb (eds). *The European Union: Readings on the Theory and Practice of European Integration*. Hampshire: Palgrave Macmillan.
- DOYLE, Michael W. 1997.** *Ways of War and Peace: Realism, Liberalism, and Socialism*. Nova Iorque & Londres : W.W. Norton & Company.
- ERIKSEN, Thomas H. 1993.** *Ethnicity and Nationalism*. London : Pluto Press.
- EVERA, Stephen V. 1995.** Hypotheses on Nationalism and the Causes of War. in Charles A. Kupchan et al (eds.). *Nationalism and Nationalities in the New Europe*. Ithaca : Cornell University Press, pp. 136-157.
- EVERA, Stephen Van. 1986.** Why Cooperation Failed in 1914. in Kenneth A. Oye (ed.). *Cooperation Under Anarchy*. Princeton : Princeton University Press, pp. 80-117.
- FERREIRA-PEREIRA, Laura C. 2005.** Per Aspera Ad Astra: A Europa da Segurança e Defesa de Bruxelas a Nice. *Perspectivas*, nº1, pp. 131-141.
- FERGUSON, Niall. 2006.** The Next War of the World. *Foreign Affairs*. Vol. 85, nº 5, pp. 61-74.
- . **2007.** *The War of the World*. Londres : Penguin Books.
- FERNANDES, António José. 1995.** *Introdução à Ciência Política*. Porto : Porto Editora.
- FERNANDES, Sandra Dias. 2006.** *Europa (In)Segura*. Estoril : Príncipeia.
- FRIEDMAN, Jonathan. 2004.** *Globalization, Transnationalization, and Migration: Ideologies and Realities of Global Transformation*. In Jonathan Friedman and Shalini Randeria

(Eds.). *Worlds on the Move: Globalization, Migration, and Cultural Security*. New York : I.B. Tauris.

FUKUYAMA, Francis. 2007. *O Fim da História e o Último Homem*. Lisboa : Gradiva.

GELLNER, Ernest. 1993. *Nações e Nacionalismo*. Lisboa : Gradiva.

GILLS, Barry & Ronen P. Palan. 1994. Introduction: The Neostructuralist Agenda in International Relations. in Ronen P. Palan & Barry Gills (eds.). *Transcending the State-Global Divide: A Neostructuralist Agenda in International Relations*. Londres : Lynne Rienner Publishers, pp. 1-13.

GNESOTTO, Nicole e Giovanni Grevi. 2008. *O Mundo em 2025*. Lisboa : Editorial Bizâncio.

GUIMARÃES, Maria Helena. 2005. *Economia Política do Comércio Internacional: Teorias e Ilustrações*. Cascais : Principia.

HERZ, John H.. July 1957. The Rise and Demise of the Territorial State. *World Politics*. nº9, pp. 473-93.

HERZ, John H.. Fall 1968. The Territorial State Revisited: Reflections on the Future of the Nation-state. *Polity 1*. pp.12-34.

HOBBS, Thomas. 2002. *Leviatã*. Lisboa : Imprensa Nacional Casa da Moeda.

HOBBSAWM, Eric. 2008. *Globalização, Democracia e Terrorismo*. Barcarena : Editorial Presença.

HUNTINGTON, Samuel P. 2003. *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. Nova Iorque : Simon and Schuster Paperbacks.

HURREL, Andrew. 2002. Foreword to the Third Edition: The Anarchical Society 25 Years On. in Hedley Bull (ed.). *The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics*. Nova Iorque : Columbia University Press, pp. VII-XXIII.

HUTCHINSON, John. 1994. *Modern Nationalism*. London : Fontana Press.

KAHN, Joel S. 1995. *Culture, Multiculture, Postculture*. London: Sage.

KANT, Immanuel. 1990. *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*. Lisboa : Edições 70.

KEEGAN, John. 2006. *Uma História da Guerra*. Lisboa : Edições Tinta-da-China.

KENNEDY, Paul. 1990. *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. Mem Martins : Publicações Europa-América.

KEOHANE, Robert O. and Joseph S. Nye. 2001. *Power and Interdependence*. New York : Longman.

- KEOHANE, Robert O. 1986.** Realism, Neorealism and the Study of World Politics. in Robert O. Keohane (ed.). *Neorealism and its Critics*. Nova Iorque : Columbia University Press, pp. 1-26.
- . **1993.** Institutional Theory and the Realist Challenge After the Cold War. in David A. Baldwin (ed.). *Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate*. Nova Iorque : Columbia University Press, pp. 269-300.
- . **2002.** *Power and Governance in a Partially Globalized World*. Londres : Routledge.
- KIRAS, James D. 2008.** *Terrorism and Globalization*. In John Baylis, Steve Smith and Patricia Owens (Eds.). *The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations*. New York : Oxford University Press.
- LINKLATER, Andrew. 2008.** *Globalization and the Transformation of Political Community*. In John Baylis, Steve Smith and Patricia Owens (Eds.). *The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations*. New York : Oxford University Press.
- LOBO-FERNANDES, Luís. 2004.** Entre o 11 de Setembro e o 11 de Março: Os Limites de um Mundo Globalizado. *Relações Internacionais*. nº 4, pp. 77-84.
- . **2005.** A Metamorfose do Sistema Vestefaliano e o Domínio Teórico das Relações Internacionais: Alguns Desafios Metodológicos. *Nação e Defesa*. Primavera, 2005, Vol. 110, pp. 33-43.
- . **2005.** Elogio do Dr. Joaquim Alberto Chissano. *Perspectivas*. nº 1, pp. 61-68.
- . **2007 A.** De Tucídides a Guicciardini: Factores Perenes do Realismo em Relações Internacionais e a Ascensão dos Novos Colossos Asiáticos. *Revista Relações Internacionais*. Dezembro, Dezembro de 2007 A, Vol. 16, pp. 7-17.
- . **2007 B.** Em Torno da Questão da Repartição de Poderes entre a União Europeia e os Estados-membros em Matéria de Política Externa. *Negócios Estrangeiros*. nº 11.1, pp. 36-54.
- . **2008 A.** Estudo Introdutório: Tucídides e a Construção da História da Guerra do Peloponeso. in Tucídides (ed.). *História da Guerra do Peloponeso*. Lisboa : Edições Sílabo, pp. 11-30.
- . **2008 B.** A Grande Ironia do Século XXI. *Jornal Académico*. Braga : AAUM.
- MAQUIAVEL, Nicolau. 2000.** O Príncipe. Mem Martins : Publicações Europa-América.
- MARTINS, Vitor. Junho de 2004.** A Insustentável Leveza Política da União Europeia. *Revista Relações Internacionais*, Vol. 2, pp. 25-32.
- MCGREW, Anthony. 2008.** *Globalization and Global Politics*. In John Baylis, Steve Smith and Patricia Owens (Eds.). *The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations*. New York : Oxford University Press.

- MEARSHEIMER, John. 2007.** *A Tragédia da Política das Grandes Potências*. Lisboa : Gradiva.
- MICHALET, Charles-Albert. 2007.** *Mondialisation, la grande rupture*. Paris : La Découverte.
- MILLER, David. 2002.** *Citizenship and National Identity*. Malden : Blackwell Publishers.
- MOLLER, Frank. 2003.** Capitalizing on Difference: A Security Community or/as a Western Project. *Security Dialogue*, 34 (3): 315-328.
- MOREIRA, Adriano. 2003.** *Ciência Política*. Coimbra : Almedina.
- MORGENTHAU, Hans J. 2005.** *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. New York : McGraw Hill.
- MULLER, Harald. 2006.** *A Theory of Decay of Security Communities with an Application to the Present State of the Atlantic Alliance*. Berkeley : Institute of European Studies.
- MURDEN, Simon. 2008.** *Culture in World Affairs*. In John Baylis, Steve Smith and Patricia Owens (Eds.). *The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations*. New York : Oxford University Press.
- NEWHOUSE, John. 1997.** Europe's Rising Regionalism. *Foreign Affairs*. Vol. 76, nº 1, pp. 67-84.
- NYE Jr., Joseph S. 1988.** Neorealism and Neoliberalism. *World Politics*. Vol. 40, nº 2, pp. 235-251.
- , **2001.** Globalization's Democratic Deficit. *Foreign Affairs*. Vol. 80, nº 4, pp. 2-6.
- , **2002.** *Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História*. Lisboa : Gradiva.
- , **Joseph S. 2005.** *Globalization's democratic deficit: how to make international institutions more accountable*. In Joseph S. Nye (Ed.). *Power in the Global Information Age: From Realism to Globalization*. New York : Routledge.
- , **Joseph S. 2005.** *Independence and Interdependence*. In Joseph S. Nye (Ed.). *Power in the Global Information Age: From Realism to Globalization*. New York : Routledge.
- , **Joseph S. 2005.** *Terrorism*. In Joseph S. Nye (Ed.). *Power in the Global Information Age: From Realism to Globalization*. New York : Routledge.
- NYE, Joseph S. e Keohane, Robert. 2005.** *Globalization: what's new? What's not? (and so what?)*. In Joseph S. Nye (Ed.). *Power in the Global Information Age: From Realism to Globalization*. New York : Routledge.
- OHMAE, Kenichi. 1993.** The Rise of the Region State. *Foreign Affairs*. Vol. 72, nº 2, pp. 78-87.
- , **1996.** *O Fim do Estado-Nação: A Ascensão das Economias Regionais*. Rio de Janeiro : Editora Campus.

- OHR. Maio de 2008.** Address of the High Representative to the UN Security Council. http://www.ohr.int/ohr-dept/presso/presssp/default.asp?content_id=41715 (acedido em 27 de Agosto de 2009).
- ONU. 2008.** UN to Review Progress on the Millennium Development Goals at High-level Meeting in September 2010. <http://www.un.org/millenniumgoals/> (acedido em 23 de Agosto de 2009).
- OTAN. 2001.** *Manual NATO*. Bruxelas : NATO Office of Information and Press, 2001.
- , **2005.** NATO's Military Concept for Defence Against Terrorism. *Web site of the North Atlantic Treaty Organization*. [Online] 14 de Abril de 2005. [Citação: 15 de Março de 2008.] www.nato.int/ims/docu/terrorism.htm.
- PALMEIRA, José. 2006.** *O Poder de Portugal nas Relações Internacionais*. Lisboa : Prefácio.
- ROMILLY, Jacqueline. 1990.** *La Construction de la Vérité chez Thucydide*. Paris : Julliard.
- ROSENAU, James N. 1997.** *Along the Domestic-Foreign Frontier: Exploring Governance in a Turbulent World*. Cambridge: Cambridge University Press.
- , **James N. 2003.** Governance , Order, and Change in World Politics. in James N. Rosenau e Ernst-Otto Czempiel (eds.). *Governance Without Government: Order and Change in World Politics*. Cambridge : Cambridge University Press, pp. 272-294.
- , **James N. 2003.** Citizenship in a Changing Global Order. in James N. Rosenau e Ernst-Otto Czempiel (eds.). *Governance Without Government: Order and Change in World Politics*. Cambridge : Cambridge University Press, pp. 1-29.
- , **James N. 2004.** *Emergent Spaces, New Places, and Old Faces: Proliferating Identities in a Globalizing World*. In Jonathan Friedman and Shalini Randeria (Eds.). *Worlds on the Move: Globalization, Migration, and Cultural Security*. New York : I.B. Tauris.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. 2003.** *O Contrato Social*. Mem Martins : Publicações Europa-América.
- RUGGIE, John Gerard. 1998.** *Constructing the World Polity: Essays on International Institutionalization*. Londres & Nova Iorque : Routledge.
- RUSSET, Bruce. 1995.** *Grasping the Democratic Peace: Principles for a post-Cold War World*. New Jersey : Princeton University Press.
- SAYERS, Sean. 1996.** Identity and Community. <http://www.kent.ac.uk/secl/philosophy/articles/sayers/identity.pdf> (acedido a 25 de Julho de 2008).
- SHEEHAN, Michael. 2005.** *International Security: An Analytical Survey*. Londres : Lynne Rienner Publishers.

- SLAUGHTER, Anne-Marie. 2004.** *A New World Order*. Princeton : Princeton University Press.
- SMITH, Anthony D. 1999.** *Nações e Nacionalismo numa Era Global*. Oeiras : Celta Editora.
- , **Anthony D. 1999.** *Para uma Cultura Global*. In Mike Featherstone (Ed.). *Cultura Global: Nacionalismo, Globalização e Modernidade*. Petrópolis : Editora Vozes.
- SORENSEN, Georg. 2005.** “State Transformation and New Security Dilemmas”. in Ersel Aydinli e James N. Rosenau (eds.). *Globalization, Security, and the Nation State: Paradigms in Transition*. New York: State University of New York Press.
- STEGER, Manfred B. 2006.** *A Globalização*. Vila Nova de Famalicão : Quasi Edições.
- STOLCKE, V. 1995.** Talking Culture: New Boundaries, New Rhetorics of Exclusion in Europe. *Current Anthropology*. vol. 36, nº1.
- SULEIMAN, Ezra. 1995.** Is Democratic Supranationalism a Danger?. in Charles A. Kupchan (ed.). *Nationalism and Nationalities in the New Europe*. Ithaca & Londres : Cornell University Press, pp. 66-84.
- TAYLOR, A.J.P. 1991.** *The Origins of the Second World War*. London : Penguin Books.
- TOWNSHEND, Charles. 2006.** *O Terrorismo*. Vila Nova de Famalicão : Quasi Edições.
- TUCÍDIDES. 1999.** *História da Guerra do Peloponeso - Livro I*. São Paulo : Martins Fontes.
- , **2008.** *História da Guerra do Peloponeso*. Lisboa : Edições Sílabo.
- TUSICISNY, Andrej. 2007.** Security Communities and Their Values: Taking Masses Seriously. *International Political Science Review*, 28 (4): 425-449.
- TZU, Sun. 2006.** *A Arte da Guerra*. Almargem do Bispo : Coisas de Ler.
- ULUSOY, Hakan. 2003.** Revisiting Security Communities After the Cold War: the Constructivist Perspective. *Perceptions: Journal of International Affairs*, 1-22.
- UN News Centre. Abril de 2009.** Ban, in Princeton, urges a “new multilateralism”. <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=30501&Cr=multilateralism&Cr1=&Kw1=multilateralism&Kw2=&Kw3> (acedido em 20 de Julho de 2009).
- UN News Centre. Maio de 2009.** Displacement in Pakistan largest and fastest in years, says UN refugee agency. <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=30846&Cr=pakistan&Cr1=&Kw1=unhcr&Kw2=pakistan&Kw3=2+million> (acedido em 17 de Setembro de 2009).
- UN News Centre. Maio de 2009.** UN facing \$1.5 billion budget gap, reports top official. <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=30882&Cr=budget&Cr1=&Kw1=budget&Kw2=&Kw3=> (acedido em 10 de Agosto de 2009).

- UN News Centre. Setembro de 2009.** UN urges donors to boost aid to poor countries despite economic crisis. <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=31999&Cr=undp&Cr1=&Kw1=helen+clark&Kw2=millennium+development+goals&Kw3=africa> (acedido em 17 de Setembro de 2009).
- UNRIC. Maio de 2008.** Conselho de Segurança: Alto Representante para Bósnia e Herzegovina alerta para perigo do nacionalismo. <http://www.unric.org/pt/actualidade/17336> (acedido em 17 de Agosto de 2009).
- UNRIC. Abril de 2009.** Ban Ki-moon: é necessário um “novo multilateralismo”. <http://www.unric.org/pt/actualidade/23282> (acedido em 20 de Julho de 2009).
- UNRIC. Maio de 2009.** ONU enfrenta déficit orçamental de 1,5 mil milhões de dólares <http://www.unric.org/pt/actualidade/24131> (acedido em 10 de Agosto de 2009).
- UNRIC. Maio de 2009.** Paquistão: ONU lança apelo a contribuições no montante de 544 milhões de dólares. <http://www.unric.org/pt/actualidade/24000> (acedido em 17 de Setembro de 2009).
- UNRIC. Setembro de 2009.** ONU pede insistentemente a doadores que aumentem ajuda aos países pobres, apesar da crise económica. <http://www.unric.org/pt/actualidade/25842> (acedido em 17 de Setembro de 2009).
- VERDERY, Katherine. 2003.** Etnicidade, Nacionalismo e a Formação do Estado: Ethnic Groups and Boundaries: Passado e Futuro. *Antropologia da Etnicidade*, pp. 45-72.
- WALLERSTEIN, Immanuel. 1999.** *A Cultura como Campo de Batalha Ideológico do Sistema Mundial Moderno*. In Mike Featherstone (Ed.). *Cultura Global: Nacionalismo, Globalização e Modernidade*. Petrópolis : Editora Vozes.
- WALT, Stephen M. 1990.** *The Origins of Alliances*. Ithaca e Londres : Cornell University Press, 1990.
- WALTZ, Kenneth. 1986.** Anarchic Orders and Balances of Power. In Robert O. Keohane (Ed.) *Neorealism and its Critics*. New York : Columbia University Press.
- . **Primavera de 2000.** Globalization & American Power. *The National Interest*. pp. 46-56.
- . **2002.** *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa : Gradiva.
- . **2004.** *O Homem, O Estado e a Guerra*. São Paulo : Martins Fontes.
- WATERS, Malcolm. 1999.** *Globalização*. Oeiras : Celta Editora.
- WAEVER, Ole e Barry Buzan. 2006.** “After the Return to Theory: The Past, Present and Future of Security Studies”. in Alan Collins (ed.). *Contemporary Security Studies*. Oxford: Oxford University Press.

WILLIAMS, Howard. 1992. *International Relations in Political Theory*. Filadélfia : Open University Press.

ZAKARIA, Fareed. 2005. *O Futuro da Liberdade*. Lisboa : Gradiva.